

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGADM
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA**

ROZELI APARECIDA MENON

**ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS
INDÍGENAS AVÁ-GUARANI DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: UMA
PERSPECTIVA NÃO-GERENCIALISTA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO**

Guarapuava

2019

ROZELI APARECIDA MENON

**ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS
INDÍGENAS AVÁ-GUARANI DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: UMA
PERSPECTIVA NÃO-GERENCIALISTA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) – Mestrado Profissional em Administração, área de concentração Estratégia da Unicentro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliane Sachser Angnes

Guarapuava

2019

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Santa Cruz

M547e

Menon, Rozeli Aparecida

Estratégias psicossociais de resistência das lideranças indígenas avá-guarani da região oeste do Paraná: uma perspectiva não-gerencialista na área de administração / Rozeli Aparecida Menon. -- Guarapuava, 2019. vi, 131 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Administração, Mestrado Profissional em Administração, área de concentração: Estratégia, 2019.

Orientador: Juliane Sachser Angnes

Banca examinadora: Juliane Sachser Angnes, Zoraide Fonseca Costa, Mário Sérgio Michaliszyn

Bibliografia

1. Administração. 2. Lideranças indígenas. 3. Organização social. 4. Estratégia psicossocial de resistência. 5. Cultura e identidade. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Administração.

CDD 658

TERMO DE APROVAÇÃO

ROZELI APARECIDA MENON

**ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS
INDÍGENAS AVÁ-GUARANI DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: UMA
PERSPECTIVA NÃO-GERENCIALISTA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação aprovada em 10/06/2019 como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-graduação em Administração, área de concentração Estratégia, Inovação e Tecnologia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliane Sachser Angnes
Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof.^a Dr.^a Zoraide Fonseca Costa
Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Mário Sérgio Michaliszyn
Instituição: Universidade Positivo

Guarapuava, 10/06/2019

AGRADECIMENTOS

Este é o momento em que fico imaginando todas as etapas que concluí para conseguir desenvolver este trabalho, o apoio de várias pessoas e os aprendizados que terei para a vida toda. Foi um grande desafio assumir o compromisso de estudar outra cultura, conhecer outras pessoas, sair da zona de conforto e descobrir outras realidades de vida. Desafio que se tornou muito gratificante.

Agradeço primeiramente a Deus a força que tive e as dificuldades enfrentadas durante todo o processo de pesquisa, dificuldades agora vencidas.

Agradeço o apoio, os ensinamentos e principalmente a amizade à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Juliane Sachser Angnes, que apostou na minha capacidade de desenvolver esta pesquisa e me apresentou outra visão como novo paradigma.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Elisa Yoshie Ichikawa e à Prof.^a Dr.^a Zoraide da Fonseca Costa, que se disponibilizaram a participar da banca da minha qualificação, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho de forma mais adequada.

Agradeço ao Prof. Dr. Mário Sérgio Michaliszyn pela disponibilidade em participar da banca da minha defesa e pelas considerações fundamentais para finalizar este trabalho.

Agradeço a todos os docentes do programa de mestrado PPGADM e à Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO a oportunidade de formação, que estou adquirindo, e os aprendizados em sala de aula.

Agradeço aos meus colegas e amigos, que me apoiaram e auxiliaram no decorrer da pesquisa, motivando-me a perseverar.

Agradeço às comunidades e lideranças indígenas Avá-guarani, do Oeste do Paraná, a receptividade em seus locais de convívio e a dedicação do seu tempo para a coleta de dados.

Agradeço ao meu pai, que foi o responsável para que eu pudesse construir esta vida de formação, com valores e ensinamentos de luta e dedicação.

Agradeço à minha mãe, que não está mais presente nesta vida material, mas que, enquanto viva, sempre torceu por mim para que eu pudesse prosseguir os meus estudos.

Agradeço à minha irmã Marli e aos demais familiares, sobrinhos, enteados, cunhados e sogros o carinho e o apoio nos momentos em que precisei.

Agradeço ao meu esposo, Geraldo, que esteve todo o tempo me apoiando e me motivando com palavras de carinho e amor, fazendo-me acreditar que eu poderia ir além e alcançar os meus objetivos.

Sou grata a todos.

“A economia de reciprocidade é tão distante da nossa cultura econômica que dificilmente podemos experimentar a realidade quando ela ocorre. [...] Os indígenas são ilhas, e estas ilhas são o futuro”.

(Bartomeu Meliá, entrevista em Palavras Ditas e Escutadas, 2013, p. 193-194)

RESUMO

MENON, R. A. **Estratégias psicossociais de resistência das lideranças indígenas Avá-guarani da região Oeste do Paraná: uma perspectiva não-gerencialista na área de administração.** 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2019.

Os povos indígenas no Brasil enfrentaram longos períodos de dificuldades, primeiramente pela vinda dos europeus e depois pela exploração de seus territórios, marcados por violência, esbulho e exclusão social. Por este motivo, o presente estudo pesquisa o contexto histórico dos povos Avá-guarani, que tiveram seus direitos violados e hoje almejam o reconhecimento e o respeito pelo seu modo de ser e viver. As lideranças indígenas procuram, diante das necessidades das comunidades, resolver os problemas sociais de que são acometidos. As suas ações são para garantir um espaço para alocar as famílias e viver com dignidade. Diante desta realidade, o objetivo deste estudo é compreender as principais estratégias psicossociais de resistência, utilizadas pelas lideranças indígenas, em face das violências praticadas com a etnia Avá-guarani na Região Oeste do Paraná. Os Avá-guarani da região pesquisada são considerados como uma organização social, devido à sua forma de vida coletiva e não formal. Assim, para os Avá-guarani, os critérios para liderar um grupo visam preservar as suas práticas sociais. Por isto, eles resistem aos desmandos da sociedade não indígena. Dentro deste contexto, a teoria utilizada neste estudo foi a da psicologia social comunitária latino-americana, mais precisamente a das estratégias psicossociais de resistência, que tem, como propósito, a prática destas em comunidades, pois engloba a realidade social do povo, os problemas do cotidiano, a sua cultura e a identidade social, como forma de amenizar o sofrimento e melhorar as condições de vida. Esta teoria também engloba o processo de conscientização em relação à memória histórica e à reação política. Deste modo, é relevante entender os desafios que as lideranças indígenas enfrentam hoje em seus locais, até pela falta de atenção aos seus problemas sociais. Este estudo usa o método qualitativo, sendo considerada a liderança indígena como categoria analítica. A coleta de informações abrangeu as principais lideranças dos Tekoha, localizados na Região Oeste do Paraná. Foi realizada com 13 lideranças indígenas, sendo eles os principais participantes da realidade de lutas para garantir os seus direitos. Serviram como instrumentos de coleta a observação participante, entrevistas semiestruturadas e a descrição de campo. Para obter os resultados foi utilizada a análise de história oral temática, com o intuito de relatar as experiências cotidianas e históricas do povo Avá-guarani, como explicação de suas práticas sociais em comunidade. Estes resultados foram positivos, acarretando o conhecimento da realidade, onde se percebe que as lideranças indígenas estão articuladas politicamente. Eles lutam e resistem, mesmo enfrentando problemas em suas comunidades, pela carência de recursos e de condições básicas de vida. Procuram resolver os problemas com o diálogo. A língua, principal meio de comunicação entre as comunidades, atravessa gerações e continua fortalecida. Existe uma preocupação constante das lideranças indígenas em preservá-la. Tentam se unir com o objetivo comum de resguardar a cultura e os costumes e, principalmente, de reaver seus territórios. Consideram a terra como parte de seu ser, porque a organização social está atrelada a ela pelo cultivo de subsistência e pela prática da religiosidade com canto, dança e reza. O ideal deste povo é seguir com seu jeito de ser e viver.

Palavras-chave: Lideranças indígenas. Organização social. Estratégia psicossocial de resistência. Cultura e identidade.

ABSTRACT

The indigenous people in Brazil went through long periods of difficulties, mainly because of the arrival of Europeans, and after that because of the exploration of their land, characterized by violence, divestment and social exclusion. For this reason, the present study researches about the historical context of Avá-guarani peoples, which had their own rights violated and today aim for recognition and the respect for the way of being and living. The indigenous leadership, due to their communities' needs, look for solutions to solve the social problems in which they are affected. Their actions guarantee a space to allocate families to live life with dignity. In response to this reality, the study aims to comprehend the main psychosocial strategies of resistance, used by indigenous leadership, facing the violence against Avá-guarani ethnicity in the west region of Paraná state. Avá-guarani people from this region are considered as a social organization, due to their way of collective life and not formal. Thus, to the Avá-guarani, the criteria to lead a group aim at preserving their social practices. Therefore, they resist to the demands of society that is not indigenous. In this context, the theory used in this study was the Latin-American communitarian social psychology, more accurately the one about psychosocial strategies of resistance, which has, as a purpose, the practice of these communities, since it embraces peoples social reality, the daily life problems, culture and social identity, as a way of lessening the suffering and improve their living conditions. This theory encompass the awareness process in relation to the historical memory and political reaction. That way, it is relevant to understand the challenges that the indigenous leadership face today in their land, even for the lack of attention to their social problems. The qualitative method was used in this study, considering the indigenous leadership as an analytical category. The gather of information covered the mais leaders of Tekoha, located in the west region of Parana. It was carried out with 13 indigenous leaderships, being themselves the main participants of fights to assure their rights. They served as collection instrument to the participant observation, semi structured interviews and description field. To obtain results, the analyses of thematic oral history was used, aiming to relate the every day and historical experiences of the Avá-guarani people, explaining their social practices in community. These results were positive, entailing the knowledge of the reality, where it is noticed that the indigenous leadership are politically articulated. They fight and resist, likewise facing problems in their communities, lack of resources and basic life conditions. Seeking to solve problems using the dialog. The language, the main way of communication between the communities, goes through generations and it still keeps its strength. There is a constant concern of the indigenous leaderships to preserve it. They try to unite as community goal of protecting the culture and customs and, mainly, to retrieve their land. Land is considered part of their being, because the social organization is tied to it to the subsistence cultivation and to the practice of religion through chanting, dancing and praying. The ideal to these people is to continue with their way of being and living.

Keywords: Indigenous Leadership. Social Organization. Psychological Strategy of resistance. Culture and Identity.

PRÓLOGO

Este estudo, relacionado a indígenas, surgiu do meu interesse pelo conhecimento de uma cultura com a qual não estou familiarizada. A oportunidade de entender outros modos de vida, em grupos sociais, trouxe-me o fascínio de expandir o meu olhar. Sou graduada em ciências econômicas e também em pedagogia, mas a minha visão de mundo se atinha a um alcance superficial. Com o mestrado em administração esta pesquisa me fez compreender que posso ir além, conhecer outros povos e perceber outras realidades, além da minha, ou seja, sair da zona de conforto.

Diante disto, quando me foi sugerido este estudo, abracei-o, porque percebi a sua relevância para a minha formação. Entendi, desde jovem, que os indígenas eram discriminados e também excluídos, pelo seu jeito de ser e viver. Mesmo não conhecendo de forma clara a sua história, sensibilizava-me pela maneira com a qual a sociedade os tratava. Esta situação criou em mim certo repúdio, pela falta de respeito por cidadãos, e hoje, depois de ter tido um contato mais aprofundado com as comunidades indígenas, fica ainda mais claro que a história de discriminação deste povo veio desde a colonização. Na verdade, o Brasil foi invadido, porque a sociedade indígena é realmente a população originária do Brasil.

A colonização iniciou-se por volta de 1500, mas já havia povos que habitavam o Brasil. Havia mais de um milhão de índios, com famílias e organização social. Tinham cultura e língua próprias. Eram chamados de indígenas pelos europeus. Embora todo o contexto histórico denote a relevância destes povos originários para o país, parte da sociedade moderna parece ignorar o seu reconhecimento. Eles ocupavam este território, em que os colonizadores adentraram, invadindo, dizimando-os e os escravizando. É o que aconteceu em nossa história (LOPES; MATTOS, 2006).

Por este motivo e também pela memória brasileira, interessei-me pela pesquisa sobre as formas de liderança das comunidades indígenas Avá-Guarani do Oeste do Paraná. E por que desta região? Pela situação em que hoje se encontram: ameaçados constantemente, à beira de conflito, também com a falta de atenção das autoridades locais, resistindo em meio ao preconceito e à incerteza de reaver os direitos constituídos há tantos anos. Esta região é fronteira e, por este motivo, alega-se que os povos Avá-Guarani não são brasileiros. No entanto, na memória dos Avá-Guarani a sua origem é claramente brasileira. Eles estão lá e, mesmo com todas as dificuldades, continuam lutando para manter as suas famílias e para obter o reconhecimento de seu território.

Diante desta realidade, vejo a necessidade de uma atenção maior para com estas comunidades, cujas lideranças constantemente pedem o apoio, para que se cuide deles. Os Avá-Guarani aspiram por um espaço onde possam viver com suas práticas sociais. A minha visão se ampliou porque conheci o outro lado da história do nosso país, contada pelos legítimos proprietários das terras brasileiras.

Portanto, é preciso enfatizar estes acontecimentos, pois é evidente que estas comunidades da Região Oeste do Paraná não dispõem de recursos para a sua subsistência, devido à falta de um local adequado para manter seu modo de vida e a sua cultura. Isto é tratado em minhas análises. As lideranças Avá-Guarani não querem conflitos, ao contrário, eles só pretendem um diálogo, para que possam viver com dignidade, como qualquer cidadão brasileiro. Por isto, este tema chamou a minha atenção, por envolver lideranças de grupos sociais, voltados para a coletividade, que, em conjunto, fazem esforços em prol do bem-estar do seu povo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Práticas Psicossociais Comunitárias.....	38
Figura 2 - Mapa de concentração de povos indígenas da etnia Guarani.....	42
Figura 3 - Síntese do referencial teórico.....	54
Figura 4 - Síntese da teoria.....	64
Figura 5 – Participantes, instrumentos e técnicas de pesquisa.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases de desenvolvimento da psicologia social no mundo.....	26
Quadro 2 - Desdobramento da Psicologia Social Latino-Americana.....	29
Quadro 3 - Resultados dos diálogos na ABRAPSO.....	33
Quadro 4 - Classificação da pesquisa.....	57
Quadro 5 - Categorias analíticas da pesquisa.....	62

LISTA DE FOTOS

- Foto 1** - Visita ao Tekohá Ocoy com a equipe de pesquisa e a comunidade da aldeia Fases de desenvolvimento da psicologia social no mundo.....71
- Foto 2** - Visita em um dos acampamentos em Santa Helena, parte da comunidade indígena.....75
- Foto 3** - Cerimônia de recepção do Xamoi e do cacique em Guáira para a nossa equipe.....78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. FUNDAMENTO TEÓRICO: PSICOLOGIA SOCIAL LATINO AMERICANA E ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA	23
2.1 CONCEPÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL.....	23
2.2 A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA.....	27
2.2.1 Estratégias Psicossociais de Resistência.....	34
3. COSMOLOGIA GUARANI.....	39
3.1 A ORIGEM DO POVO GUARANI.....	39
3.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO GUARANI, SEU JEITO DE SER E A SUA CULTURA.....	43
3.3 A IDENTIDADE DOS AVÁ-GUARANI.....	47
3.4 PROCESSOS DE LIDERANÇA INDÍGENA	49
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	55
4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	55
4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	58
4.3 A ANÁLISE DOS DADOS	60
4.4 A BASE TEÓRICA	62
5. IMERSÃO NO CAMPO.....	66
5.1 OBSERVAÇÕES NOS LOCAIS DE VISITA.....	69
6. HISTÓRIA ORAL DAS LIDERANÇAS AVÁ-GUARANI PELA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA	80
6.1 A MEMÓRIA HISTÓRICA DOS AVÁ-GUARANI.....	80
6.2 A FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	84
6.3 IDENTIDADE E CULTURA.....	87
6.4 A ATUAÇÃO DA LIDERANÇA	89
6.4.1 Desejos e Preocupações das Lideranças para o Futuro de suas Comunidades.....	93
6.5 ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS AVÁ-GUARANI.....	94
6.5.1 Interações Sociais e Alianças das Lideranças como Estratégia	101
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105

REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	116
APÊNDICE 2 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS INDÍGENAS.....	119
ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA EM TERRAS INDÍGENAS.....	123

1. INTRODUÇÃO

Conhecendo o processo de colonização da nossa história, verifico que as lideranças indígenas percorreram períodos de dificuldades e ainda percorrem para continuar com a sua cultura, reconhecer e reaver os seus direitos pela terra e seguir com seu modo de vida. Trazem consigo memórias históricas de lutas, marcadas por repulsas e preconceitos da sociedade não indígena.

O processo histórico de exploração de territórios, em que os indígenas estão inseridos, iniciou-se com a busca pelo ouro, no período mercantilista. Esta forma de lucratividade levou Portugal e outros países da Europa a desbravar novas terras no século XV e no início do século XVI. A coroa portuguesa chegou ao Brasil em 1500 e encontrou uma vasta riqueza natural. Isto gerou a sua ocupação e, conseqüentemente, a exploração, para encontrar minas de ouro (PADIS, 1981; MOONEN, 2008).

Neste período de ocupação os portugueses se depararam com muitos habitantes indígenas e ficaram maravilhados com tanta fartura de povos. Os Guarani já tinham um conjunto de comunidades e falavam a mesma língua, viviam com as memórias dos seus antepassados, com o seu modo de ser. Utilizavam a natureza como forma de sobrevivência e projetavam o futuro com a produtividade da terra, que gerava mais do que as suas necessidades. O excedente de produtos agrícolas era distribuído entre as comunidades, o que era motivo de comemoração (FUNAI, 2019).

Padis (1981) comenta que no século XVI os povos indígenas guarani, pela catequização dos jesuítas (padres), trazidos pelos espanhóis, estabeleceram as chamadas “reduções”, pequenas aldeias com educação religiosa. Foi promissor o trabalho dos jesuítas nestas pequenas organizações sociais. Porém, quando a nação Guarani já tinha as suas comunidades organizadas, já estavam “catequizados”, muitos membros foram escravizados, vendidos e até mortos, pelos portugueses. Sofreram, portanto, o esbulho de suas terras e a diminuição de seu contingente, além da destruição da sua estrutura de vida.

Segundo a estimativa do IBGE (2000), viviam no Brasil 2,4 milhões de índios no século XVI. Houve uma redução para, aproximadamente, 302 mil em 1998. A explicação para esta considerável redução está nas doenças por contato com não indígenas, nos conflitos com os portugueses, que geraram mortes e escravidão, nas ocupações, que diminuíram a forma de subsistência dos indígenas (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005) que era extraída da natureza, como pesca, caça e coleta de frutas. Este é o resumo da nossa história de colonização. A partir disto, prossegui o estudo dos povos indígenas, os primeiros habitantes

do nosso país, que, por séculos, tentam resistir com sua cultura e sua identidade. Este estudo, precisamente, foi realizado com as comunidades indígenas Avá-guarani, da Região Oeste do Estado do Paraná.

Por volta de 1554, somente na região de Guaíra existiam, aproximadamente, 200 mil indígenas, que eram colonizados por espanhóis que ocupavam o Paraná, com ajuda do Paraguai. Em 1628 os bandeirantes paulistas, usados pelos portugueses, destruíram as ocupações dos espanhóis, expulsaram os jesuítas, destruíram aldeias. Iniciou-se a venda e a escravização de indígenas. Não há uma estimativa correta sobre quantos indígenas permaneceram nesta região, porque muitos foram capturados e mortos. Outros fugiram com os jesuítas para locais seguros (PADIS, 1981).

Este é um marco da história que afetou os povos indígenas guaranis. A partir da década de 1970, as lideranças da etnia Guarani iniciaram a sua luta pela terra. A Fundação Nacional do Índio – FUNAI passou a auxiliá-los, politicamente, com a demarcação e a documentação das terras. Antes de 1970, os indígenas guaranis geralmente saíam do local, quando eram molestados, e procuravam outras terras, devido à sua religiosidade, pois atribuíam a Deus (Nhanderu) a doação da terra. Por isto, não havia sentido brigar por ela e, assim, evitavam conflitos (CARVALHO, 2013). Outro aspecto é que, conforme Masuzaki (2015) a etnia Guarani considera a terra como sagrada, pelo pertencimento, porque ali viveram os seus antepassados. Estes povos movimentavam-se para outros lugares, mas retornavam aos seus locais de origem e hoje lutam para reaver estas terras.

Porém, em 1982, as 32 aldeias indígenas da etnia Guarani, situadas nas proximidades da Usina de Itaipu e das Cataratas do Iguçu, simplesmente desapareceram, devido às inundações provocadas pela instalação da usina, que ocorreram nas encostas dos rios na Região Oeste do Paraná e também devido à violência sofrida pelo esbulho. Alguns indígenas seguiram para o país vizinho, Paraguai, e outros se dispersaram por aldeias vizinhas. Os indígenas Avá-Guarani, resistentes, que permaneceram na região, continuaram com o seu modo de viver e a sua cultura, tentando reaver seus direitos. Até hoje ainda sofrem violência e estão perdendo parte de seus territórios para agricultores que avançam com plantações, em áreas de cultivo extensivo. E também devido a legislações que agem com determinado rigor no que diz respeito aos povos indígenas, mas que em certa medida se afrouxa com relação aos demais. Marcadas pelo poder dos “brancos”, as lideranças indígenas procuram cobrar do Estado os seus direitos constituídos, porém, são acometidos com ameaças constantes (CARVALHO, 2013).

Quando as comunidades indígenas da etnia Guarani precisaram fugir de seus locais originários, iniciou-se a luta das lideranças pelas demarcações. Até hoje várias famílias retornaram para seus locais de origem no intuito de reaver os seus direitos. Segundo IBGE (2010), há mais de 2000 indígenas registrados nos censos, em terras ao entorno de Foz de Iguaçu, mas se fosse realizado um censo nos dias atuais, provavelmente haveria uma população Avá-Guarani ainda maior.

Por este motivo ocorrem as resistências e o papel das lideranças é fundamental para que, pelas estratégias psicossociais, os seus direitos sejam legitimados. Os povos indígenas são organizações sociais que utilizam lideranças com propósitos de manter a sua cultura, a sua religiosidade e a sua organização social. Os líderes indígenas chamados de “caciques” podem se articular politicamente para serem ouvidos pelas autoridades governamentais. Geralmente tentam diálogos com um maneira de argumentação. A comunidade participa ativamente das decisões dos líderes (BAINES, 2000).

Com este propósito as estratégias psicossociais das lideranças Avá-guarani se enquadram na psicologia social comunitária latino-americana, uma perspectiva que está inserida no campo social, que engloba o seguimento histórico, a cultura, a política e a realidade dos sujeitos (ROBERTAZZI, 2011). Cito esta base teórica para respaldar o contexto de realidade, bem como a memória histórica e de vida dos Avá-Guarani da Região Oeste do Paraná.

Além disto, as lideranças Avá-guarani desta região tentam ganhar legitimidade da terra e manter a cultura e o modo de vida em comunidade, visando o reconhecimento da sociedade. Isto remete ao estudo da psicologia social comunitária latino-americana que, segundo Freitas (2015), é diferenciada da tradicional, porque utiliza ações psicossociais nas comunidades, com propostas de melhorias, para a solução de problemas sociais, que surgem na sua realidade de vida.

Diante da forma de liderança e das práticas sociais indígenas, que divergem das da sociedade não indígena, procurei compreender as principais estratégias psicossociais de resistência, utilizadas pelas lideranças indígenas, em face às violências praticadas contra a etnia Avá-guarani na Região Oeste do Paraná. A partir disto, levantei as seguintes indagações:

De que maneira se constitui o processo de liderança indígena Avá-Guarani no Oeste do Paraná? Quais as principais estratégias psicossociais de resistência utilizadas por estas lideranças?

Para responder às minhas indagações, estabeleci os seguintes objetivos:

- a) Identificar como se constitui a liderança dos Avá-Guarani e como se configura sua organização social.
- b) Descrever o processo de organização das lideranças indígenas Avá-Guarani do Oeste do Paraná;
- c) Entender as estratégias psicossociais de resistência que as lideranças Avá-Guarani exercitam para preservar a identidade do seu povo.

Como justificativa para este estudo examinei a composição teórica que foi direcionada ao projeto de pesquisa, denominado “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura guarani”, promovido pelas universidades associadas: Universidade Estadual de Maringá – UEM, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e Universidade de São Paulo – USP, financiado pelo Edital nº 12/2015 da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

O interesse pelas comunidades Avá-guarani da região que compreende o Oeste do Paraná é devido à repercussão histórica, citada anteriormente, onde os registros e estudos mostram as ações de violência, em casos de genocídio, escravização e invasão de territórios. Além da expulsão de indígenas de seus locais de moradia, estes acontecimentos, ao longo dos séculos, justificam as lutas que as lideranças indígenas ainda travam, junto com seu povo, para o reconhecimento de seus direitos perante a sociedade.

A história de vida deste povo é marcada pelas incertezas em reaver seu território para manter suas famílias, pois, conforme Carvalho (2016), a região da Tríplice Fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina abrigava o povo guarani desde antes da colonização portuguesa e da invasão dos europeus, marcada pelas missões dos jesuítas. Neste sentido, é território originário dos povos que habitavam ali há um longo período. Em 1609 foi promulgada a Carta Régia de Portugal garantindo às populações indígenas guaranis o direito às terras. Em seguida foram emitidos outros atos oficiais, que afirmavam o mesmo propósito, porém, nada foi efetivado, apenas prometido.

Carvalho (2013) comenta que os Avá-Guarani foram expulsos de suas terras com violência pelo poder de coerção, desencadeando o esbulho, reduzindo o número de aldeias, que haviam chegado a 32. Segundo a Comissão Nacional da Verdade - CNV (2014) a violação

dos direitos dos indígenas sobre os seus territórios, na Região Oeste do Paraná, ocorreu por determinações criadas pelo Governo, com o intuito de espoliar as terras indígenas, no período de 1940 a 1960. Foi uma política de exploração das terras indígenas, com a ocupação e a titulação a proprietários particulares, com o propósito de utilizar os locais para a expansão agrícola e a comercialização via fronteira. Deste modo, na região ocorreram expulsões e violência contra os indígenas, ratificadas por legislações irregulares que legalizavam terras dos indígenas para os latifundiários. Estes desmandos da lei, que já tinham sido assegurados na Constituição de 1934, feriram também os Direitos Humanos dos indígenas.

Deste modo, diante da memória histórica, citada anteriormente, na qual os Avá-guarani tiveram seus direitos violados, utilizei o conceito da teoria, base do estudo, que é a psicologia social comunitária latino-americana, por se tratar de práticas em comunidades, a forma coletiva de vida no que concerne ao contexto da realidade social, da identidade, da cultura e de estratégias psicossociais deliberadas, nos locais da organização social. Para Robertazzi (2011) a psicologia social considera o curso histórico e a vida cotidiana, bem como os acontecimentos momentâneos, a subjetividade e a preocupação com os problemas que afetam a sociedade. Por isto, as estratégias psicossociais estão pautadas nas formas como as lideranças indígenas têm como práticas de resistência em suas comunidades.

Estas práticas psicossociais correspondem aos trabalhos nas comunidades, como forma de amenizar o sofrimento das pessoas inseridas em um contexto de opressão e repressão. São estratégias, através da participação e da conscientização, para gerir os problemas sociais que determinam as transformações daquela realidade de vida, ou seja, é pela conscientização e ações nas comunidades que as mudanças acontecem (MARTIN-BARÓ, 1998; MONTERO, 2006; FREITAS, 2018).

Por isto a conduta nas organizações sociais, assim consideradas no caso dos indígenas, é diferente da do modelo tradicional da sociedade capitalista, criando um comportamento relevante que se propaga em nosso meio, manifestando modos de viver distintos dos modos com os quais estamos familiarizados. Por este motivo, Rodgers, Petersen e Sanderson (2016) argumentam que as organizações capitalistas coibiram as organizações sociais considerando-as sem relevância, porque os seus procedimentos fogem da forma competitiva do capitalismo.

Assim, as lideranças indígenas Avá-guarani, mesmo diante da necessidade de gerir as suas comunidades, tentaram manter suas formas de liderar conforme a posição do grupo social, ou seja, o consenso da comunidade, desconsiderando os padrões não indígenas e considerando as dificuldades em relação às transformações que estes padrões poderiam

ocasionar, seguindo com seus estilos próprios, tais como: suas práticas sociais, valores, tradições e modos de viver. Portanto, trago o argumento de Rodgers, Petersen e Sanderson (2016) pela posição em relação a estas lideranças, que citam o quesito da coletividade, considerando estas organizações como alternativas, que surgiram como protesto ao capitalismo e também como anseio de justiça, para reaver os seus direitos violados. São organizações que devem ser consideradas porque, informalmente, estiveram presentes durante todo o tempo, embora marginalizadas ou esquecidas.

Seguindo este parâmetro de concepção, a questão prática deste estudo está em perceber a realidade das comunidades indígenas, o esforço em permanecer com suas culturas, conforme seu modo de ser e viver, para continuarem a manter seus desígnios. Portanto, contribui no conhecimento de uma realidade fora do tradicional, porque é uma organização social, ou seja, são grupos sociais que procuram interagir entre si, utilizando meios de subsistência, e, na sua estrutura, suscitam líderes capazes de conduzir uma comunidade em benefício de seus membros.

Porém, mesmo sofrendo o não reconhecimento em termos de organização social, os povos indígenas são parte da sociedade, estão inseridos em comunidades alternativas que prezam pela coletividade e tentam resgatar as suas tradições e a prevalência de seus direitos. Montero (2004) comenta que a psicologia social comunitária representa os anseios dos movimentos sociais marginalizados que hoje se reflete em estudos destas comunidades, pela sua forma de vida, sua identidade e sua história. Não é possível ignorar estas comunidades porque representam um campo social, no qual há a possibilidade da resolução de problemas sociais e o caminho para garantir a dignidade humana.

2. FUNDAMENTO TEÓRICO: PSICOLOGIA SOCIAL LATINO-AMERICANA E ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA

Neste capítulo serão apresentadas as teorias em relação ao estudo, bem como todo o conteúdo que se propaga a respeito e a composição da psicologia social, a psicologia social latino-americana e as estratégias psicossociais de resistência. Para entender esta composição, primeiramente, o ensejo, que representa a psicologia social, busca retratar as concepções e o surgimento, como é vista a psicologia social latino-americana e como pode subsistir esta alternativa, distinta da tradicional, dentro da forma comunitária.

Para representar as estratégias psicossociais de resistência utilizo as palavras de Maria de Fátima Quintal de Freitas, pioneira na escrita desta teoria, portanto, como uma maneira de entendimento a respeito.

2.1 CONCEPÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL

A psicologia social iniciou-se com a concepção da ciência experimental pela forma materialista e de comportamento a partir de experimentos, não indo além. Isto se deu no período da modernidade, ou seja, pelo pressuposto do materialismo científico. A visão do materialismo científico é que “o ser humano, a sociedade e o mundo são iguais e devem ser tratados, epistemologicamente falando, do mesmo modo” (GUARESCHI, 2012 P. 30).

Partindo do estudo científico da psicologia na modernidade, a psicologia social surgiu como um alongamento deste estudo, nas questões sociais, de forma epistemológica e ética. Por aí surgiram algumas discussões a respeito de seus propósitos. Para que a psicologia se tornasse social no entendimento, foram citadas as representações sociais, no contexto no qual o indivíduo estava inserido, tão necessário para entender o comportamento deste indivíduo, de como interage em grupo (ROBERTAZZI, 2011; JACÓ-VILELA; SATO, 2012; GUARESCHI, 2012; DE SÁ, 2012).

De acordo com Carvalho, Borges e Rêgo (2010), o ponto de vista teórico da psicologia social iniciou-se com o interacionismo simbólico, que remete ao “modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal segmento de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas” (P. 148). É a forma da construção do mundo a partir da percepção que o indivíduo tem do seu meio e da sua existência. Por isto o estudo da psicologia social é o do comportamento humano, da sua

socialização e das suas ações, ou seja, quando o indivíduo interpreta o mundo e tem a reflexão de si e das coisas ao seu redor, este seguimento interpretativo representa a sua reação diante de si mesmo e dos outros.

Para Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 13) o conceito da psicologia social remete a “o estudo científico da influência recíproca entre as pessoas (interação social) e do processo cognitivo gerado por esta interação (pensamento social)”. Outro ponto tratado pelos autores, para complementar a definição da psicologia social, é o entendimento do campo da sociologia. Ambos estão interligados, porém, tratam os aspectos do social de um modo um pouco diferente. A psicologia social trata do entendimento do indivíduo pela sua inter-relação com outras pessoas e de sua reação nesta interação com o grupo, de seu comportamento perante estas relações sociais (pode-se citar um estudo experimental). Já a sociologia estuda o conjunto, como um todo, do grupo em si, entendendo a sua estrutura e as suas ações e as suas consequências. Portanto, a psicologia tem interligação com a sociologia no quesito das representações sociais no que se refere ao indivíduo na sociedade, aos movimentos que se dão dentro da sociedade que repercutem no comportamento do indivíduo.

As representações sociais, de acordo com Jodelet (2001), são regidas pela interação dos indivíduos com o mundo e com outras pessoas, determinam comportamentos e as comunicações sociais, além de ser um instrumento de transformação social dos grupos. É pela representação social que o sujeito participa do grupo, é aceito e permanece. Spink (1993, p. 300) comenta que “as representações sociais constituem uma vertente teórica da Psicologia Social”, contribuem de forma específica no seu estudo, pela sua forma transdisciplinar, e estão inseridas nos fenômenos individual e coletivo.

No ponto de vista das relações sociais, Robertazzi (2011) explica que a psicologia social passou a ser vista de uma forma diferente, no que se refere ao entendimento do ser humano, voltado às suas interações sociais. Esta perspectiva marcou o estudo da psicologia, não mais vista do modo convencional, no qual não se considerava a vida social do indivíduo. Isto acarretou a evolução da psicologia que até então compreendia um processo clínico. Ela passou a ter um olhar mais social no qual, focalizando especificamente o indivíduo, deveria ser considerado, para posterior avaliação, o que o afetava e o ato de socialização que tinha com as outras pessoas no contexto de sua vida social.

A partir das relações sociais de interação, os estudos da psicologia social evoluíram e conduziram ao estudo científico, conforme Lane (2006, p. 74,75), que discorre:

[...] a Psicologia Social só iria se desenvolver como estudo científico, sistemático,

após a Primeira Guerra Mundial, juntamente com outras ciências sociais, procurando compreender as crises e convulsões que abalavam o mundo. Um desafio era formulado aos cientistas sociais: "Como é possível preservar os valores de liberdade e os direitos humanos em condições de crescente tensão social e de arregimentação? Poderá a ciência dar uma resposta?". E os psicólogos sociais se puseram a campo para estudar fenômenos de liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudança de atitudes, comunicação, relações raciais, conflitos de valores, relações grupais etc. É nos Estados Unidos, com sua tradição pragmática, que a Psicologia Social atinge o seu auge, a partir da Segunda Guerra Mundial, através de pesquisas e experimentos que procuravam procedimentos e técnicas de intervenção nas relações sociais para garantir uma vida melhor para os homens.

De acordo com Guareschi (2012) a psicologia social vem sendo discutida desde 1872 na Europa e na década de 50 deu início nos Estados Unidos, mas as suas fases de estruturação foram argumentadas por longos períodos como forma experimental (observação comportamental do indivíduo) da ordem. E, posteriormente, viu-se a necessidade de modificar o estudo para o movimento, de forma social, pela interação humana, no intuito de entender o comportamento do indivíduo em grupo.

As discussões a respeito da psicologia social advêm do entendimento em relação à incumbência que esta disciplina tem para com o social, mas a sua origem criou várias argumentações. Conforme Guareschi (2012), o seu conceito possui diálogos diversos para definir o que realmente é a psicologia social, mas que, com o estudo da sua estrutura, foi possível o conhecimento pelo seu surgimento e pelo que foi sendo composto, como principais pressupostos e características.

Uma das argumentações, citada por Góis (2008), expõe que os primeiros estudos da psicologia social foram o comportamento de grupos, a conduta humana, a adaptação do indivíduo na vida social, as suas ações, as interações sociais. Inicialmente não estava vinculado o processo sócio-histórico. Posteriormente estes estudos foram se intensificando para o lado social.

De acordo com Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) a psicologia social é distinta de outras vertentes, e é caracterizada pela questão situacional, voltada às ações do indivíduo pela sua relação interpessoal. O comportamento interpessoal, motivado pela influência situacional, representa a análise do psicólogo social. A partir disto é levado em consideração todo o procedimento da personalidade do indivíduo, ou seja, as aspirações, as inseguranças, os medos.

Por sua vez Ferreira (2010) comenta que a psicologia social advém do estudo de várias vertentes: primeiro da sociologia e da filosofia, em seguida da psicologia, por fim se introduz o estudo da crítica ou do processo histórico crítico. Hoje se discute esta última vertente, pelo

critério de questionar as condutas da sociedade moderna. Estas questões levantadas em estudo conduzem a crítica em relação as ações de coerção, de abusos e de dominação dos oprimidos, acometidos pelo sofrimento devido a explorações e injustiças sociais.

Outras argumentações deixam claro que a psicologia social é o estudo do comportamento humano, pela sua interação social e seu pensamento como resultado desta interação. Tem como foco o comportamento social, influenciado pelas relações das pessoas, convivência e influência histórico-social (LANE, 2006; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2009, P. 13).

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma sintetização das etapas que a psicologia social passou até ser intensificada para cunho social, em argumentações e estudos, considerada, primeiramente, como experimental, em que se utilizava o indivíduo por si só. Em seguida evoluiu para as representações e o simbolismo. Foram realizadas tentativas de se trabalhar coletivamente, mas só nos Estados Unidos surgiu o estudo do social, examinando as condições sociais das organizações e o que mais provocava aflição, perante as situações cotidianas.

Quadro 1 - Fases de desenvolvimento da psicologia social no mundo

Fases da Psicologia Social	Descrição do Estudo
Psicologia experimental	Psicologia como ciência experimental, desenvolvida na Alemanha.
Psicologia individualista	Utilizando do individualismo como o estudo dos indivíduos, iniciou na América do Norte.
Psicologia da representatividade e do simbolismo	Tentativa da criação de uma psicologia da representação social, imaterial, simbólica e psíquica.
Psicologia coletiva	Tentativa da criação de uma psicologia coletiva, vindo pelo lado social, mas não seguiu como estudo porque era considerada irracional.
Psicologia fisiológica	Trazida da Alemanha buscando o psíquico, imaterial e mental, mas com foco individual.
Psicologia das representações sociais	Vinda dos Estados Unidos para a América Latina, surgem os estudos do individual para o social, busca-se a incorporação do externo e interno, processos estruturais e novos contextos sociais.

Fonte: Adaptado de Guareschi (2012).

Diante do Quadro 1 percebe-se que a psicologia social passou por vários estudos até se concretizar na forma social, literalmente. Consequentemente, todos estes estudos eram com preocupação social, mas que seguiram com tentativas até se chegar ao patamar de se considerar os fatores de condições sociais dos sujeitos. A psicologia experimental foi o primeiro estudo científico, conforme explicado anteriormente. Era um pressuposto do materialismo científico, considerando o fisiológico, biológico e comportamental. No lado

individualista, era o estudo dos indivíduos por si só. No âmbito da representatividade e do simbolismo, foi uma tentativa de estudo do social pela síntese entre o indivíduo e o social. A psicologia coletiva foi um estudo das massas, mas não deu resultado. Pela psicologia fisiológica, foi a tentativa de incorporar o social, mas ficou somente no individual. Por fim, a de representações sociais, esta sim foi o primeiro passo para colocar em prática a psicologia social. Mesmo com todas as situações controversas, ao longo da história, a psicologia social procurava chegar à sua estrutura pretendida e a um conceito considerado ideal. Hoje é discutida neste foco social, onde os psicólogos ambicionam atender às teorias e aplicar práticas contundentes para obter melhor solução para as dificuldades apresentadas pelos sujeitos (GUARESCHI, 2012).

Segundo Ferreira (2010) a psicologia social, devido às suas diversas tentativas de cunho social, passou a ser crítica. Nesta perspectiva crítica remete à contrariedade em relação à exploração e à opressão do ser humano, pois necessitava modificar este cenário, inclusive pelos questionamentos em relação à aplicabilidade da própria psicologia social, que ocorreu devido a crises causadas pelas duas grandes guerras. Esta forma de visão do campo social, introduzida pelos norte-americanos, que importaram os modelos europeus, veio acarretar críticas aos estudos na América Latina em relação à não adequação da prática da psicologia social para resolver problemas sociais que afligiam os países latino-americanos. Estes questionamentos surgiram em 1970 pela situação de crise pós-guerra e também pela política de ditadura militar.

2.2 A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NA AMERICA LATINA

A psicologia social latino-americana tem como base de estudo a formação social do sujeito, na sua relação individual e coletiva, pela inter-relação social na qual sofre influência. É por esta disciplina que se analisa a relação das pessoas dentro dos grupos sociais. A perspectiva da psicologia social é estudar a ideologia humana, a sua socialização com outras pessoas. Outro aspecto importante da psicologia social latino-americana é a orientação para que o indivíduo perceba a sua verdadeira realidade, passando da etapa de alienação para a consciência real da sua atuação social (MARTIN-BARÓ, 1998).

Para Wiesenfeld (2014) um dos propósitos da psicologia social latino-americana foi o de priorizar o atendimento de locais carentes para trazer melhor qualidade de vida às pessoas necessitadas, devido à amplitude dos problemas sociais ocorridos no continente, que

determinou um ato de pobreza e de desigualdades sociais. Este foi um dos aspectos fundamentais do surgimento da psicologia social latino-americana, porque não havia possibilidade de manter as crescentes disparidades que os países estavam enfrentando. Era necessário resgatar a dignidade humana e a qualidade de vida da população.

A psicologia social latino-americana surgiu pela busca da liberdade e da independência, pela forma como o contexto social e político estava sendo conduzido, onde a violência era rotineira para impor a ordem. Surgiu como um meio para a transformação social e de conduta, porque só com esta mudança seria possível estabelecer uma política democrática e não de militância.

Diante da realidade social, originada a partir do dinamismo da industrialização, do procedimento político conturbado e do domínio das autoridades sobre a população, os psicólogos iniciaram seus estudos, preocupados com os problemas sociais acarretados por estes fatores históricos. A influência de seus procedimentos de pesquisa foi crucial para que se efetivasse a psicologia social (LANE, 1984).

Desse modo, o estudo da psicologia social latino-americana surge no intuito de modificar a esfera da sociedade e de transformar o contexto, desencadeado por problemas sociais, que retrata a realidade social da população e traz consigo um andamento histórico, desde o experimento até a preocupação com os problemas da conjuntura de crise e de desigualdades, que acarreta sofrimentos aos menos favorecidos. Após a II Guerra Mundial, do entendimento da psicologia social, existente na Europa e nos Estados Unidos, cria-se na América Latina em 1970 o estudo, como questionamento à forma da psicologia social tradicional. Surge o princípio comunitário, voltado aos problemas sociais, que proporcionou outra visão da psicologia social (ORNELAS, 1997; MONTERO, 2004; FERREIRA, 2010; GONÇALVES; PORTUGAL, 2012; WIESENFELD, 2014).

Então a psicologia social latino-americana surgiu pela crítica aos modelos da psicologia social tradicional, em que se pensava pelo lado social, mas que não continha uma prática, conforme já citado anteriormente. Neste sentido, a psicologia social surgiu destes estudos e, à medida que os estudos foram se desenvolvendo, ela se desdobrou em: política, memória histórica e comunitária, conforme mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Desdobramento da Psicologia Social Latino-Americana

Desdobramentos	Contribuições
Política	Influência na resolução dos problemas sociais
Memória histórica	Conscientização da realidade social e histórica
Comunitária	Transformações sociais das comunidades carentes

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir do entendimento do Quadro 2, no qual a psicologia social se desdobra em política, memória histórica e comunitária, entende-se que esta atuação, sobre o qual os autores vem discutindo, representa a evolução da psicologia social na América Latina e, conseqüentemente, atribui relevância às mudanças no quesito sociedade. Estas mudanças são, segundo Ansara (2008), uma forma de interligação com a política, pela sua influência na memória coletiva que, por sua vez, contribui para o conhecimento da realidade na comunidade, o que proporciona as transformações sociais dos indivíduos.

Robertazzi (2011) menciona que a psicologia social está atrelada ao processo sócio-histórico, sociocultural e sociopolítico, porque a sua dimensão é ampla em termos de compreensão pela multiplicidade do conhecimento da subjetividade. Quando se analisa o indivíduo em suas relações sociais e de natureza humana, também se avalia as realidades em que este indivíduo está envolvido, para obter um panorama da situação em que está acometido. O estudo desta disciplina é para o social, estudo do povo, pela sua situação, realidade e história de vida.

Para colocar em pauta a percepção da psicologia social latino-americana sobre o surgimento da memória histórica, cito Martin-Baró (1998) que comenta sobre os acontecimentos no continente latino-americano, no qual ocorreu a opressão, tanto política quanto econômica. Muitas pessoas viviam em uma dependência dos ditames do poder, praticado pela política, e não conseguiam dar sentido à sua vida. Estes disparates desencadearam estudos dos psicólogos, aspirando redimir o sofrimento destas pessoas e reduzir as injustiças. Este aspecto, no qual a psicologia latino-americana opera com relevância, representa uma memória histórica marcada pelas disparidades sociais.

Por sua vez, para Martin-Baró (1998), a psicologia social latino-americana é um processo de libertação para o indivíduo, no qual o conflito é inevitável, mas necessário. A coletividade está presente e é utilizada para a forma igualitária. É o caminho para a construção da identidade social. A identidade social é a forma como o indivíduo conhece a realidade à sua volta, além de ser uma descoberta da sua natureza, do que ele representa para as pessoas, do papel que ele exerce na sociedade e do que realmente deseja ser. É o

conhecimento de si próprio. Este é o propósito da psicologia: fazer com que o sujeito conheça a si mesmo e tenha consciência da sua realidade e de suas raízes, além de ser o princípio da libertação do ser humano. Assim, quando a psicologia social é tratada como conscientização do sujeito em relação ao seu propósito como ser humano, o resgate da memória histórica é um procedimento relevante para que seja esclarecido o papel que este sujeito tem ou terá no grupo social onde está inserido.

A partir das resistências e lutas em que os povos nativos da América Latina estiveram historicamente envolvidos, percebendo que suas culturas poderiam ser extintas, efetuou-se o estudo da psicologia social da memória, utilizando-se a memória histórica (DE SÁ, 2012). Nesta situação os grupos sociais necessitavam de transformação em termos de consciência da realidade para que pudessem compreender conscientemente o processo social e político que estava repercutindo no seu meio. Por este motivo, surgiu a psicologia social latino-americana, para que os grupos sociais, chamados de “ignorantes”, passassem por um procedimento de conhecimento da realidade social do seu povo (LANE, 1984).

Já na psicologia política, segundo Montero (2006), as autoridades políticas, que exercem forte influência pelo poder de decisões que possuem, deveriam olhar mais para os problemas sociais que ocorrem no país e tentar resolvê-los, além de valorizar as identidades culturais das comunidades, com o desenvolvimento socioeconômico da vida cotidiana. Seria uma forma de transformação da sociedade e traria melhores condições para que as pessoas tivessem uma vida de mais qualidade e com perspectivas mais amplas.

O ideal é ter uma política social eficaz que garanta uma população com consciência, de reflexão crítica, o fortalecimento das comunidades para que possam seguir com suas culturas, sem a passividade de dependência do Estado, ou seja, que garanta uma cidadania forte. A ineficiência política gera conflitos que, conseqüentemente, trazem a violência.

Partindo do entendimento político, o maior dos problemas é a violência cotidiana porque traz situações desumanas e contribui para que o sujeito deixe de viver com qualidade. Contribui também para que as pessoas desacreditem o poder público, acarretando dificuldade na condução da política (MARTINS; LACERDA JR, 2014).

As situações de precariedade e a falta de condições adequadas para viver são acarretadas pelo descaso por parte das autoridades políticas para com as comunidades, que geralmente são marginalizadas e constantemente exploradas em seu habitat, criando uma situação de opressão e, nestas situações, traumas que trazem dificuldades nas interações sociais (MONTERO, 2010).

Dentro ainda do sistema político a psicologia social, no que se refere à atribuição política, está incumbida de resgatar a memória coletiva sobre as opressões que ocorreram na história da sociedade, em que os indivíduos estão inseridos, como forma de reflexão a respeito e também pela conscientização. Os sujeitos conscientes da memória dos acontecimentos repressivos saem do ato de alienação e passam a entender a realidade dos eventos políticos. Estas mudanças para a conscientização trouxeram resistências e lutas na tentativa de reverter este cenário de repressão política (ANSARA, 2008).

Em relação ao quesito comunitário, a psicologia é o estudo das questões psicossociais, agindo para desenvolver o conhecimento dos indivíduos sobre a solução de problemas no seu ambiente social e para trazer mudanças na estrutura, amenizando as aflições em relação ao procedimento da realidade cotidiana. A psicologia comunitária também intervém nas comunidades para que ocorra o ato de conhecimento de todos os sujeitos sobre a sua experiência de vida e sobre si mesmos, tratando-os não só individualmente, mas de forma coletiva, para que os percalços relacionados à sua vida cotidiana sejam suavizados. Isto consiste em obter o bem-estar de todos para que conduzam suas atividades de forma mais leve (MONTERO, 2004). As comunidades são assim consideradas devido ao dinamismo próprio que possuem e que suscitam nos membros do grupo.

A psicologia comunitária surgiu por volta de 1960 nos Estados Unidos e em seguida se expandiu. O motivo desta nova teoria era porque estavam ocorrendo mudanças significativas na sociedade que exigiam a intensificação do estudo não só na saúde mental, mas também no cunho social, para diminuir problemas sociais que, conseqüentemente, estavam se manifestando. As transformações sociais tiveram ênfase devido à II Guerra Mundial que trouxe sofrimento aos soldados americanos. Por isto a psicologia comunitária é relevante, inicialmente pelo tratamento mental e posteriormente intervindo para sanar problemas sociais. Mas, recentemente, a psicologia social comunitária trata de comunidades que apresentam situações de marginalização e passa a ter um cunho político. Um dos princípios da psicologia comunitária é o suporte social atribuído às comunidades isoladas da sociedade e que não dispõem de acesso aos recursos. Por isto dependem do suporte para reduzir problemas na questão emocional (ORNELAS, 1997).

A finalidade da criação da psicologia comunitária na América Latina se vinculou a um cenário que protagonizou o repúdio dos critérios, que eram adotados em um contexto deplorável, em que se encontravam algumas comunidades da sociedade. O interesse da sua implantação se deu devido às condições de pobreza de comunidades carentes que

necessitavam de atenção e que eram esquecidas em seu habitat. Pela proporção das desigualdades sociais e da falta de qualidade de vida, o posicionamento se intensificou em relação à psicologia como meio de acalento e auxílio para obter o bem-estar destas pessoas. A partir desse intuito as mudanças sociais foram acontecendo através da junção de organismos para melhorar o contexto social destas comunidades e promover o desenvolvimento humano (WIESENFELD, 2014). Neste fato se observa a relevância que a psicologia comunitária provocou no contexto latino-americano, criando um procedimento de reflexão e lucidez para com as práticas adotadas na sociedade.

No Brasil, a psicologia comunitária iniciou-se em meados da década de 1970, quando foram tratadas as questões sociais devido às repressões que a população sofreu durante o regime militar e também a problemas de desigualdades sociais o que repercutiu em aumento da miséria. Neste sentido, o termo relacionado à psicologia comunitária passou a ser debatido e colocado em prática para trazer mais perspectivas de futuro e desenvolver a consciência acerca da realidade em que se encontravam as pessoas (GONÇALVES; PORTUGAL, 2012).

De acordo com Freitas (2012), a psicologia social comunitária na América Latina representou um papel importante no período de 1960 a 1990, marcado por quatro momentos históricos: No século XX os trabalhos dos psicólogos foram desenvolvidos na adaptação de migrantes em prol de condições de moradia, de convívio nas cidades e de inserção no mercado de trabalho; Em seguida, com apoio de profissionais da psicologia, surge a ação de desenvolvimento de projetos políticos comunitários, para a melhoria na educação e a construção de casas populares; No período da ditadura militar no Brasil e na América Latina os profissionais da psicologia tiveram uma participação importante na inserção da psicologia comunitária nas grades da graduação superior da área. No último marco histórico a educação passa a intensificar os trabalhos na alfabetização e na conscientização libertadora.

Estes marcos históricos tiveram intenção de reduzir os problemas sociais como: “fome, miséria, desemprego, doenças e analfabetismo” (FREITAS, 2012, p. 374).

Para que a psicologia comunitária no Brasil tivesse um sentido prático e se fortalecesse, várias argumentações se tornaram visíveis em prol de melhor estimular a sua aplicação. A criação da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO foi uma delas, instituída em 1980 com o propósito da interação de estudos na área, da adequação do conhecimento do campo social e de comunidades, da instigação crítica das questões sociais (ABRAPSO, 1995). Os meios, pelos quais estas argumentações foram realizadas, tiveram êxito e atualmente resultam em importantes procedimentos para a psicologia social (JACÓ-

VILELA; SATO, 2012).

Diante dos estudos relacionados à psicologia comunitária seguem no Quadro 3 os resultados dialógicos na ABRAPSO.

Quadro 3 – Resultados dos diálogos na ABRAPSO

Eixos Temáticos	Contribuições
Perspectiva educacional	Debates sobre direito, cidadania e conhecimento democrático
Princípios de cidadania	Reflexão em convivência social pelos valores, fatores de violência e da garantia de direitos
Conceitos de distinções de gênero	Acolhimento de experiências com foco em relações e posições de identidade
Processos históricos e metodológicos	Diversas histórias e perspectivas epistemológicas
Relações familiares	Construção social pelas relações familiares e identidades
Comunicação e uso da linguagem	Produção discursiva, comunicação globalizada
Participação pública	Ações coletivas e mobilidade social como participação política
Práticas sociais das organizações	Fortalecimento de diálogos em intervenção da psicologia social nas comunidades, grupos sociais e diversas práticas nas organizações
Direito à saúde	Saúde coletiva, pública e mental, como direito do cidadão
Emprego	Aspecto no ponto central relacionado ao desemprego

Fonte: Adaptado de Jacó-Vilela e Sato (2012).

Pelos resultados apresentados no Quadro 3, sobre os pontos cruciais debatidos na ABRAPSO, pode-se observar que condizem com o que a Associação proporciona em termos de utilização da psicologia social em prol das comunidades. Pelo menos nos estudos é vivenciado o propósito da área de psicologia social e, como visto no marco histórico, a direção, que atualmente se dá, é de cunho social, porque sugere que a atenção seja dispendida a este segmento, devido aos eixos argumentados nos encontros, que são básicos em relação ao desenvolvimento humano.

Jacó-Vilela e Sato (2012) explicam no Quadro 2 que os eixos temáticos foram as propostas de estudo, em diálogos com psicólogos da ABRAPSO, que colocaram em pauta o trabalho em comunidades, além de trazer as contribuições, que foram cruciais para que fossem desenvolvidos estes trabalhos para resolver os problemas sociais, presentes na realidade dos sujeitos em comunidades. Estes problemas são citados no Quadro. A ABRAPSO contribuiu para melhorar as questões de: direito, casos de violência, identidade, (relações sociais em família e com o grupo), desemprego, saúde coletiva, saúde pública e saúde mental, entre outros.

As contribuições que a psicologia comunitária trouxe para a América Latina foram: mudanças sociais, senso crítico, um novo contexto social, defesa dos direitos humanos, para a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Além disto, estabeleceu a intervenção

nas comunidades no sentido de combater a violência e de criar perspectivas melhores para o futuro. A partir da concepção da psicologia comunitária é possível melhorar os índices de desenvolvimento humano e criar mudanças no sentido de reconhecer as organizações sociais que utilizam meios ordinários como forma de vida, porque, quando são consideradas estas comunidades alternativas, a dependência diminui e a construção social acontece (GÓIS, 2008).

Os princípios da psicologia comunitária compreendem, como prática psicossocial, os seguintes atributos: poder para a comunidade, sem a interferência de outros na gestão; mudanças sociais para todos os indivíduos do grupo; utilização da memória histórica, a sua cultura e os anseios, para a compreensão da realidade situacional da comunidade; garantia da melhoria de vida; acolto aos marginalizados, para a melhoria nas relações sociais e na condução da sua vida. Todos estes princípios são relevantes para que a comunidade mantenha sua cultura e proporcione maior positividade nos assuntos relacionados à perspectiva de realização e motivação (ABRAPSO, 1995; MONTERO, 2004).

2.2.1 Estratégias Psicossociais de Resistência

O termo psicossocial faz menção ao aspecto subjetivo do indivíduo juntamente com as relações sociais que este indivíduo possui em comunidades. Como exemplo, a sua identidade social. Uma das formas da questão psicossocial é a intervenção psicossocial que é utilizada para amenizar traumas causados por várias situações, tais como: violência, discriminação, estresse, problemas de socialização, entre outros. O atributo psicossocial é uma espécie de ajuda humanitária e também de práticas que acarretam o equilíbrio emocional e a melhoria da qualidade de vida de pessoas marginalizadas em um contexto de opressão. Um ponto relevante da questão psicossocial é a participação das pessoas envolvidas, que se torna crucial para ocorrer transformação social, utilizando-se de ações nas comunidades onde prevaleçam o respeito e a dignidade pela execução dos Direitos Humanos. Este seria o caminho de atuação psicossocial (MONTANEZ et al 2007).

Sobre as estratégias psicossociais de resistência, as palavras de Freitas (2018, p. 92) são que a “participação e a conscientização” são consideradas ações psicossociais primordiais para que ocorram mudanças sociais de forma “justa e solidária” nas comunidades. A questão da participação deve partir das próprias relações sociais no contexto de inserção do indivíduo, das práticas e de ações ocorridas no cotidiano. Em relação à conscientização, é esta a maneira

através do qual as pessoas começam a conhecer a realidade em que vivem, os seus direitos como cidadãos, o modo de ser e o que representam em um grupo social.

Para entender a atuação cognitiva que envolve este conhecimento da realidade e as relações sociais em que o indivíduo está envolvido, Jodelet (2001) comenta que as representações sociais são uma forma de interpretar o mundo à sua volta, de conhecer o outro, de entender a representação à qual pertence. Além de elucidar estes atributos do indivíduo, o estudo das representações sociais também contribui para a “aproximação da vida mental individual e coletiva” (P. 05). Diante disto, as interações sociais são a forma que atribuem construção social coletiva que favorece a comunicação social e o conhecimento da realidade dos indivíduos.

Montero (2006) explica o aspecto psicossocial como sendo redes de relacionamento nas quais os agentes sociais tem sensibilidade às desigualdades ou aos problemas sociais e reagem no sentido de modificar estes acontecimentos como forma de intervenção psicossocial. Este tipo de intervenção é considerado como prática psicossocial que pode partir de resistências, de lutas em prol da causa “los modos de manifestar el interés por parte de los agentes interesados pueden ser muy diversos, desde el enfrentamiento y la lucha hasta la resistencia pasiva” (P. 51).

La capacidad de resistencia de las minorías (entendidas en su sentido social como grupos carentes de poder, sometidos) ha sido muchas veces subestimada, lo cual puede ser una consecuencia de la necesidad de destacar los efectos de la opresión. Esto puede producir un debilitamiento de la imagen de esos grupos que, observados con atención, pueden mostrar una sorprendente variedad de recursos que les permiten mantener vivas sus creencias, sus costumbres y su identidad, desarrollándolas y conservándolas incluso en medio de condiciones adversas (MONTERO, 2006 P. 127).

Um ponto importante neste caso é que, mesmo levando em consideração as resistências passivas, existe a reação que não pode deixar de lado a questão do contexto social e o processo histórico. Desse modo, as redes de relacionamento podem acarretar mudanças sociais consistentes e que vão garantir benefícios para uma comunidade como um todo. É pelas práticas psicossociais que a comunidade é fortalecida. Por isto, a participação do indivíduo na comunidade em termos de ações se torna relevante, porque o compromisso e a consciência dos problemas sociais ali naquele contexto podem repercutir na identidade social do indivíduo no grupo e seu pertencimento (MONTERO, 2006).

Neste entendimento, a partir das ações psicossociais e representações, é que entram em pauta as estratégias, as quais corroboram para que as pessoas possam agir em prol de suas

aspirações, no que acreditam e o que constroem. É uma forma de reafirmação. As atividades que competem às comunidades são o meio pelo qual as pessoas têm participado, no intuito de transformar aquele contexto social. É uma forma de sensibilização para com as questões sociais, principalmente daqueles que são marginalizados e oprimidos, além de trazer a reflexão sobre as explorações, como forma de enfrentamento e também de rompimento destas situações, que acarretam em problemas sociais para a comunidade envolvida. Uma reflexão que se deve fazer é sobre o plano da prática psicossocial como forma de intervenção, que segue o preceito de manter as pessoas com seus afazeres (FREITAS, 2018).

Freitas (2018) comenta as questões de exclusão que continuam a acontecer hoje na sociedade e que as pessoas estão se conformando com os resquícios de “injustiças e exploração na vida cotidiana” sem ter atitudes de mudanças (P. 100). Desta forma, a autora argumenta sobre o desafio dos profissionais que desejam a transformação social, pois necessitam atuar mais contra os problemas sociais, ou seja, empenhar-se por justiça e dignidade, para que não ocorram discriminações e preconceitos em relação às disparidades sociais e culturais. Neste sentido, é relevante a criação de redes de relacionamentos com o propósito de melhoria das condições de vida das comunidades e de conscientização sobre a realidade destas pessoas.

Neste ponto de destaque, para a participação e a conscientização em relação às diferenças, Martin-Baró (1998) menciona que, a partir da conscientização, criam-se as ações como forma de resolver os problemas sociais de uma comunidade e isto, conseqüentemente, leva à sua libertação. Ou seja, a consciência traz o processo de libertação, pela reflexão em relação à repressão e à opressão, e promove as transformações no futuro das comunidades. As práticas psicossociais são atribuídas ao procedimento das relações sociais que o agente comunitário tem com os indivíduos, inseridos no contexto social. É nesta relação que o processo de conscientização acontece. Outro ponto que o autor coloca é que, pela conscientização, ocorrem resistências, que provocam a libertação da dominação, criando o rompimento da dependência. Este aspecto é a prática psicossocial, que realmente gerou a transformação social do indivíduo e da comunidade.

Por isto, Freitas (2018) comenta que os profissionais, envolvidos nestas ações em movimentos sociais comunitários, devem, antes de colocá-las em prática, conhecer a história de vida das comunidades e as dificuldades que enfrentam em seu cotidiano. Assim, com a compreensão da realidade das comunidades, é possível articular estratégias coletivas, com o propósito prático de trabalhos comunitários.

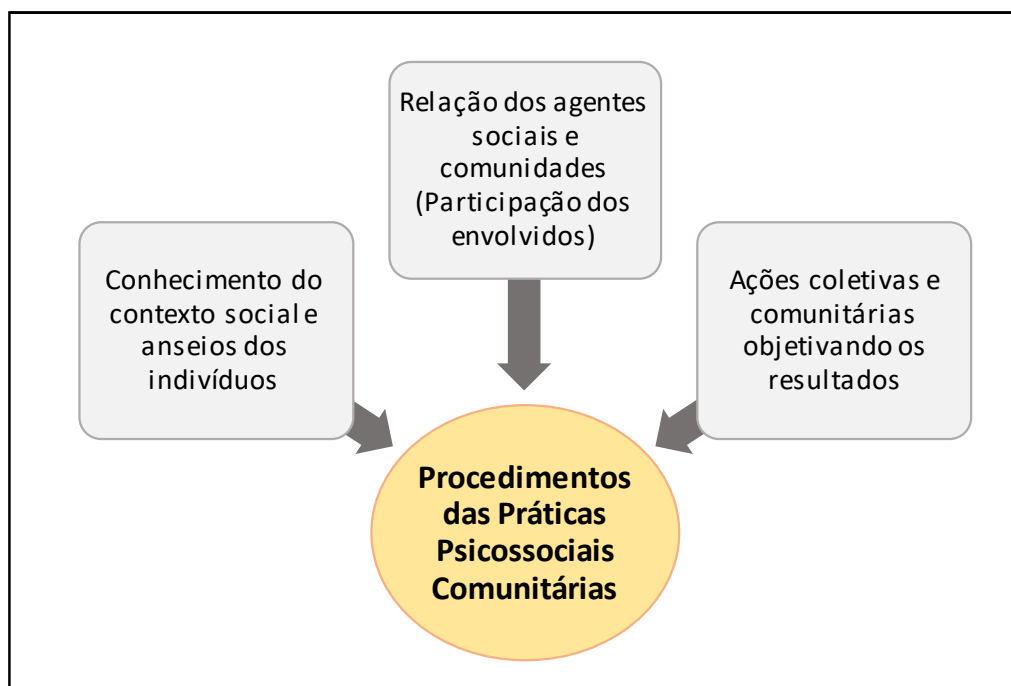
Portanto, a prática psicossocial comunitária está atrelada à criação de condições para que as comunidades tenham as mudanças sociais concretas, no sentido de que a participação seja ativa, gerando ações que contribuam para as melhorias das condições de vida da população oprimida. Isto não quer dizer que a sociedade e as instituições políticas não devam participar, pelo contrário, é necessário que ocorram estas relações políticas para que as ações sejam realmente positivas e as transformações sociais nas comunidades aconteçam (MONTERO, 2006). Somado a isto, os elementos importantes da participação direta na questão psicossocial contribuem para que seja possível:

- a) Implementar a cultura democrática no cotidiano das relações; b) Construir relações e redes comunitárias e associativas que envolvam efetivamente os participantes; c) Contribuir para o incremento da participação das pessoas nas diferentes esferas públicas estabelecendo os liames com a sua vida privada (FREITAS, 2018, P. 101).

Freitas (2018) comenta que através dos estudos da psicologia social latino-americana, pelo seu processo evolutivo de estudos e tentativas de práticas sociais comunitárias, a partir do seu curso histórico, ficaram mais nítidos os propósitos das ações psicossociais nas comunidades e estes, hoje, são considerados avanços no conhecimento das realidades sociais que envolvem as disparidades sociais.

Montero (2006) esclarece que as questões psicossociais, na perspectiva política, possibilitam para as comunidades um desenvolvimento que compete aos compromissos de cada pessoa em relação à realização de ações, que considerem as necessidades coletivas pertinentes ao planejamento de atividades rotineiras. Por este motivo, os trabalhos comunitários precisam ser avaliados e precisam ser percebidos os erros e os acertos do processo avaliativo, para que se possa posteriormente obter êxito.

Além disto, a autora cita que as práticas psicossociais correspondem a procedimentos que envolvam resultados positivos para as comunidades conforme são representados na figura 1 abaixo:

Figura 1: Práticas Psicossociais Comunitárias

Fonte: Adaptado de Freitas (2018).

A figura 1 acima mostra os procedimentos necessários para que os trabalhos psicossociais nas comunidades ocorram com êxito. Deste modo, as etapas consistem em: conhecimento das comunidades, distinguindo todos os inseridos neste contexto social; relações dos agentes sociais e das comunidades, reconhecendo os participantes; preparação das ações comunitárias, percebendo se será individual ou coletiva a forma de intervenção. Seguindo estas etapas é possível obter aspectos de transformações sociais das comunidades que garantem a conscientização para com a sua realidade de vida (FREITAS, 2018).

Neste sentido, as transformações sociais das comunidades só acontecerão se as redes de relacionamento tiverem como propósito a solidariedade e sejam favoráveis aos oprimidos, não esquecendo o seu processo histórico-social, que é parte da memória dos indivíduos (FREITAS, 2018).

A seguir, apresenta-se o capítulo 3, que compete à cosmologia guarani, que precisamente retrata a origem, a organização social, a cultura, a identidade e os processos de liderança dos Avá-guarani. Todos estes aspectos da cosmologia guarani são para entender como foram os acontecimentos que competem ao contexto histórico deste povo e como hoje eles repercutem em seus locais.

3. COSMOLOGIA GUARANI

Neste capítulo apresento como ocorreram as origens do povo guarani, desde o processo de colonização do Brasil, a sua história de lutas e resistências, as questões de violação dos direitos à terra de origem. Explico o procedimento histórico desta violação, que mais recentemente ocorreu no Oeste do Paraná. Também cito a organização social da etnia Guarani, seu modo de ser e sua cultura, elencando as suas interpretações do mundo.

Dentro deste mesmo capítulo apresento as lideranças indígenas guaranis, como eram e como acontecem hoje, a forma tradicional e a nova liderança. Por fim, mostro como se dá a identidade dos Avá-guarani do Oeste do Paraná, para distingui-los e entender o ser Avá.

3.1 A ORIGEM DO POVO GUARANI

O conhecimento a respeito do povo guarani remete ao resgate da memória histórica que consiste no desrespeito com os verdadeiros detentores das terras brasileiras. Estudos mostram, a seguir, a história, contada por antropólogos e outros pesquisadores, que realmente esclarece que comunidades guaranis estiveram aqui no Brasil muito antes de os europeus invadirem as suas terras. A partir deste momento os seus direitos originais foram violados, com expulsões, violência e escravidão.

A história dos povos indígenas no Brasil tem várias interpretações sobre o modo como o país foi constituído. Vários historiadores descrevem a história do Brasil como colonial, imperial e republicana, mas, para os indígenas, a história do nosso país é subdividida de forma diferente, ou seja: “período pré-colonial, que vai até 1500; colonialismo português, de 1500 a 1822; colonialismo brasileiro, de 1822 até hoje”. Para os historiadores indígenas não foi descoberta que ocorreu no Brasil, mas invasão. No século XVI o litoral foi invadido pelos portugueses, que adentraram a região. A partir disto iniciou-se a escravização e o extermínio dos povos indígenas, que continuam na atualidade não mais por portugueses, que em 1822 deram lugar para o colonialismo interno brasileiro. A colonização indígena ainda não acabou por vários motivos, tais como: invasões de suas terras, genocídio, extinção de suas culturas, dominação política, entre outros (MOONEN, 2008 P. 06).

Desta forma, a cosmologia guarani se encontra na memória social de colonização, que está relacionada à cultura europeia, mais precisamente à dos espanhóis e à dos portugueses. Neste mecanismo os indígenas, que habitavam no continente americano, foram despojados de

toda a riqueza que possuíam. Esta colonização marcou um caminho de espoliação das riquezas dos habitantes originários destas terras, a fim da obtenção de minérios como o ouro e a prata. O interesse dos colonizadores por estas riquezas sobrepujou a relevância da cultura que existia no local, depreciando procedimentos que não despertavam vantagens econômicas. Isto protagonizou uma forma de violência que os povos guaranis não haviam vivenciado, criando resistências, lutas para preservar a liberdade e para reaver legitimidades (LANE, 1984).

Outro ponto a se tratar é o caso dos Guarani do Oeste do Paraná. Conforme Padis (1981), no século XVI tiveram suas terras invadidas pelos europeus e foram sotopostos ao processo de catequização dos jesuítas. Resquícios desta religiosidade ainda persistem. A questão histórica não para por aí. No início do século XVII os Guarani, que já tinham um local de assentamento para as suas famílias, adaptados à gestão jesuítica, através de alianças entre padres e caciques, foram surpreendidos pela forma tirana com que os portugueses e bandeirantes paulistas adentraram em seus povoados, escravizando-os e praticando atrocidades contra eles.

Em quatro séculos pouca coisa mudou. Durante o período de 1939 a 1982, com a concepção do Parque Nacional do Iguaçu e a elaboração da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a população que residia nestes locais foi expropriada de seus territórios devido às inundações para a construção da barragem da usina e devido à delimitação de unidades de conservação do parque. Os indígenas guaranis perderam os seus territórios. Houve esbulho, marcado por violência e dizimação do povo. Só a partir de 1970, através da FUNAI, a documentação passou a ser revista e, em 1988, na Constituição Federal do Brasil foi concedido o direito à terra aos indígenas. Mesmo assim, ainda hoje há luta pela legitimidade do território, sem êxito para algumas comunidades, que se tornaram posseiras (CARVALHO, 2016).

Os povos indígenas da etnia Guarani, que habitam a Região Oeste do Paraná, tentam manter seu modo de vida, sua cultura e suas tradições, mas historicamente os direitos de posse das suas terras foram assolados pelo regime capitalista de colonização. Isto ocorreu na década de 1940. Primeiramente pela inauguração do Parque Nacional do Iguaçu, que iniciou o ato de conservação da natureza e o aporte para radicar o turismo. Neste território habitavam comunidades indígenas guaranis, que simplesmente foram expulsas, sem nenhum destino ou condução territorial, 32 comunidades deixaram de existir. Em segundo lugar, após quase 40 anos, foi instalada a Usina Hidrelétrica Itaipu, que trouxe o progresso, que o poder público tanto desejava, pela riqueza natural das águas da região e por estar localizada na zona

fronteiriça com os países Paraguai e Argentina. Isto proporcionou o desenvolvimento tecnológico, que o Governo tinha como interesse, porém expropriou a terra de povos que há longos períodos mantinham-se instalados nesta região (CARVALHO, 2013).

Segundo a CNV (2014), esta violação de direitos, pela qual os Guarani foram acometidos, reflete o descaso com a legitimidade das terras, porque no Estatuto do Índio de 1973 fica claro que o indígena pode usufruir da exploração de suas terras como forma de subsistência. Mas, durante o regime militar, os indígenas, que estavam localizados na região fronteiriça no Oeste do Paraná, passaram a ser considerados inimigos do Estado, pois subentendia-se que eram articulados pelos países vizinhos com interesses políticos e que, inclusive, seriam um empecilho para o desenvolvimento do país. Desta forma, aconteceram as invasões e as expropriações dos territórios, além da violência como forma de coerção do esbulho.

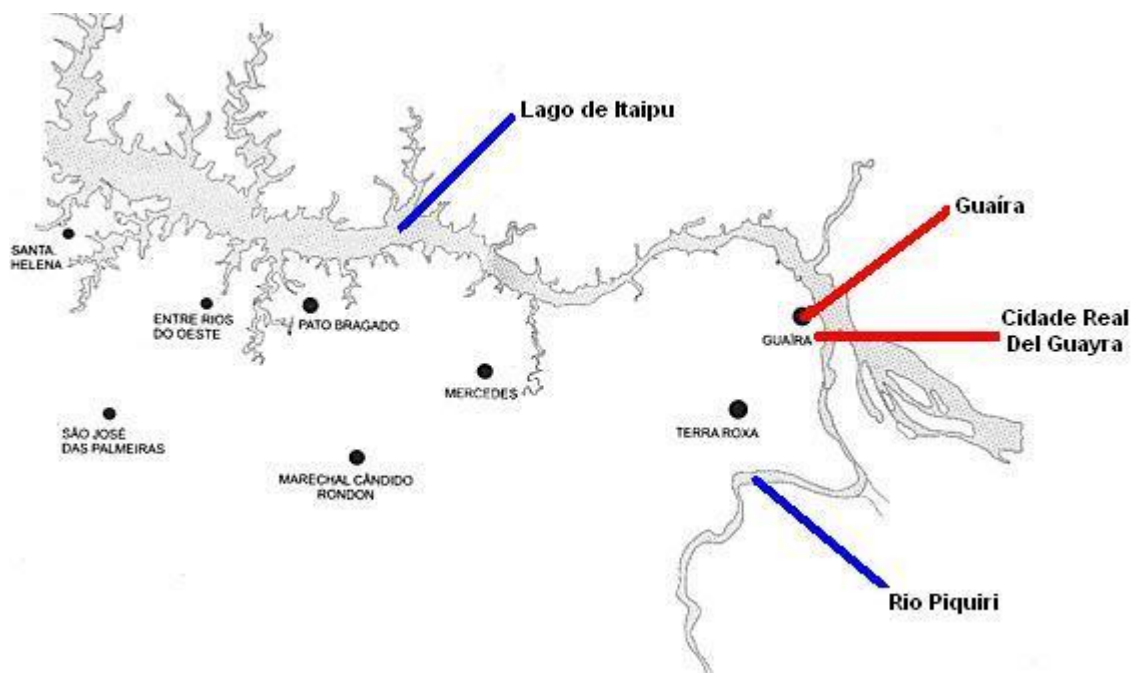
Devido a estes progressos e à urbanização que adentram nos territórios indígenas, com o propósito do desenvolvimento, houve violência e isto resultou em mortes por confrontos. Os desmatamentos, causados pelo agronegócio, as explorações de recursos naturais, feitas de forma ilegal, e as construções, emergidas com a urbanização, provocaram calamidades às populações indígenas guaranis, que viviam nestes espaços com suas famílias. Estes fatos causaram doenças, suicídios, alcoolismo, porque as expectativas se tornam menores em termos de mudanças em busca da legitimidade de seus territórios (LE MOS; GALINDO, 2013).

Com o intuito de reaver os seus direitos, os Guarani estão retornando às suas terras originárias e hoje “possuem uma população de mais de 2000 índios nas aldeias, em média de 16 aldeias que estão no aguardo da finalização do processo de regularização fundiária”. Mas ainda existem indígenas desaparecidos, que ampliam esta relação, porque, devido ao esbulho, residem em outros locais do Brasil, como no Mato Grosso, e mesmo em países vizinhos, como no Paraguai e na Argentina. Esta fuga foi provocada pela posse, por terceiros, dos espaços, considerados originários destes povos. Devido a isto, precisaram sair de seus habitat. Suas culturas sofreram transformações, devido à mobilidade que ocorreu. De forma inevitável, isto acarretou mudanças (OLIVEIRA 2014, P.167,168).

Para exemplificar, existem hoje habitat de povos indígenas Ava-Guarani, na Região Oeste do Paraná, na Tríplice Fronteira, onde várias comunidades ainda vivem em meio a conflitos, ameaças e violências, mas persistem pela luta de seus direitos. A seguir, o mapa representado na Figura 2, mostra a região de abrangência na qual os Guarani estão residindo,

que compreende várias aldeias. Eles continuam com o propósito de reaver a legitimidade perdida com o esbulho de gerações passadas. Nestes locais residem várias comunidades indígenas da etnia Guarani com pequenos espaços para manter a subsistência de seus familiares.

Figura 2 – Mapa de concentração de povos indígenas da etnia Guarani



Fonte: <http://giamendesgoncalves.seed.pr.gov.br>.

Conforme a Figura 2, no mapa é mostrada a faixa da Tríplice Fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina, além da faixa limdeira, que encosta no Lago de Itaipu, na qual se concentra boa parte do povo guarani. Os municípios onde estão situados os povoados dos Guarani, compreendem: Guairá, São Miguel de Iguazu, Santa Helena, Terra Roxa, entre outros.

Diante da perda de territórios na região fronteira, os Guarani reivindicam os seus direitos “recorrendo a advogados, antropólogos e ao próprio Banco Mundial (financiador da UHE Itaipu) para denunciar as sucessivas fraudes de que foram vítimas e cobrar uma reparação justa ao prejuízo sofrido”. Todo este processo de denúncia está documentado na Comissão Nacional da Verdade. Até hoje ainda está em procedimento de reparação e sem resultados consistentes a respeito. Continuam reivindicando os direitos originais sem muito êxito, porque aquelas terras foram dadas como posse a latifundiários (CNV, 2014, P. 213).

A partir do propósito de conseguir obter as demarcações das terras, os indígenas

guaranis procuram interagir com entidades públicas e instituições como a Fundação Nacional do Índio - FUNAI para tentar obter êxito e proporcionar a garantia de legitimidade pelo que lhes foi tomado, mas as entidades geralmente são contrárias aos seus anseios. Mesmo assim as resistências ocorrem porque já fazem parte do ser destes povos. As lutas são incansáveis porque acreditam que somente assim os seus atos podem adquirir consistência. São pessoas frágeis, em relação ao sistema formal da sociedade, por isto, na maioria das vezes, não são ouvidos (RIBEIRO, 2007).

Neste ponto de luta pelos direitos e busca de reconhecimento por parte da sociedade, Clastres (2004) comenta que a consciência que o ser humano tem da realidade auxilia na visão de injustiças e que os interesses são próprios de cada um, desde que não interfiram no que é legítimo. O autor explica que a sociedade capitalista geralmente não considera as organizações de cunho social porque interpõe entre os preceitos a forma estrutural capitalista. São chamados de primitivos, porque o processo de sobrevivência destes povos está na forma de vida de subsistência. Por isto, são discriminados e excluídos pelo seu modo de ser e viver.

De acordo com Albernaz (2009), a forma de reivindicação que os Guarani utilizam está nos acampamentos localizados em pontos estratégicos para serem vistos pelas autoridades. Estes locais de assentamentos são geralmente nos ambientes de reserva ambiental da Itaipu Binacional, como protesto para atrair a atenção em prol da garantia de conseguir os espaços para que possam viver adequadamente com suas famílias.

3.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO GUARANI, SEU JEITO DE SER E A SUA CULTURA

A organização presente na comunidade indígena é distinta da forma estruturada, na qual a maioria da sociedade capitalista está inserida. Fala-se de organização, mas pela configuração social, porque os procedimentos são diferentes. Para Lemos e Galindo (2013) o jeito de ser, o modo de vida, a cultura e a religiosidade dos Guarani são abrangidos pelo termo Tekohá, que significa o local de se viver, a organização social, atribuído ao espaço onde o povo guarani realiza as suas atividades. É também onde se desenvolve a sua cultura. Nas formas tradicionais da sociedade os indígenas são vistos como fora dos preceitos e desígnios de conduta universal e, portanto, estas práticas psicossociais são consideradas uma afronta aos procedimentos aceitos pelos capitalistas.

Para Benites (2012), Tekohá é o espaço onde os Guarani reúnem as famílias e Tekohá

Guassu é um espaço ainda mais amplo, de grupos extensos.

O termo teko significa o modo de ser e viver guarani; ha é definido como o lugar exclusivo onde a família grande pode realizar seu modo de ser – teko. A expressão guasu significa grande e amplo. Assim, tekoha guasu é um espaço territorial muito mais amplo e de uso de várias famílias extensas e de várias lideranças religiosas e políticas. Tekoha guasu poderia ser entendido então como uma rede de tekoha que inclui diversos espaços compartilhados de caça, de pesca, de coleta, de habitação, de ritual religioso e festivo, constituindo-se como o palco das relações intercomunitárias. Desta forma, tekoha guasu é definido como uma vasta rede operante de alianças políticas intercomunitárias e matrimoniais. Este espaço territorial muitas vezes é delimitado por micro-bacias hidrográficas (BENITES, 2012, P. 166).

Em relação à organização social dos guarani, o Tekohá Guassu é um espaço amplo onde residem vários grupos sociais e acontecem as redes de relações sociais. Neste local são realizadas festas, batizados das crianças, casamentos, articulações políticas por reuniões. É o local em que as famílias se reúnem e onde praticam os costumes e as tradições (COLMAN; AZEVEDO; ESTANISLAU, 2017).

Meliá (1990) comenta que o Tekohá é considerado pelos Guarani, desde os antepassados, como o seu local. Neste local acontecem as relações sociais, as ações sociopolíticas, as atividades econômicas e os costumes praticados pelo povo. Além disto, o espaço territorial próprio é considerado como algo indispensável do modo de ser do povo guarani. Está atrelado à sua constituição. Nestes termos “a vida guarani nunca se liberta, nem se abstrai da questão da terra” (P. 34).

Por isto, os Guarani prezam muito pelo território. A terra é o meio que proporciona a prática de atividades como: pesca, agricultura, criação de animais e atividades culturais. Outro motivo pelo qual os Guarani valorizam a terra é porque pertencia a seus antepassados. As terras originárias, tradicionais, onde viviam e foram enterrados os seus parentes, são consideradas um espaço sagrado (COLMAN; AZEVEDO; ESTANISLAU, 2017).

A organização social dos Guarani ocorre em grupos sociais, por tekohá ou aldeia. Neste local residem várias famílias com grau de parentesco, todas com descendência e interligação parental. A comunidade nomeia o cacique, que comanda as reuniões em prol da defesa dos interesses comuns e realiza um trabalho voluntário. Ainda no local, tem casa de reza, ambiente de reuniões e de práticas culturais. O pajé tem a responsabilidade de presidir os rituais e as cerimônias religiosas bem como os cantos e as danças, realizados na comunidade (ALBERNAZ, 2009). Segundo Almeida (2006), aldeia significa o local de agrupamento dos indígenas de determinada etnia que formam o espaço de convivência e de práticas sociais.

Meliá (1981) comenta outro aspecto, relacionado ao espaço dos Guarani em termos de

território: os Guarani eram livres em seus territórios, iam e vinham com liberdade nas suas viagens, sem fronteiras, porque todo este espaço era deles. Isto mudou a partir da vinda dos europeus para o Brasil. Os guarani não puderam continuar com este modo de ser livre, inclusive porque sofreram a exploração em seus territórios e a delimitação das terras de fronteira. Devido ao livre movimento no seu território, como forma de ser, os Guarani consideravam que a temporária mudança de local era necessária, pois a terra precisava descansar, em relação ao cultivo, porque “queima” a terra. A mudança de local comportava também um sentido religioso porque viam a terra como se fosse um paraíso, com recursos naturais abundantes. Diziam que a migração era necessária para encontrar “terras sem mal”, o que era o sonho dos Guarani, para viverem com suas famílias com tranquilidade.

Em se tratando do modo de ser dos Guarani, a interpretação do mundo está no mito de que a terra será destruída pelas mãos do homem branco, que fará a terra morrer. Isto os Guarani explicam pelas queimadas das matas, desmatamentos, poluição dos rios: estas seriam as ações do homem branco que destruirão a terra (ALBERNAZ, 2007). “Os Guarani veem seu mundo como uma região de matas, campos e rios, como um território onde vivem segundo seu modo de ser e sua cultura milenar” (GRUMBERG; MELIÁ, 2008, P. 03).

Com relação ao modo de ser, os Guarani tentam manter viva a sua cultura, os costumes e a tradição, pois estão na sua memória os ensinamentos de seus antepassados. São estes os conhecimentos e as práticas sociais que utilizam no tekohá. Trazem da sua história a espiritualidade, o cultivo da terra, a relação com a natureza, língua própria, que é o guarani; ou seja, o seu modo de ser são as suas particularidades (GRUMBERG; MELIÁ, 2008).

Ribeiro (2007) explica que o modo de ser e viver do povo guarani decorre de sua própria identidade diversificada, mas baseada na coletividade. Mesmo com toda a dificuldade, devida em parte ao espaço territorial, reduzido pela derrubada das matas para grandes plantações e em parte à obtenção de pouco cultivo de alimentos, os povos indígenas guaranis não desistiram e buscaram alternativas de sobrevivência, em meio a percalços. Estão ainda mantendo as suas culturas de rezas, os cultivos agrícolas, os costumes e as tradições, criando uma forma de transformação nas suas comunidades.

A cultura do indígena guarani é diferenciada, tida como ordinária, por se tratar de um regime de comunidades alternativas, com atividades dinâmicas. É chamada de organização social, pois é considerado o que se faz, o que é e o que representa no ambiente em que está inserida. Segundo Furtado, Pedroza e Alves (2014), é o campo simbólico que representa práticas, linguagens, valores. Pela cultura se dá o direcionamento para que, tanto

individualmente quanto coletivamente, se faça parte da conduta do grupo social.

Loureiro (2010) comenta que um dos meios, pelo qual a cultura indígena foi modificada, está na união de seu povo com os brancos que, conseqüentemente, pela interação ocorrida entre índios e brancos, acarretou a evolução dos indígenas, adentrando na civilização moderna. Também pelo matrimônio se tornaram civilizados. Do ponto de vista cultural, esta interação é benéfica para a humanidade, porque conduz a um processo de aprendizado de modos de vida distintos.

Paiva (2016) retrata a cultura indígena também pela arte, movida pelo simbolismo, que se manifesta na musicalidade e nas tradições dos encontros da comunidade e nas comemorações ocorridas nos seus espaços. A arte caminha com as suas histórias e os costumes que são trazidos dos antepassados e que não podem ser perdidos. Além disto, as danças são próprias de seus processos culturais e dão sentido à música, pelas interpretações que ocorrem. Outra forma de arte é o artesanato, produzido com detalhe e sensibilidade. É também na arte que se instigam as atividades e a explicação da essência etnológica do povo.

A cultura não é definitiva, é adaptável, conforme os meios de vivência. Cada comunidade ou grupo utiliza diretrizes específicas para interpretar a realidade de seu contexto social. Estas interpretações concedem a flexibilidade cultural e correspondem aos preceitos adotados e levados com o sujeito, durante o ato de convivência no grupo, mas, quando interage com outros preceitos culturais, absorve também hábitos, costumes. A sua cultura anterior se transforma. A cultura não é imutável, está em constante modificação (KONDO; FRAGA, 2014).

Quando se pretende conhecer a essência dos povos indígenas, perscruta-se a sua cultura e a sua identidade. Mediante pesquisa, entende-se que a identidade é constituída e, para os indígenas, é a forma legal, além de ter uma relação próxima com a cultura. Neste sentido, a identidade proporcionou a cultura dos povos indígenas e vem sendo construída pelo simbolismo com linguagem própria, rezas, costumes, modo de vida. Mas, também passa por transformações nas gerações futuras. Assim a identidade indígena se modifica em um processo contínuo. A preocupação dos povos é não perder a sua afirmação de origem e as raízes constituídas pelos seus antepassados (MACHADO, 2005; LOUREIRO, 2010; KONDO; FRAGA, 2014; PAIVA, 2016).

3.3 A IDENTIDADE DOS AVÁ-GUARANI

De acordo com Machado (2005), a identidade é o modo pelo qual o sujeito é identificado na organização. Pode ser positiva ou negativa, dependendo do comportamento deste sujeito no grupo. Está voltada para a ética praticada na comunidade e é considerada como exemplo em relação à liderança.

Para Furtado, Pedroza e Alves (2014), a identidade está relacionada ao comportamento e às atitudes do sujeito e à sua construção social. É o entendimento de si mesmo e de como é o indivíduo no contexto em que vive. A identidade está atrelada à subjetividade porque é o processo psicossocial de si mesmo para compreender e interpretar a realidade em que vive. Neste sentido, os indígenas Avá-guarani tem em sua identidade a cultura, enraizada na memória histórica de seu povo, que levam consigo na sua forma psíquica de ver o contexto em que estão inseridos.

Os Guarani se autodenominam Avá que, na sua língua, representaria o significado de “pessoa”. Esta denominação é o seu modo de ser, ou seja, é específico para o grupo social no qual os Guarani se identificam. No entanto, todos se consideram Guarani, porém se autodenominam como Avá, que é o “homem índio”, é a sua identidade (MELIÁ, 1981; GRUMBERG; MELIÁ, 2008).

Um princípio da identidade dos Avá-guarani é serem caminhantes. Estão em constante movimento, visitando parentes em outras aldeias ou em contato com parentes no país vizinho, Paraguai. Neste caso existe a essência dos Avá de serem circulantes. É uma forma cultural deste povo, faz parte da construção de sua identidade (COLMAN; AZEVEDO; ESTANISLAU, 2017).

Os movimentos dos indígenas Avá-Guarani no Oeste do Paraná estão direcionados para a busca de sua identidade e de seu modo de vida, que foram perdidos quando da espoliação dos mesmos da região fronteira. Parte dos territórios, que foram expropriados, também acarretou a perda da própria identidade destes povos, pela imposição da sociedade capitalista, com costumes diferentes dos seus. Hoje aspira resgatar da própria história os costumes, as tradições e a cultura, trazidos pelos seus antepassados. Os deslocamentos territoriais criaram mudanças difíceis para estes povos, porque precisaram procurar outros locais para residir e descobrir novas organizações produtivas que modificaram os seus modos de vida (INÉIA, 2014).

As manifestações e resistências que os indígenas constantemente apresentam,

percorrem os ditames contraditórios do regime capitalista, que atormentam a sua vida cotidiana, porque a identidade dos Avá-Guarani é a de manter as suas casas de rezas, as suas famílias nas terras originárias, a coletividade, o jeito solidário de ser e o cultivo de subsistência, que necessariamente é para suprir todos os membros da comunidade. Mas este modo de ser e de viver gera discriminações, com violência e exclusão social por parte da sociedade cujo o modelo socioeconômico capitalista impõe um determinado olhar diferenciado em relação a essa população. Os indígenas Avá-Guarani estão aprendendo a viver de forma diferente da que eram costumados, deixando de lado a caça, que era um costume e uma forma de vida, incorporando outros fatores, como o cultivo de alimentos diferenciados e a criação de animais, mas mantendo a tradição medicinal e a língua nativa (INÉIA, 2014).

Um aspecto que está relacionado à identidade social da etnia Guarani são os traços das missões jesuíticas que, no processo de colonização, foram acrescentadas à cultura guarani, gerando a interculturalidade. Até hoje ainda se preservam alguns costumes destas missões. A identidade Avá-guarani é dinâmica, ou seja, está sempre se modificando, mas o “Tekohá” é o local onde o indígena busca o seu ser e a sua existência (INÉIA, 2014).

Para Cunha (1994), a identidade se resume na essência do ser humano em perceber as coisas e interpretar as situações. Seria como a memória que fica gravada nas questões da vida do sujeito, enquanto que a cultura é determinada por regras e valores, determinados como forma de conduta do sujeito em seu ambiente social. Por conta disso, entende-se esses elementos como indissociáveis e fundamentais pra se compreender a construção social de um grupo em particular.

Oliveira (2012) comenta que é preciso estabelecer solidez para o sentido da identidade, de como o sujeito é visto pelos membros do grupo e por outras organizações. No caso dos indígenas Avá-guarani a identidade também representa a sua etnia e o seu modo de viver, através de crenças e da utilização de costumes, como a sua cultura dentro dos grupos. O simbolismo dos signos são traços tanto de identidade quanto de cultura, que prevalecem com os povos.

Outra situação que envolve a identidade dos povos indígenas Avá-guarani está na consideração dos direitos para que a sua existência não seja considerada em vão. A princípio, segundo Cunha (1994), mesmo com a colonização portuguesa, os direitos dos Avá-guarani prevaleceram com a promulgação da Carta Régia em 1609, que reconhecia a sua territorialidade no Brasil. Em 1680 um alvará foi criado para conceder, como legítimas, as

terras destes povos. Posteriormente, com a vinda da Constituição Federal de 1988, os índios permanecem com os seus direitos ao uso dos recursos naturais e com a legitimidade em manter a sua identidade e a cultura, mediante seus costumes e tradições, residindo nos seus locais originários.

Outro aspecto, que é considerado uma forma de identidade dos povos indígenas, é o instrumento de linguagem, próprio de cada etnia, como o caso dos índios da etnia Avá-guarani. A sua língua, o guarani, representa a interação de todos os envolvidos na comunidade. É uma forma de diferenciação dentro dos grupos. Porém, a linguagem indígena esbarra na posição da língua portuguesa, tida como principal na sociedade capitalista, acarretando a utilização das duas formas de linguagem, a que é familiar no seu grupo e a universalizada na sociedade brasileira (SEVERO, 2016).

Para considerar o instrumento da linguagem, segundo Kondo e Fraga (2014), é preciso entender que somente pela língua em uso, que corresponde à identidade do sujeito, pelo discurso a identidade pode ser construída. Este meio discursivo se torna a essência do ser indígena e proporciona a sua identificação no grupo.

A oralidade, da língua guarani, é o meio pelo qual os indígenas guaranis se comunicam. Eles também utilizam a escrita para ensinar as crianças, como critério identitário, tendo o domínio da sua língua original e também o da segunda língua, a portuguesa, utilizada pela sociedade brasileira. A língua dos Avá-guarani vem do tupi-guarani, mas existem diversas línguas guaranis, mas mesmo com esta diversidade todos entendem a língua uns dos outros (GRUMBERG; MELIÁ, 2008).

O aspecto da religiosidade é um processo da identidade dos Avá-guarani porque é durante os rituais, os cantos e as danças que ocorre o pertencimento ao grupo. Este seria o elemento de fortalecimento da identidade, porque quando há o contato coletivo espiritual, o indígena perceberia que pertence a esta comunidade e que está inserido nesta cultura e nestas tradições. Seria a sua representatividade na comunidade onde vive (MARTINS, 2015).

3.4 PROCESSOS DE LIDERANÇA INDÍGENA

A liderança surgiu para manter a ordem de um determinado grupo, como forma de defesa, pela força ou com a imposição de regras necessárias para conduzir os indivíduos de forma mais organizada. A liderança ocorre para todos os indivíduos, independente da cultura. Nenhuma sociedade foi estabelecida sem que houvesse líderes, nos aspectos sociais, para

impor decisões e conduzir uma população. Por isto, é inevitável a existência de um líder, independentemente do tipo de organização, seja tradicional ou social (BASS, 2007).

O termo liderança assume diferentes conceitos para os indivíduos que a estudam. A sua significação está na percepção individual de cada um. Muitos ouvem, mas não conseguem defini-la. O único pensamento comum de estudiosos é que a liderança exerce influência com intencionalidade, ligada a um grupo ou entre duas pessoas ou mais (BERGAMINI, 1994). Está voltada para interesses sociais, utilizando-se de alguns procedimentos como regras, normas, leis, entre outros (FARIA; MENEGHETTI, 2011).

A liderança é essencial para que uma organização proceda com suas atividades. Os grupos devem ser conduzidos para que se alcance o que se deseja, pois uma pessoa não consegue desempenhar as suas atividades sozinha, necessita de outros em prol de um objetivo comum, assim como as organizações são essenciais para a sociedade, mas precisam de líderes para a sua coordenação (CHEMERS, 1997).

A liderança vem sendo estudada há cerca de 200 anos, por isto as suas interpretações são bastante variadas. Existem vários entendimentos diferentes a respeito deste termo. Alguns teóricos consideram os estilos, a personalidade e o que o líder faz; e outros valorizaram eficácia do líder, o que o leva a dirigir pessoas (BERGAMINI, 1994). Mesmo com todas as formas de entendimento para liderar, ainda hoje são necessários estudos aprofundados a respeito do assunto, porque as organizações têm percepções diferentes em termos de liderar equipe ou grupos.

Bass (2007) cita que os líderes devem ser exemplo de conduta e responsabilidade para que consigam influenciar o seu grupo e proporcionem o resultado que desejam, buscando formas de atrair inspirações para que as pessoas o considerem como representante efetivo do grupo. Segundo Bergamini (1994), a liderança está envolvida nas interações sociais, com outro olhar, pela ideia de trocas sociais onde o líder é visto como membro do grupo, mas que abdica de uma autoridade em termos de decisões, aconselhamentos e condução de um grupo.

Deste modo, a liderança vem de um longo período, tanto a formal, chamada de gerencialista, que envolve o sistema capitalista de cunho formal e estruturado, composto por gerentes, consultores, gestores, entre outros, com o propósito de gerir pessoas (RAMPAZO, 2015), quanto a social que tem outras percepções na condução de um grupo de pessoas e, para Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), repercute no homem comum que, comandando o seu lar e utilizando estratégias de sobrevivência, possui uma forma ordinária de liderar, ou seja, quase sem importância aos olhos dos gerencialistas.

Nas comunidades a liderança ocupa um lugar diferente. No caso dos indígenas, os líderes dependem estritamente da vontade de seu povo, para que possam exercer o seu papel de líder. Uma característica marcante de um líder indígena, segundo Oliveira (2000), é dominar a linguagem, ter argumentação e seguir as normas da comunidade conforme os preceitos da ética praticada no grupo. Devido a isto, ele se torna respeitado pelas comunidades, que ouvem as suas palavras. A linguagem é imprescindível para garantir uma posição de autoridade no povoado.

Conforme explica Schaden (1974), os caciques indígenas são vistos como pais das comunidades, por cuidarem de seu povo e resolverem os seus problemas. Estes são os atributos principais para alguém se tornar cacique: ter sabedoria, saber dialogar com as autoridades, ter carisma, ser prestativo e não ter o vício de alcoolismo. Outro ponto relevante é o domínio da língua, tanto nativa (guarani) quanto nacional (portuguesa).

De acordo com Calaça e Vizeu (2015), a liderança social é vasta e atende às relações sociais, supera o modelo gerencialista, que cria padrões e critérios de gestão, é outro olhar de como liderar, vem do homem comum, que atende às aspirações do grupo. Além disto, estes líderes são motivadores, praticam a moral e preservam valores no grupo. Esta liderança considera a realidade social e por isto é vista como transformacional.

Outra forma de liderança, dentro da questão social, é a abordagem psicossocial que, para Faria e Meneghetti (2011), não é uma forma de generalização, porque é preciso considerar as práticas psicossociais, que são diferentes de indivíduo para indivíduo. Os líderes influenciam os indivíduos a seguirem os seus preceitos de modo inconsciente, são como psicólogos sociais, pela sensibilidade a anseios e sentimentos. Este tipo de liderança utiliza a vivência das pessoas, mas exige que estejam presentes características como empatia, paciência, generosidade, entre outras, porque são consideradas como atributos necessários em termo de gestão dos grupos.

Na liderança indígena guarani se vê, desde os primeiros indícios da ocupação dos espanhóis, a figura do cacique como líder das aldeias. Já era mencionada pelos padres jesuítas no século XVI. Os jesuítas explicam que existiam duas lideranças no povo guarani: o líder civil, constituído como cacique, representava, pelo grau de parentesco, a paternidade da organização social e o líder religioso (*karai*), considerado pelos jesuítas como feiticeiro, chamado também pelos etnólogos de *xamã*, era o que possuía maior poder no povoado, pelas suas demonstrações de magia. O que desagradou aos missionários é que os *karai* eram caminhantes, mudavam constantemente de local e, como possuíam carisma com o povo

guarani, exerciam grande influência nestas mudanças. Já com os caciques, escolhidos pelo povo como capitães das comunidades, os missionários se davam bem, porque estes líderes forneciam mão de obra que auxiliava nas atividades dos missionários (CHAMORRO, 2008).

Em relação ao poder em grupo Clastres (2004) comenta que os líderes indígenas não possuem autoridade diante da comunidade, mas que possuem representatividade em termos de negociação e dialogismo externo ao seu território. Diante do que o autor cita, observa-se a hierarquia nesta forma de organização social que condiz com o que o grupo consente. O chefe indígena, chamado de cacique, é o representante para a busca de resolução de problemas relacionados ao organismo público. O pajé é geralmente o mais idoso dos habitantes, tem a função de preparar as ervas medicinais para a cura de doenças, de conduzir as casas de rezas, além de aconselhar os seus integrantes no grupo para a harmonia e bem-estar da comunidade.

Hoje as lideranças guaranis continuam com os rezadores (líderes religiosos) e os caciques (líderes políticos). Segundo Albernaz (2007), os caciques são escolhidos pela comunidade como o eram tradicionalmente, porém o papel que lhes é dado atualmente se refere às negociações com os não indígenas e a manter um diálogo, porém utilizando projetos articulados que os assessoram politicamente.

A escolha das lideranças pela comunidade segue principalmente a observação do critério do interesse demonstrado em trabalhar ou dedicar-se ao grupo, ou seja, a pessoa que será um líder tem que demonstrar seu interesse e capacidade de trabalho para a comunidade antes de ser escolhido para a função de liderança. Entretanto, além deste interesse demonstrado em trabalhar para a comunidade, algumas outras características são valorizadas e mesmo ditas necessárias ao aspirante a ser um bom chefe político, que são: o conhecimento da língua portuguesa e o conhecimento de como funciona a sociedade dos brancos (ALBERNAZ, 2007, P. 162).

Em relação aos rezadores, eles são hoje líderes fundamentais para que o desenvolvimento social da comunidade ocorra. Afinal, são aconselheiros dos caciques em termos de tomadas de decisões e também nas articulações políticas. A religiosidade é mantida desde a liderança tradicional, como prática da cultura dos Guarani, além das regras a serem seguidas, para que não ocorra má conduta dentro da comunidade. Outro aspecto destes líderes religiosos é que são bastante respeitados na comunidade pela sua sabedoria, saberes medicinais, rezas, benzimentos, artesanatos, entre outros (MARTINS, 2015).

Portanto, as lideranças políticas (caciques) e as lideranças religiosas (pajés) estão modificando a sua forma de liderar. Esta nova liderança partiu da “implantação da educação escolar indígena nas aldeias e por meio do contato com os agentes”, tendo como papel a intermediação com os não indígenas, por já possuírem o domínio da língua portuguesa e o

conhecimento do mundo dos “brancos” e por priorizarem a atuação do ensino nas comunidades. Além disto, são conhecedores das questões do Estado e a tramitação civil. Por isto, lutam pelos seus direitos e pela conservação ambiental (TEAO, 2015, P.136).

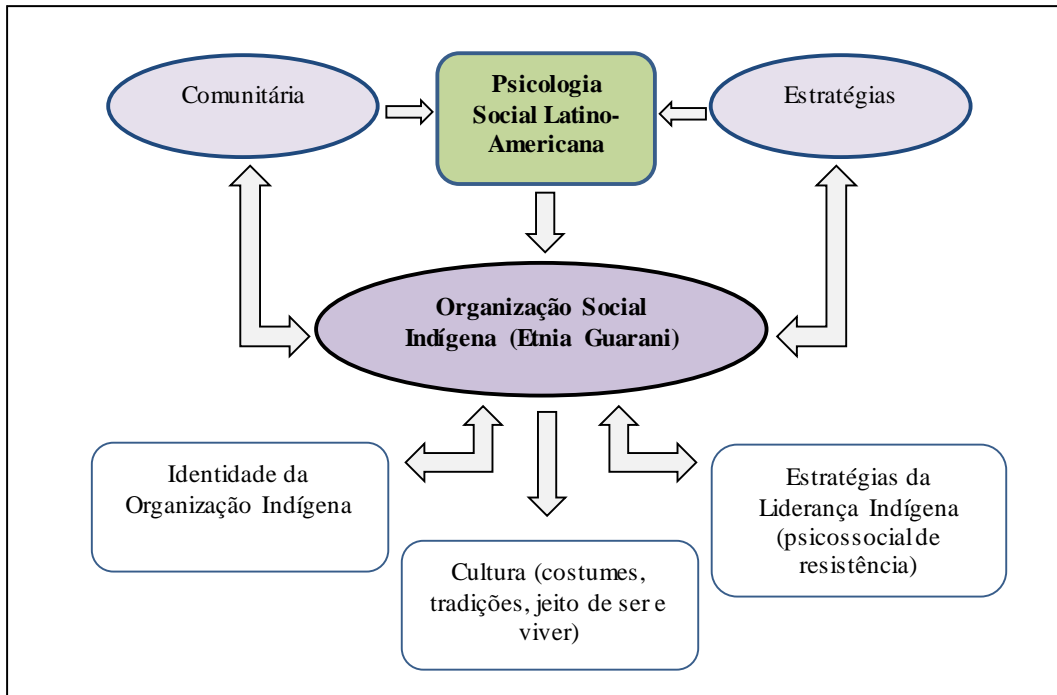
Para que os elementos da pesquisa fossem contundentes em relação ao intuito da temática, foram apresentados no capítulo 2 a base teórica e os construtos necessários para atender à compreensão da organização que se confere os indígenas. Além disto, trouxe a teoria da psicologia social latino-americana, bem como as estratégias psicossociais de resistência, responsáveis pelo desenrolar da concepção do indivíduo dentro da organização social.

Em seguida no capítulo 3, foram expostos o processo histórico de acontecimentos, a percepção e os detalhes da composição, tanto da identidade quanto da cultura, que são os alicerces para que seja caracterizada como organização a estrutura em que estão situados os indígenas da etnia Guarani. Todos estes procedimentos foram persuasivos na proporção em que os argumentos relacionados levaram aos indígenas, porque são atributos que precisam despertar para a reflexão de uma organização distinta do que a sociedade está habituada a contemplar.

Em seguida, na figura 3, apresenta-se a síntese do referencial teórico, para a visualização dos principais pontos tratados no estudo, que engloba o ciclo teórico relevante, para que sejam entendidas as ideias que relacionam desde a teoria da psicologia social latino-americana que inclui a psicologia social comunitária até o modo de vida e as estratégias psicossociais que os indígenas da etnia Guarani adotaram, para manterem-se em resistência durante a luta pelos seus direitos.

Nesta síntese são desmembrados os componentes fundamentais da cosmologia guarani em se tratando da história dos guarani, sua organização social, identidade e cultura, a forma de liderança. Estas características são próprias ao modo de ser desses povos e retratam detalhes em relação as suas tradições, costumes, religiosidade. Por isto, é relevante apontar na síntese como se determinam os estudos teoricamente.

Figura 3 – Síntese do referencial teórico



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após a observação da síntese do embasamento teórico, na figura 3, segue, no capítulo 4, a metodologia de pesquisa, que envolve os recursos utilizados para a elaboração da análise, os procedimentos para a relevância do estudo, em termos de qualidade e compreensão dos propósitos iniciais, e os participantes, para que ocorra a devida utilização dos fatos relatados perante os instrumentos de coleta de dados.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo mostra os procedimentos da pesquisa para o alcance do objetivo que é compreender as principais estratégias psicossociais de resistência utilizadas pelas lideranças indígenas guaranis na Região Oeste do Paraná. Além disto, utilizei os instrumentos os quais foram fundamentais para o construto da análise com o intuito de obter informações pertinentes ao que foi proposto nos objetivos específicos desse estudo. Relato neste capítulo a escolha dos entrevistados, o ambiente da pesquisa e como realizei a coleta dos dados para posteriormente apresentar as análises e os resultados finais.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Este estudo foi realizado pelo método qualitativo e está amparado na teoria da psicologia social comunitária latino-americana, pelas estratégias psicossociais das resistências e pelas lutas em que as lideranças indígenas seguem. Roratto (2010, p. 176) comenta que a pesquisa qualitativa nas ciências sociais retrata “as diferentes comunidades com voz na sociedade e, ao indicar as relações destas comunidades com as sociedades em que estão inseridas, constrói um conhecimento situado de acordo com as realidades que lhes são próprias”.

Sobre as relações sociais das comunidades, Flick (2009) comenta que a pesquisa qualitativa é o ponto crucial para o estudo da amplitude da vida em sociedade e as suas relações. Um dos aspectos, considerados relevantes, é a individualização, característica particular de cada um, que determina uma diversidade de ambientes, com culturas e estilos de vida próprios. Esta amplitude de histórias de vida proporciona um estudo empírico que é o alicerce da pesquisa qualitativa. Além disto, com toda esta diversidade, a interpretação se torna mais focada em termos do conhecimento situacional, ou seja, não há a possibilidade de ignorar as mudanças sociais e as novas perspectivas. Os pesquisadores de cunho social precisam ter sensibilidade e adequar as investigações às práticas locais, pelo conhecimento do ambiente e das pessoas em um processo indutivo.

O método qualitativo, segundo Chizzotti (2003), é o meio pelo qual se envolve o construtivismo, situado na interpretação do local e das pessoas, além de ser uma forma de compartilhar fatos e experiências de vida, a fim de extrair desta convivência os reais significados para o objeto de estudo. É através deste método que o pesquisador obtém um

universo de possibilidades em termos de conhecimentos e percepções dos fatos.

Como o propósito é conhecer a realidade das comunidades indígenas, também considero o meu estudo como pesquisa social porque, conforme Minayo (1994), não é possível descartar os processos sociais e a subjetividade. Além disto, o aspecto histórico é essencial nas ciências sociais, envolve os fenômenos da vida dos indivíduos pela sua realidade de fatos; é essencialmente qualitativo devido a esta construção social; mostra os fatos da vida social, tanto individuais quanto coletivos, as práticas da organização e os seus meios de subsistência.

Em se tratando de subjetividade, Roratto (2010) comenta que a subjetividade é a forma de interpretação dos aspectos reais do estudo, não é puramente a descoberta da verdade em si, mas o entendimento das realidades dos fatos. Sobre a pesquisa na realidade social é fundamental a utilização do método qualitativo porque proporciona a explicação das transformações sociais na humanidade, além de considerar os fenômenos sociais que envolvem cultura, tradições, costumes e crenças.

De acordo com Martins (2004), a utilização do método qualitativo consiste na diversidade de instrumentos para a base analítica, mas que o pesquisador precisa ter cuidado para não descartar dados relevantes para a pesquisa. Além disto, requer criatividade para que a análise seja precisa e que tenha o intuito da verdade, sem a interferência do pesquisador em termos da obtenção dos resultados.

Deste modo, pensando nas explicações que os autores expuseram em relação ao método qualitativo, que direciona o estudo para a forma subjetiva, os instrumentos de pesquisas que utilizei neste estudo foram: entrevistas, observações diretas e o diário de campo. Estes instrumentos também são de dimensões propositais aos fenômenos, com estratégias de investigação de diferentes concepções em relação ao método quantitativo.

Em se tratando de entrevistas, Duarte (2002) comenta que é necessário que elas sejam de caráter qualitativo, principalmente as semiestruturadas, que são mais criteriosas e colhem informações de qualidade, que contribuem para o estudo investigativo. A determinação de quantos serão os entrevistados depende da qualidade das informações coletadas. A partir do momento em que é realizada a primeira entrevista semiestruturada, já é possível corrigir erros, através das gravações feitas pelo entrevistador. Cada vez que se repetem as entrevistas com as questões pré-elaboradas, deve-se ter a atenção de reorganizar, inclusive corrigir, posturas e expressões do entrevistador. As entrevistas requerem atenção e experiência no campo de pesquisa. Por isto, é preciso avaliar as questões elaboradas e ter cuidado para não ser objetivo

demais durante a entrevista, para que as informações sejam consistentes, para posterior análise.

No cunho qualitativo o instrumento de entrevista, mesmo que seja um dos primordiais, enriquece ainda mais a pesquisa se utilizado com outros, como as observações e os relatos no campo de investigação, pois, conforme Weber (2009), as observações participantes necessitam dos relatos narrativos e também dos descritos. Os descritos são utilizados nos diários de campo, em que são registradas e escritas todas as observações realizadas no período da visita, experiências íntimas do pesquisador no local, reflexões sobre os acontecimentos. Mesmo que os diários de campo não sejam documentos publicáveis, fazem parte do conjunto de materiais da técnica de observação e, através desta técnica, é possível uma autoanálise no trabalho de pesquisa.

Dando sequência às técnicas utilizadas para o construto de pesquisa, compete o entendimento da argumentação do método utilizado, das técnicas e da análise posterior dos dados. No Quadro 4 estão representados os procedimentos necessários para que os resultados do estudo sejam consistentes, através dos propósitos que envolvem relatos dos participantes, o entendimento da realidade social destes participantes, bem como seu contexto, tanto histórico como social. Além disto, a análise, por ser de história oral, traz a explicação dos discursos das lideranças indígenas em seu contexto de vida cotidiana.

Quadro 4 – Classificação da Pesquisa

CLASSIFICAÇÃO	PROPÓSITO
Método qualitativo	Interpretação da realidade social, pesquisa social, subjetividade, aspecto histórico, comportamento dos grupos sociais, construção social.
Técnicas de entrevistas, observações e diário de campo	Relatos dos participantes pelo seu contexto social, histórico e político, percepção da realidade.
Análise de história oral	Utilização dos relatos para criar as análises a partir da realidade dos povos indígenas Avá-Guarani do Oeste do Paraná, suas verdades e história de vida. É de base analítica.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No Quadro 4 foi possível observar que as interpretações da realidade social e do comportamento dos indivíduos nos grupos, são consideradas pesquisas sociais e, consequentemente são da abordagem qualitativa. Se elas são da abordagem qualitativa, são também subjetivas, utilizando-se de instrumentos dentro deste ensejo, como as entrevistas, observações e diário de campo. A análise que se enquadra é a história oral que visa refletir a realidade dos participantes, sua memória histórica, cultural e política.

4.2 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Para a busca de informações através das coletas de dados, procurei abranger as principais lideranças dos Tekoha (comunidades indígenas). Os locais, chamados Tekoha, são especialmente dos indígenas Avá-Guarani, que repercutem o seu modo de vida e a sua identidade. Estão localizados na Região do Oeste do Paraná, sendo os sujeitos sociais inseridos nesta realidade de lutas para garantir os seus direitos. A pesquisa foi realizada com 13 lideranças de diversas comunidades, distribuídas em cidades da região de investigação, tais como: Guaíra, Santa Helena, São Miguel do Iguacu, Diamante d'Oeste, Terra Roxa e Itaipulândia. A composição destas lideranças foi de caciques das organizações sociais indígenas e de um líder espiritual. A participação do líder espiritual na pesquisa foi devido a ausência do cacique da sua comunidade o qual o designou para representá-lo, totalizando então os 14 participantes, 13 caciques e um líder espiritual.

A escolha dos participantes está relacionada com as lideranças da organização social, responsáveis pelas estratégias e pela condução das comunidades. Isto se torna crucial para o estudo, além da repercussão na Região Oeste do Paraná, que advém de situações conflituosas, oriundas dos desígnios e das lutas destas lideranças em prol do bem estar dos seus povos. É fundamental entender os critérios adotados por estas lideranças para manter seus modos de vida e a luta pelos seus propósitos, entender a percepção de cada líder, representante das comunidades dentro da Região Oeste do Paraná.

Os participantes desta pesquisa estão inseridos em um processo histórico que abrange as raízes e toda a memória dos seus povos, pela sua realidade, a forma de viver, os anseios, as violências que sofreram, por longos períodos. Por este motivo, a escolha da etnia Guarani é o critério de interesse deste estudo, porque o entendimento a respeito da cultura desta organização social traz uma reflexão em relação à sociedade contemporânea.

As comunidades indígenas são de regiões vizinhas e têm uma relação de troca, tanto de informações como de parcerias. Estas lideranças buscam interagir no sentido de melhorar as suas condições de vida e de garantir a harmonia para suas comunidades. A definição dos participantes considerou a forma de liderança, pela atribuição ativa nas comunidades. Os líderes que fazem parte do estudo são aqueles que conduzem os seus povos e trazem informações de encontros e reuniões, dos resultados alcançados e dos problemas que enfrentam, além de contribuir com os relatos sobre os principais objetivos dos seus povos.

As abordagens foram realizadas na região fronteira, nos locais de 14 comunidades,

próximas ao Lago de Itaipu, e em terras cedidas pela Itaipu, cuja demarcação os indígenas esperam. Todos estes locais fazem parte da Região Oeste do Estado do Paraná. Nestas comunidades indígenas estiveram presentes as lideranças para uma oficina do projeto CAPES. Foram, então, realizadas as entrevistas, nos períodos de 06 a 08 de setembro e 22 a 24 de novembro de 2018. Procurei por lideranças, inseridas no patamar das comunidades, que lutam pelos direitos, e que, inclusive, mantêm contato com autoridades, responsáveis pelas transformações da região, em termos de reconhecimento e de permanência das culturas e das formas de vida dos indígenas.

Os instrumentos de coleta de dados foram: observação direta; entrevistas semiestruturadas, aplicadas às lideranças indígenas, precisamente os caciques envolvidos neste procedimento; descrição de campo, com alguns relatos presenciados. As entrevistas foram efetuadas de acordo com a elaboração de questões, mas no decorrer da aplicação do instrumento foram acrescentadas outras indagações, pertinentes ao meio de estudo.

As aplicações das entrevistas atenderam ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, essencial para que os participantes se sentissem à vontade em responder ou não às questões. Cada instrumento aplicado foi pautado no consentimento das comunidades indígenas e de representação, para que os dados levantados fossem inseridos nos propósitos das partes ativas do estudo. Além do TCLE que consta no apêndice 1, foram utilizados os roteiros de entrevistas para com os caciques da organização social indígena guarani que é relatado no apêndice 2.

De acordo com Colognese e Melo (1998), a aplicação das entrevistas semiestruturadas segue um roteiro que o entrevistador tem como base, porém este roteiro não é padronizado, é pré-elaborado. Outras questões são adicionadas, conforme a necessidade da recomposição do contexto em relação à temática. Nesta forma de entrevista o entrevistador tem uma participação mais ativa, incorporando indagações durante a aplicação da entrevista.

Em relação aos relatos das lideranças em oficinas e encontros realizados nas terras indígenas, o diário de campo foi uma ferramenta adotada, que contribuiu para que não fossem perdidas falas e fatos, citados no local de encontro, além de ter sido crucial para compreender algumas informações citadas durante os diálogos e as interações. No anexo 1 apresenta-se o parecer da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, sendo autorizado o estudo nas terras indígenas pelo projeto “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

Já as observações foram realizadas nas oficinas e nos encontros em diferentes períodos do segundo semestre de 2018, nos meses de julho, agosto, setembro e novembro. Nestas oficinas foram retratadas as situações em que se encontram as comunidades indígenas Avá-Guarani, bem como as solicitações das lideranças em termos de entendimento do seu contexto de vida. A partir das observações, relatou-se o diário de campo para compor as coletas em conjunto com as entrevistas. As observações, segundo Flick (2009), correspondem a técnicas que envolvem os sentidos humanos porque se faz a observação pela fala, por expressões, imagens e comportamentos. Porém, o observador deve atentar aos detalhes para perceber tudo o que ocorre à sua volta.

O diário de campo foi utilizado com o intuito de registrar tudo o que foi observado nas visitas aos locais de pesquisa e, a partir disto, perceber os acontecimentos pertinentes ao momento da observação. Segundo Weber (2009), o diário de campo tenciona relatar todos os procedimentos observados em determinado local, bem como as pessoas envolvidas, os pontos tratados, as determinações, entre outros. É um relatório detalhado dos acontecimentos de determinada data e local e das principais abordagens, necessário para utilização nas análises, como uma ferramenta que compõe os outros instrumentos de coleta de dados. No diário de pesquisa de campo a escrita dos fenômenos presenciados auxilia o pesquisador a obter maior conhecimento do ambiente de pesquisa, familiaridades e experiências, além de ser mais um instrumento para compor a análise dos dados coletados.

4.3 A ANÁLISE DOS DADOS

Na escolha da análise pela história oral subentende-se o intuito de relatar a realidade de vida do povo Avá-Guarani através das entrevistas com as lideranças. A partir dos discursos gravados, que foram transcritos, foram elaboradas as análises, avaliando o seu modo de vida, as suas estratégias de resistência, as suas memórias históricas e culturais.

A história oral, segundo Lang (2000), é uma forma de conhecer a realidade das pessoas, as suas experiências e tudo o que viveram e vivem, como consequência das situações enfrentadas. É uma forma de interação do pesquisador com o pesquisado, mediante o instrumento de entrevista, onde se utiliza a linguagem para trazer à tona a realidade do pesquisado. Seguindo este conceito, Salgado e Franciscatti (2014) explicam que a história oral implica em dispor da subjetividade, enriquecendo as narrativas e as interpretações no processo de entrevistas, onde o pesquisador, apoiado nesta técnica, desenvolve as transcrições

pelo que foi percebido no campo de pesquisa e também pela sensibilidade em valorizar o modo de vida, tanto individual quanto coletivo. Esta relação dialógica nas entrevistas possibilita a revelação de práticas sociais e de fatos da realidade social de um indivíduo ou de um grupo.

Para Gomes e Santana (2010), a utilização da história oral está vinculada à memória histórica e aos estudos do cotidiano, com a percepção da realidade retratada nos instrumentos de linguagem. Portanto, o uso desta técnica de análise se torna interessante para conhecer a forma de vida das pessoas inseridas em determinados grupos.

Situando o entendimento da história oral, procurei atender aos propósitos do estudo em relação à realidade de vida dos indígenas Avá-Guarani, da Região Oeste do Paraná, onde são considerados como grupos sociais. Utilizei o discurso dos líderes, que conduzem as comunidades, tão relevante para constituir a análise pela história oral, que é o instrumento que integra todas as vozes entrevistadas e o ambiente em que se inserem. Foram acentuados os seus procedimentos de identidade social, o resgate da sua cultura e a sua memória histórica.

A história oral possibilita captar as experiências elaboradas por indivíduos pertencentes a categorias sociais cujas percepções e intervenções geralmente são excluídas da história e documentação oficiais das organizações. Assim, é possível registrar sua visão de mundo, suas aspirações e utopias e, conseqüentemente, aquelas do grupo social ao qual pertencem (GOMES; SANTANA, 2010, p. 14).

De acordo com Meihy (2006), a história oral, para que seja uma ação transformadora, que é o seu objetivo principal, necessita não só dos instrumentos que envolvem as entrevistas, observações e análise, mas a compreensão para que se faça a explicação. A partir disto se torna transformadora. Este é o cerne da história oral. Por isto, a sua prática vai além da compreensão porque é, realmente, um envolvimento com a questão social e com os acontecimentos que decorrem nos grupos sociais. Neste sentido, o propósito da história oral é trazer a voz dos oprimidos, os seus anseios e sentimentos e mostrar a realidade que muitas vezes não é vista em documentos oficiais. É a sondagem do que está oculto e não é relatado. Assim cria-se a possibilidade de transformação concreta.

Em seguida, apresento as categorias de análise, pertinentes ao contexto da pesquisa, realizada com os instrumentos de entrevistas, de observações e de registros das informações, os quais garantem a coleta dos dados para posterior elaboração da análise de história oral temática. Estas categorias estão presentes no roteiro das entrevistas semiestruturadas, fundamentais para alcançar os resultados finais do estudo.

Quadro 5 – Categorias analíticas da pesquisa

CATEGORIAS ANALÍTICAS	OBJETIVO DA PESQUISA
Identidade	Identificar todo o processo de identidade cultural.
Realidade Social	Conhecer as realidades das comunidades e os seus anseios.
Formas da organização social	Averiguar a organização social como é composta na comunidade investigada.
Estratégias de Liderança	Descobrir as estratégias psicossociais de resistência que os líderes indígenas utilizam nas suas comunidades.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir das categorias de análise, apresentadas no Quadro 5, as questões pertinentes às entrevistas são elaboradas e, em sequência faz-se a aplicação, conforme os objetivos citados e o problema, que é desvendado em técnicas analíticas precisas. Após todo esta técnica de composição analítica, realizam-se as transcrições das entrevistas, a reorganização dos registros do diário de campo e o relato das observações diretas no campo de pesquisa.

4.4 A BASE TEÓRICA

Para a abordagem deste estudo foi utilizada a teoria da psicologia social comunitária latino-americana que compreende o paradigma interpretacionista, utilizando a subjetividade com a interpretação e o interacionismo para entender os acontecimentos ocorridos na cultura indígena guarani do Oeste do Paraná bem como as resistências, os enfrentamentos em prol dos direitos, perante a legislação e o poder das lideranças políticas e representativas tradicionais. Em relação à psicologia social latino-americana, Lane (1984) comenta que foi constituída como uma forma de transformar comunidades, em termos de consciência social perante a realidade, e também como uma forma política, trazendo à tona as reivindicações a respeito da legitimidade para manter as necessidades básicas de sobrevivência, pela interação nos grupos sociais.

Segundo Freitas (2001), a psicologia social comunitária tem como características as práticas sociais em comunidades, com o intuito de transformar a realidade das pessoas e de melhorar as condições de vida das comunidades. A partir da década de 1990, a participação de psicólogos passou a se intensificar na intervenção psicossocial, no que tange a consciência dos indivíduos, pela sua participação social, pela sua identidade, pelo entendimento de sua realidade e de mobilização, para garantir mudanças em prol da melhoria na qualidade de vida. Martin-Baró (1998) comenta que o indivíduo consciente consegue transformar a sua realidade de vida e do ambiente, em que está inserido, percebendo de forma mais crítica o seu papel na comunidade. Este é o propósito da psicologia social comunitária, é como se fosse uma

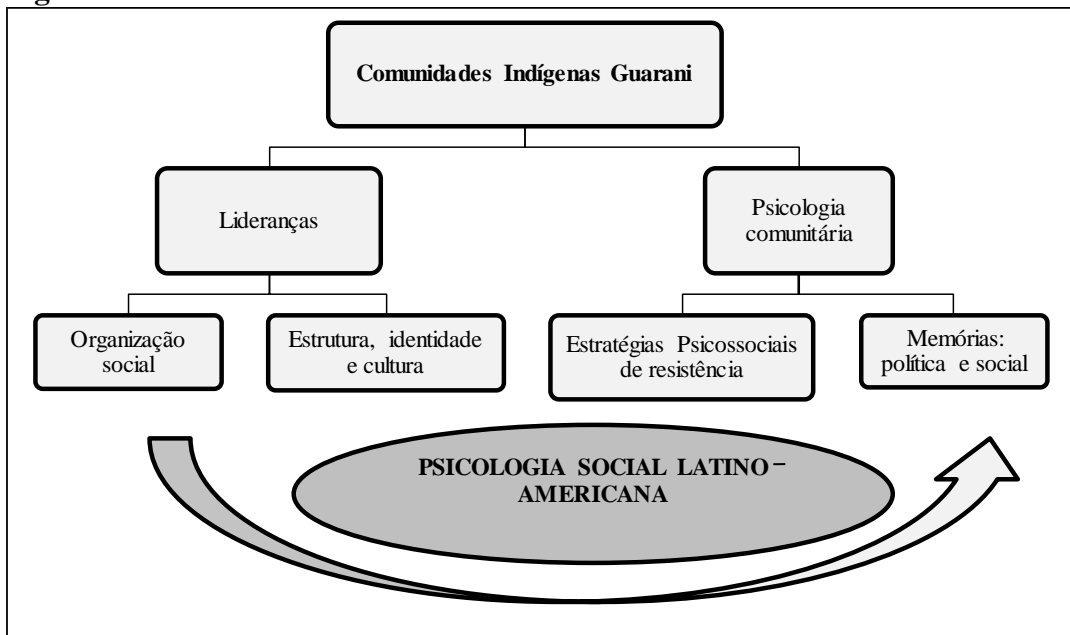
libertação para o indivíduo que passa a entender melhor o seu contexto social.

Por isto, esta base teórica, que compete à psicologia social comunitária latino-americana, esclarece os propósitos dos estudos nas comunidades que estão inundadas por acontecimentos que provocam a insegurança e a incerteza de melhorias nas condições de vida, e que se ressentem do respeito e da integridade, que às vezes desapontam, ou seja, não atendem aos princípios da cidadania. Freitas (2015) comenta que a psicologia social comunitária passou a ter um direcionamento para além do consultório, ou seja, com foco nas comunidades, tornando-se mais concreta. Os profissionais da psicologia, com mais frequência, passaram a visitar as periferias, para conhecer os problemas sociais do cotidiano destas comunidades. A partir das necessidades sociais destas pessoas, os profissionais psicólogos puderam atuar no sentido de amenizar os impactos que estes problemas sociais poderiam causar no cotidiano das pessoas, inseridas neste contexto.

É por este motivo que as comunidades dos indígenas Avá-Guarani, da Região Oeste do Paraná, se encontram nesta base teórica, porque, em diversos momentos, foram ignorados por algumas autoridades ou membros da sociedade, pelo seu modo de vida e sua situação. Sofreram pela falta de atenção para com problemas em seu território, no reconhecimento de seus direitos e na qualidade de vida dos seus parentes.

O intuito da psicologia social comunitária é de trazer acalento àqueles que necessitam de ajuda, de resgatar a sua história, de ter consciência da sua realidade de vida e de auxiliar, para que mantenham as condições adequadas de saúde e bem-estar em momentos conflitantes, em que grande parte está inserida, conforme tratado neste estudo. Martin-Baró (1998) comenta que a psicologia comunitária, utilizada para o consciente, deve se ater à própria história, ao que o povo é, realmente, ao seu modo de ser e viver e ao seu pensamento sobre a realidade, para que as pessoas possam entender o seu cotidiano.

Para melhor representar estes conceitos, segue abaixo a síntese da teoria:

Figura 4 – Síntese da teoria

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir da síntese teórica, apresentada na figura 4, é possível perceber que na psicologia social comunitária estão localizados os valores, a identidade, a realidade de uma organização social, que partem de práticas psicossociais nestas comunidades e determinam a continuidade das culturas e o processo histórico no qual estão inseridos. É uma forma de mudança pelo entendimento da sua realidade de vida.

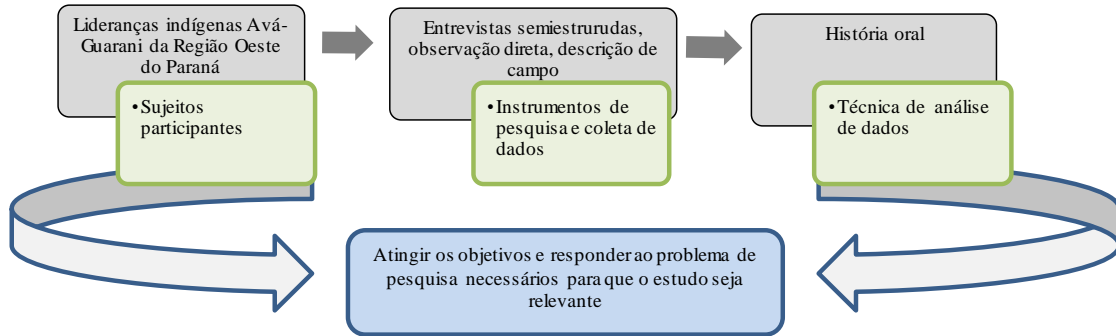
Com as concepções apresentadas anteriormente, este estudo mostra detalhadamente a condução tanto da teoria utilizada quanto dos procedimentos adotados perante o propósito de pesquisa, que designa a direção adequada. Também apresenta o porquê da utilização destes procedimentos metodológicos e a sua relevância para o estudo, a fim de obter o resultado desejado, que atribui o ponto necessário da temática e do problema citado a ser solucionado.

Para isto, a síntese metodológica, direcionada para este estudo, se resume em todas as informações na utilização de instrumentos, na forma da pesquisa, na estrutura e na teoria. Os procedimentos metodológicos contam com um estudo de paradigma subjetivista e interpretacionista, sendo, conforme Roratto (2010), uma pesquisa qualitativa porque procede com interpretações dos fenômenos sociais e é também considerada como subjetiva no sentido de representar a realidade social dos sujeitos.

A figura 5 esclarece como foram traçados os caminhos para se chegar aos objetivos e ao problema da pesquisa, utilizando os procedimentos metodológicos e a classificação da pesquisa, citados anteriormente, que representam paradigma, epistemologia e ontologia,

instrumentos e análise.

Figura 5 – Participantes, instrumentos e técnicas de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As estratégias, para que fosse possível a coleta de dados para em seguida realizar a análise da história oral, foram representadas na figura 5, que mostra as etapas necessárias para que os objetivos e o problema da pesquisa fossem alcançados. A análise da história oral só foi possível mediante os instrumentos aplicados de forma concisa, que trouxeram a coleta dos dados para elaboração dos resultados finais. Além disto, através dos caminhos, traçados acima, é possível obter as discussões e os relatos dos participantes da pesquisa e conhecer a história de vida deste povo, que são os Avá-Guarani, que residem na Região Oeste do Paraná, pelo seu aspecto social e de realidade.

Dentro deste capítulo da metodologia, os procedimentos, a utilização dos instrumentos de coleta de dados, bem como o procedimento, que levou ao próximo passo, que foram as análises, foram considerados cruciais para que o estudo adquirisse a consistência de informações para que fossem obtidos os resultados desejados.

Em seguida, no capítulo 5, são apresentadas as análises do estudo que competem às observações em campo e às entrevistas realizadas, bem como ao desenrolar dos relatos, atribuídos como técnica, para atingir os resultados em conformidade com o problema e com os objetivos propostos inicialmente, precisamente com as coletas em campo da pesquisa. Foram computados os procedimentos pertinentes à temática, como apontamento de um estudo direcionado a outro patamar de realidade na sociedade brasileira, o entendimento de uma organização social, na qual os indígenas estão inseridos. Por isto, estas análises são de grande valia.

5. IMERSÃO NO CAMPO

Neste capítulo comento sobre as minhas percepções em campo e faço um breve relato das observações que fiz nos locais onde ocorreram os encontros com as lideranças Avá-guarani, nas visitas realizadas em oficinas, para entender os anseios das lideranças de 14 comunidades Avá-guarani, que se reuniram para expor as suas reais situações que são acometidas na região. Também descrevo as observações do local, do modo de viver e das práticas das comunidades visitadas, registradas no diário de campo, utilizado também nestes locais de estudo.

Esta pesquisa, conforme já citado anteriormente, faz parte do projeto “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura guarani”. Somos uma equipe grande de pesquisadores. Estamos incumbidos de trazer à tona a história destes povos. São cinco universidades, envolvidas neste estudo, financiado pela CAPES. Dentre os pesquisadores, há projetos de estudo para mestrado, doutorado, pós-doutorado, entre outros. No início dos estudos acredito que fomos surpreendidos pela riqueza de cultura e de conhecimento a respeito da vivência dos Avá-guarani.

A escolha da pesquisa foi motivada pelo anseio de conhecer o outro lado de vivência, no qual as comunidades indígenas estão inseridas. As visitas aconteceram em várias cidades, tais como: Guaíra, Santa Helena, Diamante d’ Oeste, Terra Roxa, São Miguel do Iguazu e Itaipulândia. A etnia dos povos visitados é Avá-guarani, que residem próximos do Rio Paraná, ao longo do Lago de Itaipu. Além disto, estão localizados também próximos à fronteira de Argentina e Paraguai. O interesse no estudo destas comunidades é pelos conflitos que ocorrem, ainda hoje, entre latifundiários e algumas autoridades com os Avá-guarani.

Nos relatos fica claro que as lideranças indígenas se deparam com a insegurança e isto demonstra preocupação com o seu povo. Na região de Guaíra, principalmente, os casos são mais graves, porque existem ameaças constantes, discriminações e também indícios de violência. A partir da primeira visita já foi possível perceber estas situações por parte das lideranças indígenas, que se encontravam no local onde estive presente.

Iniciamos os encontros em Guaíra. A primeira impressão que tive, quando da chegada em campo, foi a de muita insegurança, inclusive para com a nossa equipe. Fiquei um tanto apreensiva, porque eu ouvira notícias a respeito desta região e dos problemas ocorridos com os indígenas. Mal sabia eu como isto ocorria.

Naquela ocasião, em julho de 2017, conheci a realidade destes povos que residem na região lindeira e também próximos da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai). Considero ser uma região de perigo por conta das situações que presenciei, de constantes ameaças até com a nossa equipe. Explico a questão do perigo de diversas maneiras: primeiro, porque é fronteira, onde podem ocorrer contrabandos diversos, inclusive, de armamentos e os Avá-guarani ficam à mercê desse contexto; segundo, porque o fluxo de controle da fronteira é tal que qualquer sujeito pode atravessar para o Brasil, e vice-versa, para práticas lícitas ou ilícitas, e comprometer a segurança dos indígenas, pela questão geográfica, pois, a meu ver, é um local isolado, sem muita movimentação, com cidades pacatas. Senti o medo das lideranças quando falamos do nosso propósito em mostrar a realidade de suas vidas. Além disto, presenciei os olhares da população para com a nossa equipe, desconfiados do que estávamos fazendo lá.

Pensei que teria dificuldades em entrevistar os líderes indígenas, diante dessa situação de insegurança, mas com os encontros e mostrando os propósitos, nossa equipe foi se inserindo na realidade deles, e aos poucos as entrevistas foram acontecendo conforme a disponibilidade de cada um. A primeira entrevista que realizei, comecei com as perguntas e senti que o cacique necessitava de tempo para sua fala, então o relato foi se tornando natural e consegui trazer as suas realidades. As outras 13 entrevistas foram mais tranquilas porque estávamos mais familiarizados nas comunidades.

Vale ressaltar que as entrevistas foram todas nos ambientes das lideranças para mantê-los confortáveis. Os discursos diversas vezes me comoveram, porque são relatos trazidos de acontecimentos reais com as famílias das lideranças. Os próprios caciques quando relatavam suas dificuldades e necessidades da comunidade, se sentiam emocionados que precisei por alguns minutos aguardar para realizar as perguntas.

Em uma entrevista o cacique me contou que sua comunidade era alvo de preconceito constantemente, e que para sair do local de sua moradia era complicado, se sentiam prisioneiros nos acampamentos. Ele me relatou que certo dia uma criança da comunidade voltou da escola da cidade chorando, pois foi humilhada pelos colegas não índios só pelo fato de ser indígena. Isso acontece sempre, fatos como estes mostram como os Avá-guarani ainda são discriminados e que mesmo tentando manter a cordialidade com os não índios, ainda sofrem com a discriminação.

Eu após ouvir as lideranças, entendi os seus receios perante o nosso trabalho, afinal são acometidos por exploração e estão temerosos devido as suas condições que intimidam

seus povos desde a um longo período, que pelos relatos dos idosos são marcas do passado que assolam todos os dias suas vidas e criam a insegurança. Além dos indícios de preconceitos e discriminação, as condições de vida são precárias, sem o mínimo para viver dignamente.

Outra situação que me chamou a atenção é que as lideranças são como os nossos pais, protegem seus entes queridos (membros da comunidade), aconselham, repreendem quando necessário e tentam garantir a segurança do local. É tanta responsabilidade que perguntando se gostam de ser líderes, quase que unanimidade responderam que pretendem seguir como cacique, somente um deles disse que não, porque gostaria de mudar de localidade junto com os pais em outra região.

Antes mesmo de relatar as observações quero aqui deixar as minhas primeiras percepções de toda essa experiência magnífica da interação com os Avá-guarani. Eu quando adentrei a campo, confesso ter imaginado aquela realidade várias vezes na minha mente, porém foi muito além da minha imaginação. De início percebi a recepção doce e calorosa que fomos recebidos no seu habitat, os Avá-guarani acredito eu sentiram que estávamos ali para ouvi-los, ajuda-los nas suas lutas e a trazer um acalento pelas condições que os assolavam. Este foi o primeiro momento que me vi em pensamento de qual era o meu propósito, não me senti só pesquisadora, mas parte daquela população que estava em condições precárias e que ainda assim buscava por algo como motivo de seguir lutando.

Fiquei me perguntando: porque os indígenas são ignorados, discriminados, sendo que são os proprietários disto tudo (terras brasileiras)? Quem gostaria de perder seu local de moradia, seu território, sua liberdade? Na maioria das vezes não encontrei resposta, porque é mais fácil desviar os olhares para os indígenas do que ajuda-los em sua causa. Me senti frustrada, agora imagina para os Avá-guarani que não conseguem modificar o cenário em que estão inseridos.

Nesta ocasião, me deparei com histórias de vida de momentos marcantes do passado, confesso que me emocionei, todos que estavam ouvindo sentiram o mesmo. Até então, eu ouvia várias histórias contadas por pesquisadores e relatados nos livros, mas não por quem realmente participou ou que ouviu de seus antepassados. A memória do povo Avá-guarani não se apaga, porque é repassada dos idosos para as crianças, assim todos compartilham do mesmo conhecimento da sua história de vida.

Quando vivenciamos estes momentos de riqueza histórica, percebemos o quanto fomos cruéis, massacrando e transformando a vida de pessoas em verdadeiros martírios que geram marcas profundas. Mas o que me surpreendeu é que mesmo com esta situação, as

comunidades se fortalecem ainda mais, porque ocorre a união para a consciência da realidade e da memória como resistência as atrocidades cometidas contra seus povos.

A minha impressão foi mágica, refleti sobre minha existência e passei a valorizar os pequenos detalhes que fazem o sentido de tudo que somos. Para os indígenas, a natureza é o seu ser, sua mãe, por isso considerada sagrada. Os ensinamentos transferidos as crianças é de que precisam conhecer e respeitar tudo que vem da natureza.

Quero aqui relatar a minha admiração pelo povo Avá-guarani que me ensinou o real valor a vida, que me mostrou que a simplicidade faz a alegria, que não há tempo determinado para aproveitar cada detalhe e viver intensamente.

5.1 OBSERVAÇÕES NOS LOCAIS DE VISITA

A minha primeira visita foi em julho de 2017, na cidade de Guaíra. Este foi o primeiro contato que tive com uma comunidade indígena, antes mesmo de iniciar os meus estudos. As impressões foram um tanto surpresas, eu não imaginava os problemas que ocorriam na região nem a riqueza de conhecimento adquirida com os Avá-guarani. O mais interessante é o quanto a cultura destes povos permanece viva, apesar de todas as influências que ela recebe e da resistência que ela constrói, por outro lado, vai incorporando padrões novos, esse dinamismo torna a cultura mutável.

Por isto, o guarani de hoje não é o mesmo guarani tradicional, por conta desse dinamismo cultural, possui outra visão de mundo, mais conhecimento da vivência do branco, estas mudanças são percebíveis na realidade das comunidades. Com o passar dos tempos depois da catequização dos jesuítas, já foram incorporados traços cristãos na religiosidade dos guarani, e aos poucos pelo contato com os brancos outras mudanças são vistas. Acredito que seja inevitável, porque existem estas interações. Porém, mesmo com tantas atrocidades acometidas com as comunidades, o descaso em relação às famílias que residem nos locais e os preconceitos que sofrem constantemente, ainda prevalecem traços próprios dos guarani, como a espiritualidade, modo de ser e viver, as suas práticas cotidianas.

Nesta minha visita, em Guaíra, também presenciei o quanto a memória histórica é importante para o povo Avá-guarani. Conheci um senhor indígena, que, inclusive, foi um líder (cacique), um dos mais idosos das comunidades, com uma memória do passado rica em detalhes, que também lutou por seu povo. Ele me relatou o que viveu durante o período do regime militar, a espoliação sofrida e as atrocidades contra o seu povo. Muitos parentes seus

tiveram as suas moradias queimadas, uns foram mortos e outros foram expulsos de seus locais de origem. Comunidades inteiras foram desalojadas, precisaram fugir para outros locais, inclusive, para o país vizinho, Paraguai. Este foi o relato mais emocionante das minhas visitas, porque entendi que acontecimentos do passado, injustiças sofridas, geraram angústias. Logo modificam hábitos, valores e se ajustam aos fatores que os impactaram.

Percebi, pelas minhas observações e em conversa com alguns indígenas, a preocupação em expor os seus problemas por causa da insegurança, porque era a primeira vez que eu estava adentrando o campo. Os indígenas nos chamam de “juruá”, que significa “brancos”. Tiveram receio de falar da sua história, de mostrar as situações conflitantes em que estão inseridos. Estavam desconfiados com a visita. Geralmente, eles não veem pessoas dispostas a ajudá-los ou a resolver os seus anseios. Isto acaba despertando certo medo em relação à própria segurança do povo. É compreensível que os Avá-guarani relutem em confidenciar os seus principais anseios a nós brancos, porque a história remete às angústias dos problemas sofridos.

Estes momentos serão lembrados devido às expressões faciais dos que participaram do encontro. Senti que estas comunidades vivem receosas de serem reconhecidas, de serem vistas pela sociedade. A pesquisa foi realizada para resgatar a história dos povos que ali habitam, para mostrar o quanto podem contribuir contando para os não indígenas a sua cultura, o seu modo de vida e também as suas memórias. Observei que uma postura decisiva entre as lideranças é a utilização da língua guarani. Todos os indígenas, nas comunidades, utilizam como língua mãe o guarani, inclusive nas visitas e encontros. Nós, não indígenas, não entendíamos. Será esta uma forma de resistência? São povos que se unem em prol de melhorias, têm as suas próprias formas de vida e a sua cultura e continuam lutando para serem reconhecidos e não discriminados.

Além disto, quando ocorreram encontros com representantes de várias localidades no mesmo mês de julho citado acima, inclusive o primeiro encontro que tive em Guaíra, ficou explícito o fortalecimento das lideranças Avá-guarani. Antes de visitar os Tekohás, participei deste encontro das 14 lideranças, as falas dos líderes sem tropeços, todos interagindo e respeitando o tempo de discurso de cada um, trazendo em pauta as necessidades de seu povo, buscando estratégias para a resolução das dificuldades em suas comunidades. Além do planejamento de novos encontros e também de comemorações. Incrível como estes líderes são articuladores e possuem a responsabilidade em suas mãos de proporcionar melhorias para diversas famílias em seus locais.

A participação é bastante precisa e ali se discutem os problemas de cada povoado, pensando nas possíveis soluções. Nestes encontros, os principais assuntos na pauta de discussão das lideranças presentes foram: construção de casas de reza, melhor infraestrutura na saúde da população, educação diferenciada para os indígenas, demarcação de terras, melhoria nas condições de vida, reconhecimento, entre outros. O que as lideranças Avá-guarani aspiram é atender às necessidades das comunidades, para que possam permanecer em seus locais de origem, e usufruir do mínimo possível, para que as famílias tenham possibilidade de viver com dignidade.

Os momentos que vivenciei nas visitas foram determinantes para compreender o papel das lideranças nas comunidades. A foto a seguir mostra parte da comunidade indígena, eu e a equipe de pesquisa que citei acima, a aldeia é no Ocoy em São Miguel do Iguazu, esta simplicidade e a simpatia das crianças, a união das pessoas na comunidade, a recepção com que nos receberam são a lembrança mais gratificante deste estudo.

Foto 1 - Visita ao Tekohá Ocoy com a equipe de pesquisa e a comunidade da aldeia



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Neste mesmo período, foram realizadas visitas nas aldeias. Observei o quanto urbanização adentra as terras indígenas e dificulta as moradas das famílias e as práticas Avá-

guarani. Cito aqui o que percebi: famílias sem água potável, moradia sem conforto, falta de alimentos, inexistência até de casa de reza, que faz parte da cultura do povo guarani. Em um encontro, um senhor indígena me contou que moradores da cidade não aceitavam as rezas que a comunidade fazia, porque os incomodavam. Isto me perturbou, uma vez que a religiosidade faz parte do ser guarani. Nesta região não vi uma estrutura decente de moradias, para que os indígenas pudessem viver adequadamente. Pelo contrário, as casas, se é que assim podem ser chamadas, eram pequenas, cobertas de lona preta e o chão de terra batida. Imaginei como seria em dias de chuva, porque as paredes tinham muitos buracos.

Mas, mesmo com a simplicidade com que vivem, eles utilizam a dança como se fosse uma celebração, programam o local de reza, cantam e agradecem pela vida e por tudo o que têm. Em se tratando de fortalecimento, a religiosidade é muito presente no dia-a-dia dos Avá-guarani, é na casa de reza que ocorrem todos os festejos, orações de agradecimento e também de súplicas. Neste local são realizadas as recepções aos visitantes como forma de purificação da alma. O simbolismo dos povos indígenas é incrível, com dança, reza, canto. As crianças são encantadoras, admiráveis pela participação ativa nas tradições e rituais. O Xamoi é o rezador que inicia as rezas e conduz as cerimônias, é a liderança espiritual da comunidade, tem um papel muito importante porque leva a cultura adiante. Os jovens o respeitam muito.

Foi em Guaíra que tive a minha primeira experiência da reza indígena que se assemelha a nossa religiosidade cristã com a crença de um Deus invisível, mas a riqueza dos rituais é parte dos guarani própria de seu ser. Utilizam o cachimbo, onde consideram a fumaça como forma de purificação, o canto e a dança para agradecer o que temos e somos, e para pedir coisas boas e curas espirituais. Além das orações, que segundo Xamoi vem de sua alma para mudar os pensamentos e trazer mais leveza para o cotidiano. Realmente, depois da cerimônia me senti mais leve.

Em Guaíra já percebi que as aldeias são faixas pequenas de terra que não comportam as famílias que lá vivem, o espaço para plantio é minúsculo, por conta disto, as famílias necessitam comprar alimentos e/ou doações para sua sobrevivência. Em outros pontos mais distantes da zona urbana, outros povos que habitam possuem um espaço um tanto melhor, porém as suas moradias são parecidas, sem conforto.

Nas visitas em outras localidades, fora de Guaíra, tais como São Miguel de Iguazu, Santa Helena e Diamante D'Oeste, as situações, semelhantes às que presenciei em Guaíra, também ocorrem em terras que ainda não tem documentação, onde são considerados posseiros. Porém, existem aldeias mais estruturadas, nas reservas da Itaipu, cujas terras não

são propriamente demarcadas, porque são reservas, mas eles possuem documentação de permanência nos locais.

Levamos aproximadamente um ano para retornar para a segunda visita, em agosto de 2018. O local do encontro foi o município de São Miguel de Iguazu. Neste local, visitamos a aldeia de Ocoy. É uma reserva da Itaipu, nas margens do Lago de Itaipu, onde os Avá-guarani residem, numa pequena faixa de espaço territorial conforme observei em Guaíra, que hoje não comporta adequadamente toda a população que lá está. São mais de 130 famílias.

Neste povoado, presenciei uma estrutura melhor: casas de alvenaria; escola bem organizada, dentro da aldeia; posto de saúde. Quando caminhei para a coleta de dados vi que o médico estava atendendo na comunidade. Era bem diferente do que vi em Guaíra: aldeias totalmente abandonadas, sem auxílio, os indígenas vivendo com medo e à mercê de conflitos com latifundiários e com algumas autoridades locais. No Ocoy, mesmo que o território seja pequeno para tantas famílias, existe uma condição melhor de infraestrutura. Porém, existe o problema de lavouras serem adjacentes à aldeia. Segundo relato dos moradores indígenas, os agricultores utilizam defensivos agrícolas, que contaminam o local. Vários indígenas tiveram problemas de saúde. Percebi que há lavouras muito próximas da reserva que realmente causam contaminações.

Em relação ao encontro, fiquei entusiasmada pela organização social do local, a forma de vida, as crianças na escola, o canto e as rezas. Foi encantadora a simpatia das crianças, não só em Ocoy, mas também nas visitas de Guaíra. A cultura dos Avá-guarani é única, viva e remete ao ser do povo, à sua essência. Nesta segunda visita, me vi familiarizada com o modo de vida do povo, pela acolhida e pelas rezas.

O rezador propaga a religiosidade com muita intensidade e muitos jovens participam ativamente. Além disto, este senhor é considerado uma das lideranças mais antigas do local, assim como o rezador em Guaíra, que presenciaram o processo histórico de esbulho do povo Avá-guarani, lutaram e resistiram para que conseguissem o espaço, que hoje é o Ocoy. A história de vida que ele contou é incrivelmente rica de detalhes, que comprova a descrição de alguns estudos sobre as atrocidades ocorridas em comunidades locais.

A terceira etapa, em setembro de 2018, foi intensa, porque as visitas ocorreram em vários locais, nos municípios de Santa Helena e Diamante D'Oeste. Nestas localidades observei diferentes cenários: algumas aldeias demarcadas e organizadas; outras aldeias, chamadas de “acampamentos” estavam totalmente à mercê da justiça, ou seja, terras que os Avá ocuparam no passado, cujo direito de posse ainda não foi reconhecido. A liderança de um

acampamento relatou que foram para estes locais para lutar por um espaço adequado para viver com as famílias, reivindicando o que foi burlado na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, de onde estas famílias estão retornando para os seus locais de origem, para reaver os seus direitos. Mas, assim como em Guaíra, as condições das famílias também são precárias, além de sofrerem preconceitos na cidade.

Visitamos as aldeias de Itamarã e Anetete, no município de Diamante D'Oeste. Estes locais estão demarcados, diversas famílias produzem o seu sustento e também comercializam os seus produtos. Lá existem escolas, atendimento de saúde. As terras são mais acessíveis do que as de Ocoy, Santa Helena e Guaíra. Em Itamarã, nos encontramos com as lideranças Avá, ocorreram discussões, que citei anteriormente, para a apresentação das necessidades e da memória histórica do povo. Na aldeia de Itamarã vivem 58 famílias, mas não tem a infraestrutura total com moradias adequadas para todas estas famílias, porém tem espaço para as culturas agrícolas.

Na visita em Anetete, fiquei admirada com a organização, a produção agrícola das famílias e a criação de animais. Esta aldeia é a aspiração das outras lideranças Avá, que não possuem o mínimo de sobrevivência, porque o espaço de plantio é considerado bom, em relação ao das demais aldeias, embora, para os indígenas, o espaço ainda seja pequeno. Esta é a preocupação de todos, pois vivem da natureza, da mata. Porém, existem parcerias para a comercialização dos produtos. Há uma estrutura interessante, que supre as necessidades das comunidades, porque cada família possui o seu espaço para o cultivo. São considerados como agricultores familiares, por assim dizer. Por outro lado, este tekohá está bem interligado à cultura dos não indígenas. O cacique da comunidade me explicou que foi a maneira que encontraram para conseguir dar continuidade aos seus anseios, sendo inevitáveis as parcerias com os não indígenas.

No município de Santa Helena fizemos a visita a três acampamentos. Ali a realidade é outra, cheia de incertezas. As comunidades que ocupam os locais às margens do Lago de Itaipu são posseiras, aguardando um espaço para viver com suas famílias. Não possuem uma estrutura básica: sem saneamento, sem energia, moradias cobertas de lona, várias famílias sem o mínimo para sobreviver. Inclusive utilizam a água do Lago que é inapropriada para beber e se banhar. E mais, sofrem constantemente preconceito porque as crianças precisam estudar em escolas não indígenas na cidade, o que acarreta discriminações, que angustiam as lideranças das comunidades. Estão em processo de luta para conseguirem terra para residirem adequadamente, já que nestes locais não é possível o cultivo da terra, porque o espaço é

mínimo e faz parte da reserva ambiental da Itaipu.

Foto 2 – Visita em um dos acampamentos em Santa Helena, parte da comunidade indígena



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No acampamento acima na Foto 2, o cacique nos mostrou neste mesmo dia a lavoura de uma propriedade rural, bem próxima de seu acampamento, que naquele instante ocorria a pulverização de defensivos agrícolas, como uma nuvem que adentrava em seus locais. Inclusive os Avá-guarani inalavam estes defensivos que comprometia a saúde da população. Em seguida nos levou até as margens do Lago de Itaipu, que utilizavam na comunidade por falta da água encanada. Neste acampamento dependiam da Funai com cesta básica de alimentação para a população. Não tinha casa de reza, inclusive este é um dos sonhos do cacique para sua comunidade.

O acampamento Curva Guarani possui 11 famílias, o de Araporã tem 21 famílias e num outro residem 17 famílias, em condições precárias, todos muito próximos das cidades. Estes acampamentos estão em uma situação preocupante porque as pessoas necessitam de ajuda constante para sobreviver. Estas condições inadequadas de morada acarretam em doenças, inclusive na visita em um destes acampamentos, o cacique se encontrava enfermo e mesmo assim nos recebeu e relatou as suas dificuldades. Queixou-se que não conseguira outro local para viver com seu povo e que luta na justiça, recorrendo a várias instâncias para

adquirir um espaço para plantar e continuar com suas práticas sociais. Comentou também que recebe cesta básica na comunidade, mas que a alimentação faz mal para a saúde dos guarani porque é industrializado e não tirado direto da terra. Em todos os acampamentos são as mesmas reivindicações e as mesmas incertezas.

A última visita da nossa equipe, em novembro de 2018, foi realizada em Guaíra para a finalização das oficinas e dos encontros com as lideranças. As oficinas foram realizadas em todos os encontros para a escrita da história das comunidades, para a publicação de livro com relatos, o modo de vida e também com os nossos estudos como pesquisadores. Esta última visita foi para finalizar o nosso trabalho e informar a todas as lideranças Avá-guarani das comunidades visitadas sobre os materiais que serão posteriormente publicados. Acredito que este trabalho foi desafiador, mas muito produtivo, porque o que determinamos realizar em campo foi cumprido. Saí de campo com outra visão como pesquisadora. Estas visitas foram melhores do que esperei. Aprendi muito, me sensibilizei pelos problemas sociais que ocorrem nestes locais e que, algumas vezes, são ignorados pela sociedade não indígena.

O que chamou a minha atenção, a respeito de todas as visitas realizadas nas comunidades, é a forma de organização social que ocorre nos ambientes indígenas. Nas aldeias residem várias famílias que, juntas, têm tarefas na roça, no trabalho com artesanato, na limpeza dos locais, inclusive, da casa de reza. São atividades coletivas, como um mutirão, onde todos se comprometem com a limpeza e a conservação do local. Estas atividades desempenhadas nas comunidades, a coletividade é acentuada porque as divisões de tarefas são determinadas pelas lideranças e a partir disto, todos trabalham juntos, seja para a manutenção dos Tekohás, seja em prol do sustento das famílias.

No artesanato, a criatividade é notável, se produzem peças lindas e todas trabalhadas detalhadamente, realizadas na sua maioria por mulheres da aldeia. Geralmente, se criam miniaturas de animais, colares, chocalhos entre outros, são comercializadas no local. Na agricultura as crianças aprendem o cultivo milenar, o cuidado com a semente e a importância da planta para sua vida. Os pais vão para a lavoura e seus filhos após a escola os acompanham livremente, gostam de estar com os pais e fazem pequenas tarefas somente para o seu aprendizado e formação. O interesse dos pequenos são colocados em prática para que sigam os propósitos de suas famílias e saibam de onde surge a sua principal alimentação.

Considero a aldeia como uma grande família. Fazem reuniões para discutir os problemas e para encontrar soluções. As rezas são muito importantes para o povo Avá-guarani. Esta espiritualidade é a identidade de todos, além, obviamente, da língua, pois se fala

o guarani em todas as comunidades.

Acredito que devemos aprender mais com os indígenas sobre o contato com a natureza, a valorização da cultura e dos costumes, a forma simples, mas com valores, do ser guarani, onde prevalecem os propósitos coletivos. Notei que, para os Guarani, não existe tempo para realizar as coisas, principalmente na casa de reza. Não é definido um tempo de duração de cerimônia. Ela simplesmente acontece e dura até terminar a finalidade espiritual da ação religiosa.

O que entendi que os líderes hoje tem uma visão diferente do que era a décadas e séculos atrás. Inclusive conversando com o Xamoi de uma das aldeias visitadas que é um senhor idoso, e também foi cacique, reconheceu que precisa realmente ser diferente em alguns aspectos que ele citou como sendo o caso do uso da tecnologia nas aldeias e o contato com não índios. Explicou que hoje é inevitável as mudanças que estão ocorrendo, porém o papel dos líderes é fazer com que a identidade do guarani, a sua tradição, costumes e cultura permaneça dentro das comunidades. Ele vê isso com preocupação, que antes era mais difícil um indígena sair de seu habitat natural e que agora as facilidades do mundo moderno são atrativos que favorecem as mudanças de local, principalmente para a sua formação. Os jovens tem mais oportunidades de estudar e conhecer a cultura do não índio que pode ocasionar a sua ruína.

Observando durante as visitas, percebi que a maioria dos jovens tem algum tipo de tecnologia, câmeras, celular, *tablet*. Então, os caciques retratam até nas reuniões que se preocupam com a utilização desses equipamentos, mas aconselham os jovens a não esquecer das suas origens e manter sua cultura. Os caciques hoje são considerados de visão diferente porque a evolução do mundo capitalista chegou nas suas comunidades e precisam conviver com essas mudanças para manter os jovens nos seus locais de convívio. Percebi que a maioria sente essa condição como um desafio, porque citam que a língua guarani tem que permanecer, porém alguns jovens não falam mais depois de sua saída das aldeias.

Outro aspecto que é uma dificuldade que observei com as lideranças é o papel do Xamoi, geralmente são as pessoas mais idosas da comunidade consideradas de sabedoria que lideram a espiritualidade, cultura, crença. Mas, ainda têm a tarefa da cura, no cultivo de plantas medicinais. Inclusive um dos caciques me disse que o Xamoi conhece das plantas porque recebeu este dom dos seus antepassados, a sua influência que mantém a essência dos guarani.

Foto 3 – Cerimônia de recepção do Xamoi e do cacique em Guaíra para a nossa equipe



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nesta cerimônia na Foto 3, estive presente e participei da reza e da dança, foi uma recepção muito linda, feita no terreiro, porque não havia casa de reza, inclusive este era um dos pedidos do cacique, a construção de uma casa de reza. Mesmo assim, foi muito bonito, a apresentação com o cocar na cabeça dos Avá-guarani, o chocalho e o ritual. A comunidade cantando e levando a dança, de um lado os homens e de outro as mulheres. No final, todos recebiam as orações do Xamoi. A espiritualidade é muito forte nas comunidades, e o Xamoi tem a responsabilidade de levar esta religiosidade adiante.

É ele que faz batizados, orações para amenizar conflitos tanto internos como externos. É uma pessoa essencial para as comunidades, porém precisa passar o legado a outros indígenas para permanecer a cultura viva na comunidade. Mas, boa parte dos jovens não possui mais aquele interesse erradicado pelos antepassados de ser Xamoi, comprometendo a cultura guarani.

Este processo de liderança indígena no qual os caciques fazem parte pelo que percebi gera um esforço intenso, porque conduzir uma população de pessoas, com atividades em comum, percepções diferentes, mudanças culturais ocorrendo e tendo que mostrar a importância da cultura com tantas atrações dos não índios ao redor, é uma tarefa desafiadora. Por isto, é surpreendente o que fazem para garantir a segurança e a melhoria da qualidade de vida de seu povo.

Estas foram observações e registros do meu campo de pesquisa, das visitas e dos

encontros presenciados e participados. A seguir, faço a análise dos resultados obtidos com a coleta de dados, através das entrevistas com algumas das lideranças (caciques), que residem no Oeste do Paraná. Foram ouvidas 14 lideranças, que aceitaram relatar a realidade de vida de suas comunidades. Como estes relatos são extensos, faço os principais recortes do propósito desta pesquisa. Apresento o que os caciques trazem como anseios, estratégias de resistência, dificuldades enfrentadas, tentativa de diálogo, articulação política, entre outros aspectos. Estas entrevistas semiestruturadas foram transcritas e preparadas para a elaboração da análise da história oral, conforme retratado no capítulo 6.

6. HISTÓRIA ORAL DAS LIDERANÇAS AVÁ-GUARANI PELA VISÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Neste capítulo descrevo as análises das entrevistas que realizei com 13 lideranças caciques das comunidades Avá-guarani, do Oeste do Paraná, citadas anteriormente, pela sua história de vida, modo de ser, de se organizar, de viver, atrelando-as à teoria da psicologia social comunitária latino-americana. Cito os relatos sobre as estratégias psicossociais de resistência que as lideranças utilizam atualmente, a forma como se organizam socialmente em suas comunidades, como fazem para preservar a sua identidade e a cultura, como se constitui a liderança e o que consideram como relevante para que seu povo possa viver com dignidade.

Lembrando que para todos os entrevistados utilizei um pseudônimo de nome guarani, no intuito de preservar a sua identidade e também para não expor a sua imagem.

Para iniciar o contexto das oralidades das lideranças indígenas, focalizando a sua vivência, o modo de ser e de se articular politicamente, trago as falas dos caciques Moacir, Ubiratan, Sami e do líder espiritual, que foi cacique por 22 anos, sobre a memória histórica da vida dos Avá-guarani, quando seus direitos foram violados.

Em seguida, também trago, como proposta do estudo, as falas dos caciques Rudá, Avaré, Cauê, Ivair, Jandir, Kaluanã, Toriba, Yakecan, Ubiraci, todos são Avá-guarani e residem na Região Oeste do Paraná. Nos relatos, os entrevistados expressam a percepção e a interpretação de vida, a organização social e as práticas sociais, em suas comunidades. Além disto, trazem as suas principais aspirações e a esperança de melhoria das condições de vida de seu povo.

6.1 A MEMÓRIA HISTÓRICA DOS AVÁ-GUARANI CONTADA

Em entrevista com algumas lideranças indígenas, foram retratados alguns pontos interessantes da história de seus povos e o sofrimento que tiveram, quando da perda de seus territórios. Estes relatos contêm falas de antepassados, pois, de geração em geração, a história foi crescendo. Hoje, a história é contada por líderes mais idosos porque ou presenciaram alguns acontecimentos ou ouviram o relato de seus parentes. A seguir, apresento a fala do líder espiritual, que retrata a história da expulsão e da morte dos guaranis quando da inundação, causada pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Na história que a gente estamos sabendo do nosso vô, bisavô é de 1700 pra cá a

aldeia começou lá em Cataratas, 1500 metros da Cataratas, aí começou a aldeia só que foi destruído pelo português, pela história que foi contado né, que os jesuítas queriam defender mas só que não conseguiram, por causa que Jesuítas que descobriram que o povo existia nas Cataratas. Ih o Jesuítas descobriu e queria ajudar, queria defender mas acho que não conseguiu, e foi destruído mais de 5000 guarani na época, aí ficou 3 crianças que sumiu no mato desde isto que começou de novo os guarani né, quem sumiu, quem fugiu, quem se salvou lá começou se criar de novo, aí que começou. Daí a aldeia começou quando foi abandonada a aldeia de Cataratas pra cima foi inundado mais pra cá onde que era o aeroporto internacional de Foz era aldeia também, tudo era aldeia até Guaíra, o nosso território do guarani é Foz de Iguaçu a Guaíra, a gente sabe que na época não tinha demarcação, não tinha limite, não tinha nada (Líder espiritual Abaeté).

A Comissão Nacional da Verdade – CNV (2014, p. 200) menciona que no período de 1930 a 1960 terras dos Guarani, no Oeste do Paraná, foram registradas para “empresas de colonização e particulares”. Este foi o caminho da invasão do território dos Guarani. Os governantes agiram com o intuito de desencadear uma forma de exploração, para fins de interesse político.

Vinculado a isto, segue a explicação das lideranças sobre a perda da terra que foi titulada para não indígenas, para latifundiários, ou seja, houve a violação dos direitos dos Guarani, na Região Oeste do Paraná, pois invadiram os seus territórios e ocorreu o esbulho.

Muita gente fala que nós somos pessoas invasoras e foi retomado a terra do outro, então acho que esta questão é pessoa que não sabe o que dizer. Nós somos a etnia guarani, somos daqui dentro, desde 500 anos atrás nós somos de dentro do Brasil, então quem veio como invasor é o branco que veio de fora, acho que na vida alguma coisa lá acham que descobriram o Brasil e mataram guarani, mataram quase todo mundo e tal (Cacique Moacir).

Essa invasão que vem de lá pra cá, quem que veio aqui? Então Portugal, espanhóis. Na verdade nós somos os que mora primeiro aqui na América do Sul (Cacique Ubiratan).

A gente já tá aqui mais de 500 anos, já tá indo pra 600 anos e até agora não saiu nada. No passado saiu uma publicação no diário oficial o mapa né, um estudo antropológico, mas não foi nem dois meses, suspenderam de novo e assim vai (Cacique Sami).

Todas as lideranças acima, nesta entrevista, deixaram claro que, a partir do que foi contado por seus antepassados, o início da sua vivência no Brasil retrocede muitos anos. Foram citados de 500 a 600 anos. Por isto, lutam por seus direitos e para que as leis sejam cumpridas. Concordam entre si que os invasores das suas terras foram os europeus, que adentraram seus territórios. Falam sobre estudos antropológicos para provar que as terras foram de seus antepassados. Sobre a questão de já existirem antes mesmo de os europeus invadirem as suas terras, Moonen (2008) menciona que os indígenas não consideram que o Brasil foi descoberto, porque eles já residiam aqui. Teria sido descoberta se não tivessem

existido povos ocupando os locais. Portanto não são colonizadores.

Sobre as questões que ocorreram no regime militar do Brasil, as situações de coerção e violência estão relatadas na fala do líder espiritual Abaeté, que conta como aconteceram as dizimações dos Guarani, na Região Oeste do Paraná, e como as suas terras foram tomadas e vendidas para outros.

Meu pai contava, meu avô contava que na época do militar que comandava nos anos 70 pra trás, diz que via muita matança, [...] morria muitos guarani e depois veio a colonização que o militar que comandava vendia terra pra outro né. Aí começou a diminuir o nosso território, só que foi vendido, os militares venderam pra outros, aí aonde que foi vendido o índio foi expulso do seu território, porque não era mais dele. [...] até quando a gente contava pra nossa criança ficava assim meio triste, aí a criança fala assim “mas graças a Deus que hoje não tá acontecendo isto mais”, os homens tem leis, porque foi assinado uma lei que defende a nosso direito no ano 88, 89 até eu fui lá em Brasília pra assinar este documento, eu fui em 89 em Brasília pra pressionar os homens pra assinar aquela lei federal até agora, mas só que não foi cumprido (Líder espiritual Abaeté).

As questões, citadas acima, representam a história, relatada anteriormente neste estudo, que remete à realidade das violações dos direitos dos Guarani quando, com o uso indevido do poder, sobrevieram a violência e o esbulho dos povos, que residiam na Região Oeste do Paraná. Neste período militar a violência contra os povos indígenas, como história contada nas comunidades por antepassados, foi muito traumatizante. Inclusive em uma de minhas visitas conheci um senhor indígena, o mais idoso dos tekohá, que relatou a história e, muito emocionado, explicou o que passou neste regime militar, com a expulsão e a violência, além da morte de seus parentes.

Ainda sobre as atrocidades e problemas sociais que ocorreram, eu soube que o período militar foi marcado pela opressão e pela repressão. Este período trouxe, para comunidades periféricas, adversidades, traumas e angústias. Além disto, a população passou a ser refém de uma supremacia política, que exerceu uma significativa dominação sobre os menos favorecidos da sociedade latino-americana, inclusive da brasileira. Diante deste cenário a psicologia social comunitária iniciou os seus trabalhos para trazer a melhoria das condições sociais destes povos, através da intervenção psicossocial, em que objetivava a transformação social e a conscientização da realidade daquele contexto (LANE, 1984; MARTIN-BARÓ, 1998; MONTERO, 2006; FREITAS, 2012).

O líder espiritual menciona ainda a Constituição Federal Brasileira de 1988, à qual compete concessão permanente das terras indígenas, conforme o Artigo 231, que atribui o reconhecimento dos direitos às terras, em que residem os indígenas, no intuito de serem demarcadas e protegidas. Assim, estas terras estão designadas à posse permanente, para uso

delas e de tudo o que nelas existir. São invendíveis e irrevogáveis, consideradas indisponíveis (BRASIL, 1988).

Porém, apesar da promulgação dos direitos, das legislações e também do reconhecimento dos povos indígenas pela Constituição Brasileira, a demarcação de terras indígenas se arrasta por um longo período. Em alguns casos os povos guaranis ainda estão lutando para conseguir um espaço para abrigar as suas famílias. Vivem em acampamentos, por não terem um local adequado, como os Guarani de Santa Helena, que ainda estão aguardando a designação de seus territórios.

Portanto, a Constituição de 1988 esclareceu que as terras indígenas são permanentes e não podem ser vendidas ou transferidas para outros e, por isto, devem ser demarcadas. Deste modo, as lideranças indígenas estão pleiteando para que isto se cumpra, porque ainda existem terras que não foram devolvidas aos seus legítimos donos, os Guarani. A partir deste entendimento, as lutas das lideranças por seus direitos se intensificaram, devido ao sentimento da violação das suas legitimidades constituídas.

Outro ponto da história também remete às conquistas, quando da recorrência para outras instâncias, para fins de reconhecimento destes direitos. Isto está no discurso do líder espiritual Abaeté, que retrata como conseguiram um espaço para viver com seu povo:

Mandamos no ano 87, a gente mandou documento lá pros Estados Unidos, eu tenho uma cópia ali em casa, nós mandamos escrevemos na mão lá pro Banco Mundial, lá nos Estados Unidos. Até dia 27 de fevereiro de 87 vieram o pessoal americano aqui na aldeia pra ver a realidade que estava acontecendo, porque a gente escrevemos pra eles que eles que patrocinaram o dinheiro pra ser construída a hidrelétrica né. Então a gente sentava assim como liderança, nós temos que ver a principal causa pra onde, porque aqui nem brasileiro nem Paraguai vai ter dinheiro tanto assim, tem algum que ajuda aí a gente descobriu que o Banco Mundial que ajudou pra ser construído a hidrelétrica Itaipu Paraná. Então nós escrevemos pra eles lá. [Vocês tiveram resposta?] Sim, aí que começou a luta pra conseguir a Tekohá Anetete em Diamante, a primeira conquista era 1764 hectares, foi no ano 96 depois de 15 anos de luta nós conseguimos (Líder espiritual Abaeté).

A fala do líder espiritual Abaeté deixa clara a batalha para a conquista do seu território, pois ele foi cacique por 22 anos e articulava as questões dos seus direitos. Ele reivindicou os seus direitos até com instituições estrangeiras para conseguir um espaço para viver. A história de vida dos Avá-guarani mostra que a luta pelos direitos funciona. Demora, mas conseguem porque é uma pretensão legítima. A citada memória histórica deste povo, que tenciona retomar o seu território, evidencia os problemas que até hoje ainda não foram resolvidos nestes locais da Região Oeste do Paraná.

A questão do processo histórico relatado pelas lideranças, pelo resgate da memória

histórica, é também, segundo Martin-Baró (1998), o primeiro passo para a conscientização e o entendimento da sua história. É o instrumento das lutas coletivas para resgatar esta memória e reaver o que era passado e que faz parte do seu ser. Portanto, é uma forma de libertação porque promove o conhecimento da sua origem e de tudo o que tem como cultura, crenças, valores, entre outros.

Diante de tantos acontecimentos que geraram sofrimento e mudanças negativas para os povos guarani no seu processo histórico é justificável a insegurança, receio e medo quando se cogita o confronto com autoridades policiais. Além disto, todas as influências marcadas pela igreja, as imposições geradas por legislações e a forma violenta de tentar modifica-los nos desígnios de uma modo de vida que não é o seu, que os estrangeiros trouxeram consigo. Conforme relatado acima. Os guarani tentaram resistir, porém perderam seus territórios, sentiram a angústia de deixar seu modo de vida tranquilo e com simplicidade. Enfim, os guarani trazem consigo a sua história de vida que remete tristeza, mas os fortalece. Acreditam em mudanças e não desistem dos seus princípios.

Então, entendendo a questão do processo histórico dos povos indígenas, conforme as palavras de Martin-Baró, podemos dizer que é um meio de transformação social, porque a recuperação da memória histórica acarreta a consciência do que é esta história e a riqueza dos fatos.

6.2 A FORMA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A forma de uma organização indígena é semelhante em cada local, porém difere a maneira de liderar de cada cacique, é geralmente condizente com a motivação do povo e com os atributos constituídos de conduta social de convivência. São instituídas as lideranças conforme a escolha da comunidade, o desempenho de atribuições que serão representativas e a expectativa de seguir com os anseios coletivos do grupo. Neste ponto de entendimentos o cacique Cauê comenta sobre as organizações sociais das comunidades:

Cada comunidade já tem uma organização diferente, lá na minha comunidade a nossa organização é outra diferente da outra comunidade né, lá a gente não permite bebida, a gente não permite assim pra fazer festa, porque esta coisa traz um problema pra comunidade né. Mas, agora a gente procura pra ter uma casa de reza e manter nossa cultura, isto aí que pra nós é uma festa né, ali que a criança tem que aprender pra se divertir (Cacique Cauê).

O cacique Cauê explica que as organizações sociais possuem formas distintas de

liderança, não na sua forma estrutural, mas no sentido da determinação das regras de convivência nas comunidades, porque algumas liberam a bebida alcoólica e algumas comemorações enquanto que ele não aceita isto, em sua comunidade, porque pode infringir as regras para manter a ordem, impostas em seu local.

Então, nas organizações sociais, em que os Avá-guarani estão inseridos, existem as regras, como em toda a organização formal. Estão vinculadas à ética dentro da comunidade. As lideranças seguem o princípio de reunir toda a comunidade e explicar as leis dos Guarani, regras necessárias para a boa convivência. Com este propósito seguem as falas dos caciques Rudá, Avaré, Yakecan e Kaluanã:

Tem regras interna né, a liderança mesmo que coloca né, a regra até onde que podemos ir né, o que que a gente não podemos fazer né. O que que o jovem pode fazer, o que que o jovem não pode fazer. Então regra sai pela liderança né, foi assim dado pra toda a comunidade, concorda não concorda, vale igual, então a gente tem também regra interna. Então a gente trabalha em cima disto também né, tem que ser cumprida, então tem que cumpri a regra que a comunidade colocou né, não é eu nada, eu só coloquei mas todo mundo concorda daí vai fechar esta regra. Sempre tem regra interna, [...] regras internas tem que ser respeitadas (Cacique Rudá)

A regra é, a família ficar né, ser interessado em plantar alguma coisa, criar alguma coisa, esta é a regra que eu tenho (Cacique Avaré).

Os guarani fala pros seus filhos “você é um homem, você vai trabalhar, depois de ser um homem você vai trabalhar e vai fazer muitas coisas, porque você é homem”, e não só por causa que ele é homem, por causa que ele tá cumprindo aquela regra que ele tem, como ele é guarani, mas ele tem que cumprir com aquela lei que ele tem. Por isto hoje, até os guarani tem assim, um dia você vai casar você vai achar uma mulher, mas fora disto você não pode ter outra mulher, esta é a lei dos guarani (Cacique Yakecan).

Você sempre leva pela conversa, não pelo bruto, não chega lá e já bate com chicote não tem isto, então chega lá e conversamos não pode fazer mais, só que pessoal ouve isto aí, ouve, sempre falo tem que ouvir sim, você não quer ouvir sai e procura outro local, a saída são livre, sai embora. Então tudo isto. [Você cria como se fosse uma regra né?] é isto, uma regra, de convivência, muitas vezes é assim e por isto que eu falei pro professor lá né, muitas vezes a gente já tem ligação da aldeia pra cidade, quando sai pra cidade ele já vê muita coisa, muito celular, alguém já tem moto, alguém já tem carro, alguém já vai tomar cerveja, mas tem que ter limite, não vem bagunçar, não pode vem aqui bagunçar, vai tomar o seu cervejinha e descansa tranquilo (Cacique Kaluanã).

Neste aspecto da organização social dos Avá, os caciques deixam claro que as regras são importantes dentro das comunidades. Explicam que devem ser respeitadas e cumpridas. Falam a respeito do não cumprimento das regras, que gera o castigo de até ser expulso da aldeia. Segundo Schaden (1974), os propósitos dos chefes indígenas, dentro das comunidades, são de manter a ordem e a disciplina, para que não ocorram conflitos e desorganização, que podem prejudicar a boa convivência de todos.

Em se tratando de atividades dentro das comunidades, tais como cultivo da terra, cuidados com a organização da casa de reza, limpeza de locais de acesso, seguem os discursos dos caciques Yakecan, Moacir e Kaluanã:

As mulheres sempre faz visita ao outro vizinho, trocar ideia, como é que a gente pode trabalhar, o que que ele quer, o que que ele gosta. [...] Aí faz um tipo de organização, as vezes eles estão todos juntos unidos ali, carpindo, aonde a criançada tava andando, carpindo o caminho pra não andar as crianças no caminho sujo, faz isto. Lá na minha aldeia faz, não sei de outra, mas acho que também né. Então isto que significa união, porque outro vizinho convida outro “aqui tá sujo muito o caminho da criançada, nós podia carpi ali” e pega a enxada e já vai (Cacique Yakecan).

Todo unido que trabalha junto, planta alguma coisa (Cacique Moacir).

A organização hoje das aldeia, da comunidade, tem que juntar e unir as pessoas, família, pra não ter briga, pra não ter algo errado, tudo isto tem que organizar (Cacique Kaluanã).

No que diz respeito à organização de todas as atividades do cotidiano das comunidades, o cacique Ubiraci explica que, na sua comunidade, a organização se dá pelas atividades que competem à reza, ao artesanato, à roça, entre outros, conforme segue o seu relato:

Fazer reunião pelo menos uma ou duas vezes por mês com as comunidades para eles ficar tranquilo, trabalhar na roça, sempre tirar também algum dia pra fazer artesanato e sábado e domingo a gente já chega na casa de reza pra cantar, pra bater o pé no chão e pedir pra Deus pra sair a demarcação. E algum dia a gente não faz isto, a gente fica conversando sobre projetos, porque liderança tem ali não é pra fazer alguma coisa de documento por baixo do pano, sempre tem que avisar as comunidades o que que nós vamos fazer, o que que você tem que fazer, tem pergunta, alguém que tá doente ou vai encaminhar alguns papéis, ou vai precisar alguma coisa. Chegando o cacique vai com ele pra ver onde que ele vai encaminhar estes papéis né (Cacique Ubiraci).

Nas palavras do cacique Ubiraci a organização se dá no dia-a-dia das comunidades: a resolução de problemas, o envio de documentos, os projetos para o futuro, a prática da cultura e religiosidade, o artesanato que veio de seus antepassados e a roça para o sustento das famílias. Todas estas atividades fazem parte da organização social do ser Avá-guarani. Todos estão engajados de forma coletiva, para que as tarefas sejam desempenhadas de forma a atender às necessidades de todos nas comunidades.

Para Montero (2006), a participação de todos na comunidade, bem como as ações coletivas de forma solidária e de apoio social, que são geradas a partir dos sentimentos e de dificuldades nas comunidades, são cruciais para se atingir os objetivos comuns de todos e definir o líder que levará adiante os anseios da comunidade.

Por isto, as reuniões e as discussões nas comunidades são importantes, porque assim se encontram os projetos necessários à comunidade, os principais desígnios do grupo e o que se deve fazer para alcançar os objetivos.

6.3 IDENTIDADE E CULTURA

As questões de identidade e cultura são pontos relativamente consideráveis, elas são a essência do povo Avá-guarani. Nas observações, nas visitas e também nos relatos fica nítida a importância delas para as comunidades. Praticamente todos os Avá-guarani comentam que sem a cultura de suas tradições e as suas formas de viver e ser, não se poderia dizer que o indígena é Avá-guarani de verdade. Esta também é uma das grandes preocupações das lideranças: manter-se os costumes, a cultura e a identidade da etnia. Deste modo, os caciques Ubiratan, Jandir e o líder espiritual Abaeté comentam sobre a importância destes atributos:

A cultura guarani, a identidade é a nossa dança e nosso xamoi é este que é nossa identidade (Cacique Ubiratan).

A nossa cultura é muito válido, muito forte, por isto que a gente não briga, não entra em conflito com ninguém, porque a gente tem caminho pra onde a gente temos que chegar, aonde a gente quer chegar (Líder espiritual Abaeté).

A gente tem nossa cultura, isto aí é o princípio né, é o nosso princípio é difícil a gente esquecer. Isto aí é o único que quando deixa nosso território fica com ele, é difícil esquecer a nossa língua, tem o rezador né, a gente perde mais que a semente (Cacique Jandir).

Considerando a importância da cultura dentro das comunidades, é possível perceber que faz parte da identidade dos Avá-guarani a continuidade da cultura, que se pratica nas comunidades: fala-se da dança, da língua, da importância do rezador, que preside os rituais da religiosidade do povo. Todos estes costumes e estas tradições são necessários para que o Avá-guarani tenha representatividade na sociedade. É pela prática destas tradições que o Avá-guarani tem a sua identidade, o seu pertencimento ao grupo social em que está inserido.

O processo identitário dos Guarani, além da língua que se fala cotidianamente nas comunidades, tem traços culturais que vão além, porque a identidade é um processo em construção. Deste modo, o contato com os não indígenas também acarreta a construção da identidade. Este contato já suscitou alguns traços, que foram incorporados pelos indígenas, e hoje fazem parte de sua identidade (KONDO; FRAGA, 2014). Diante da fala dos autores sobre a identidade dos Avá-guarani, podemos citar o simbolismo, bastante intenso, que impregna a reza, o canto, a dança, entre outros. Também faz parte de sua identidade a

memória coletiva, que resgata a história de vida dos povos indígenas.

Em se tratando da identidade dos Avá-guarani, a língua representa o aspecto crucial, porque é pela língua que realmente cada indígena tem o seu pertencimento à comunidade. Nas comunidades todos se comunicam e tem interatividade em guarani. Eles a aprendem como língua mãe, antes de conhecerem a língua portuguesa. A língua é a essência do Avá-guarani, conforme relatado pelos caciques Rudá, Cauê e Kaluanã:

A criança tá em casa e começa o guarani assim que começa a vim pra escola, até o terceiro ano eles tem língua materna né, depois do terceiro ano ele começa a estuda o português. [...] Ele tem que aprender a escrever em guarani, falar em guarani. [...] continuando passa para o português, mas continua estudando no terceiro, quarto, quinto, sexto até no último ano, continua a língua materna junto né. E vai pra vida toda (Cacique Rudá).

A gente não tem medo porque nossa língua ninguém não vai mudar, nossa fala ninguém não vai mudar (Cacique Cauê).

[E aqui vocês só falam guarani?] Só fala guarani, aqui não tem ninguém que fala a língua portuguesa (Cacique Kaluanã).

Pelo que foi mencionado, a língua guarani, falada e também escrita, é a forma de comunicação que prevalece entre todos, nas comunidades. Em relatos e observações nas reuniões, em que participamos, foi comentado que as crianças, que precisam estudar fora das comunidades por não ter escola na aldeia, têm dificuldade em aprender o português, porque nas escolas dos brancos não se fala guarani. Manter a língua materna é uma preocupação das lideranças, porque nas comunidades indígenas não se fala português. Isto é relatado pelo cacique Ivair:

É difícil né, porque tendo uma escola dentro da aldeia acho que vai mantendo a língua nativa né, mas só que quando você ir lá fora assim é obrigação de deixar um pouco a língua né, porque ali não tem como você falar a língua própria na hora de você ir na escola, por assim, então é complicado, mas só que mesmo assim a gente estamos ensinando ainda (Cacique Ivair).

Outro processo da identidade, dito por Grunberg e Meliá (2008, p. 04), compreende o “modo de ser e proceder, com características próprias. Seu território, o solo que se pisa, é um tekoha, o lugar físico, o espaço geográfico onde os Guarani são o que são, onde se movem e onde existem”.

Os Avá-guarani prezam muito a terra, o espaço para viver, o tekoha. O território é sua identidade também, porque em um tekoha se realizam as práticas sociais, a cultura, a agricultura, as tradições do povo. Por isto, os caciques Cauê e Yakecan relatam a respeito da importância da terra, do seu espaço.

É pra comunidade a gente precisa eu nos meus pensamentos a gente precisa mais de um pedaço de terra, urgentemente, porque sem terra, nós não fala, sem terra não tem vida. Aí se nós continuar vivendo no acampamento nós não vamos conseguir nada né, urgentemente a gente queria pelo menos um pedaço de terra pra gente ter a nossa vida, porque terra aqui pra nós é a vida né (Cacique Cauê).

Pra mim é lutar até que ser garantido o nosso Tekohá [...] pra nós a nossa luta pelo Tekohá não só das minhas aldeias, porque estas 13 aldeias estes 13 Tekohá é uma Tekohá Guassu que nós fala, é uma só. [...] é demarcação [o maior desafio], porque a pessoa onde não tem um lugar pra colocar sua casa, a sua reza, pra manter a sua cultura, não tem como, primeiramente tem que ser a terra (Cacique Yakecan). [grifo nosso].

Nas palavras dos caciques Cauê e Yakecan, a terra é o seu maior bem, que, além de produzir o sustento do povo, é o local onde se mantém a cultura, onde celebram a religiosidade e também onde vivem. O cacique Cauê comenta que os Avá-guarani sem a terra não vivem, ou seja, se não tiverem um território para viver, podem ser perdidos a cultura, a identidade indígena e todos os costumes. O projeto de vida que o povo Avá-guarani tem para as crianças, os jovens e para toda a comunidade é inútil sem o seu espaço, sem o seu tekoha.

De acordo com o comentário do Cacique Yakecan sobre os tekoha, as 13 comunidades lutam por um só território, o Tekoha Guassu, local que abrange estas aldeias. Seria como uma extensa família, que representa todas numa só.

6.4 A ATUAÇÃO DA LIDERANÇA

Antes de iniciar os relatos sobre o procedimento e também sobre as formas de liderança dos Avá-guarani apresento a relevância da liderança indígena tradicional, que já foi comentada neste estudo, mas que cabe trazer nesta análise para o aspecto do conhecimento do líder indígena hoje. Quando trato da liderança tradicional, observa-se nas comunidades dos Avá que existe o resgate da memória histórica na qual os antepassados, que eram líderes, repassaram os seus ensinamentos para outras gerações. Muitas ações das lideranças de hoje são baseadas no comportamento das lideranças tradicionais.

De acordo com Martins (2015), até hoje ainda estão presentes a religiosidade, os costumes, a cultura e a tradição do que foi ensinado pelos antepassados. A preocupação das lideranças atuais é que esta memória histórica se perpetue, por isto pouca coisa mudou da liderança tradicional para a nova liderança. A liderança tradicional tinha o pajé (líder espiritual) com grande influência em várias estratégias que o cacique traçava. Hoje ainda continua esta mesma repercussão, porque o pajé é visto em sua comunidade como aquele que

tem sabedoria, poder de cura e que conversa com os deuses (tem visões sobre acontecimentos). Para entender melhor a importância dos xamoi, como são chamados os líderes espirituais nas comunidades, segue o relato do cacique Rudá:

Então a gente fizemos assim pra fortalecer a cultura, primeiramente a gente tem que valorizar o nosso xamoi. Ele que tem preocupação sobre nossa cultura né, mas eu tem que ajudar, eu tenho que entrar e tenho que valorizar isto né, porque ele que sabe mais do que eu, porque que pode valorizar, e porque que a gente tem que manter esta cultura. Então tudo isto ele que sabe, ele que conta dentro da casa de reza, porque que são importante pra gente isto né. E sempre tá bastante éh forte ainda né, esta cultura do povo Avá Guarani (Cacique Rudá).

Neste relato o cacique explica que o xamoi que traz esta memória dos antepassados para que a comunidade a utilize como prática no cotidiano, mantendo a cultura viva, seguindo os costumes e as tradições. É pelo rezador que isto se fortalece. Ele é respeitado na comunidade pela sua sabedoria e experiência de vida, porque geralmente o xamoi é mais idoso e conhece a cultura do seu povo. Diante disto, os caciques Avaré, Sami e Yakecan, em seus relatos, também alegam a importância do xamoi na comunidade, como segue:

Apoiar as culturas xamois. Tudo que pertença a cultura tem que apoiar, as lideranças tem que apoiar este papel, porque hoje em dia já não é todo mundo que apoia principalmente liderança, eu aqui particularmente eu apoio muito, sempre a casa de reza, eu acompanho tudo (Cacique Avaré).

Então a gente tem rezador que é o xamoi né, este dom é Nhanderu que deu né, Deus que deu pra ele não é todo mundo que tem este dom também (Cacique Sami).

Ele ainda ensinou a família como que era o antigo, não tudo, mas ainda eu acho que dá força ainda para os povos guarani, porque ele é rezador, ele ainda faz o fé o remédio caseiro (Cacique Yakecan).

Nos relatos dos caciques Avaré, Sami e Yakecan percebe-se a importância do rezador nas comunidades, a influência que tem para manter a cultura e os rituais religiosos. Além disto, pelo que foi relatado, o xamoi preserva a memória do passado e assim a ensina às crianças e aos jovens.

No processo de escolha de um cacique, é a comunidade que determina aquele que vai assumir o compromisso de atender às necessidades do grupo social. Na entrevista que realizei com os líderes, perguntei como eles se tornaram caciques nas comunidades. A respeito disto, seguem os comentários dos caciques Avaré, Ivair, Cauê e Toriba:

Esse cargo aí não é a gente, é comunidade que escolhe né, comunidade que decide né, quem vai ficar, não é qualquer um que fica também neste cargo, porque é difícil, porque se você foi indicado pra ser um líder então tem que ter muita paciência, tem que conversar com a comunidade (Cacique Avaré).

Depende o trabalho da pessoa que tem vontade de trabalhar e entende um pouco do trabalho dos juruá que faz e enfrenta assim o preconceito, tem que ser firme pra ser cacique. Então fui indicado pela comunidade mesmo né (Cacique Ivair).

Eu fui indicado pelo povo porque o povo que mora lá né. Aí fizeram reunião e me escolheram a pessoa e foi escolhido eu pra representar a proposta deles, a necessidade deles assim, então foi assim (Cacique Cauê).

Quando o cacique saiu, eu era vice cacique, daí depois eu devolvi o cargo pra comunidade pra eles indicarem uma outra pessoa. Daí eles acharam que eu podia continuar mas já no cargo de cacique, aí eu fiquei (Cacique Toriba).

No caso da escolha e da indicação para o cargo de cacique, são considerados alguns atributos importantes: o de conduta, o de se posicionar perante as situações de dificuldade de trabalho, o de ajudar nas necessidades das pessoas, além do de despertar a confiança, por ser morador da comunidade e ter descendência. Os caciques Moacir, Rudá e Kaluanã trazem o entendimento de como foi esta indicação para que assumissem a responsabilidade de liderar a comunidade:

A comunidade me colocou aqui porque como sou um lutador e também porque o nosso xamoi, rezador queria porque morava por aqui mesmo. E meu pai contava que minha vó era daqui no caso deve ter lembrando esta história (Cacique Moacir).

Então esta indicação sempre foi pela comunidade né, a comunidade vê o trabalho das pessoas. Eu acho que por isto fui escolhido, na verdade é que já fui acompanhado pela liderança já né. [...] eu já vinha ajudando colocando as ideias junto com liderança, junto com o xamoi, líder espiritual né então. Vindo antes já né se preparando pra isto, aí fui escolhido para ser cacique das aldeias, foi me indicado mas todo mundo concordaram, daí eu assumi este cargo. Tudo foi indicado pela comunidade, então não teve eleição, não teve divisão na verdade né (Cacique Rudá).

Fui indicado pela comunidade, porque cada liderança tem opinião diferente do atendimento, assim de tratar pessoa. E hoje é só eu, já quer dizer que acostuma e não quer que eu saia de liderança, porque eles falam que outra liderança não sei se vai ter paciência, não sabe tudo isto, porque qualquer coisa tem errado eu levo pela conversa né. Nós escutamos e temos que fazer alguma coisa, por aí (Cacique Kaluanã).

O bom desempenho na liderança requer preparo e o acompanhamento dos trabalhos da comunidade, como comentou o cacique Rudá. Na história do cacique Moacir, ele foi designado para a liderança devido à sua luta e também à origem de seus antepassados, além de ser morador da comunidade.

Deste modo, nos relatos das lideranças, quando o cacique Kaluanã foi questionado a respeito do seu papel na comunidade, ele respondeu o seguinte:

Aqui como a gente trabalha na agricultura familiar o cacique que acompanha isto, porque nós temos aqui 75 famílias, eu tenho que ver a família que precisa, do preparo de solo, da semente, ferramentas, tudo isto tem que organizar. Então eu acompanho este trabalho, então minha atividade diária é isto aí, [...] tem que sair ir

na prefeitura resolver, porque nós trabalha pelo convênio, pelo convênio de Itaipu. Então na verdade o meu tarefa é isto aí e se tiver alguma coisa assim, muitas vezes acontece problema interno tem que chegar e resolver, tudo isto né, então dia a dia de liderança é isto aí, resolver, organizar. Por exemplo, a organização hoje das aldeias, da comunidade, tem que juntar e unir as pessoas, família, pra não ter briga, pra não ter algo errado, tudo isto tem que organizar, porque senão a pessoa não vai ouvir não quer saber nada, não sei o que, muitas vezes é preocupação esta aí. Eu sempre fala pra outra liderança, nós liderança que tem que unir, porque nós somos responsáveis, porque nós somos pai dentro da família (Cacique Kaluanã).

O cacique menciona, em suas conversas, que ele precisa ser como um pai para a comunidade, aquele que ajuda, aconselha, tem diálogo e paciência, porque é responsável por todos. Schaden (1974) comenta que o cacique é considerado como o pai da comunidade porque exerce a ordem e defende os interesses de seu povo, além de resolver os principais problemas da comunidade.

Ainda do ponto de vista das atividades do cacique nas comunidades, o cacique Rudá explica o que ocorre na sua aldeia:

Eu tenho várias coisas que eu faço porque a gente tem projeto também aqui dentro, tem vários setores que eu tenho que acompanhar, tudo setor a gente trabalha junto, tipo saúde a gente se reúne com pessoal faz alguma coisa, falta alguma palestra, precisa de liderança pra ajudar fazer, pra comunicar fazer isto, fazer limpeza na casa, fazer algum mutirão, tudo a gente faz junto. Aí quando cabe da educação, a liderança junto com professor indígena ou não indígena né, o que que falta né. [...] o que que podemos fazer dentro das aldeias pra atividades pro jovem pra pode não sair fora das aldeias né. E talvez ir lá éh entra no meio da turma lá sobre algum usuário de droga, maconha, de bebidas. Estas coisas a gente trabalha junto. E também traz um xamoió o rezador que faz parte disto também, mas a gente faz na casa de reza. Assim, a gente trabalha em conjunto né, várias atividades que a gente podemos fazer a gente faz né (Cacique Rudá).

Neste processo, em que o cacique Rudá comenta sobre as atividades na comunidade, percebi que a organização social na aldeia acontece realmente neste trabalho em conjunto, nos setores de saúde, de educação e do dia-a-dia da comunidade. Tudo é feito em conjunto, coletivamente.

Em relação às tarefas que o cacique desempenha, os caciques Avaré, Moacir e Sami falaram que atendem às necessidades das comunidades na medida do possível e desempenham o papel de representatividade dentro das comunidades.

A tarefa é encaminhar a demanda da comunidade, acompanhar, fazer documento, se estiver algum problema interno tem que acertar, este é o trabalho principal né do cacique na área indígena (Cacique Avaré).

O cacique é um representante da comunidade, ele sempre tá lutando pra vivência da criança, vivência da comunidade, pra garantia do direito da criança, pra garantir o direito da população indígena, que o cacique é um representante porque sabe conversar com o pessoal, porque o cacique sempre ensina a criança como que deve viver, plantar alguma coisa (Cacique Moacir).

O cacique cuida da comunidade, se alguém tem problema interno também, tudo problema chega para o cacique né. O cacique é mesma coisa um prefeito também que no município tudo que acontece problema chega pro prefeito né. Só que a diferença que tem, o cacique não ganha nada é trabalho voluntário né (Cacique Sami).

A respeito de como é estruturada a organização social dos Avá-guarani, o cacique Avaré faz a seguinte explicação:

Cada um pega seu papel pra fazer. As funções seria uma parte tem pra agricultura né, que acompanha o plantio, que dividem a parte, espaço pra família, esta seria familhagem né. Tem um que coordena as coisas, outro tem coordenador que busca com semente, este já é pro outro. De reza lá coordena é xamoio, ele que manda. [Pra saúde, pra escola quem faz a função?] é os professores né, a gente tem aqui um técnico de saúde, tem um guarani também, indígena. Esta é a estrutura (Cacique Avaré).

A estrutura que envolve a organização das comunidades, comentada pelo cacique Avaré, é utilizada não só no seu local. Percebi que as terras documentadas possuem a estrutura de funções praticamente igual. Desta forma, os acampamentos têm atividades iguais, porém não com a mesma complexidade, por não possuírem escola, postos de saúde, espaço adequado para plantio. Mas, os povos das ocupações, que estão em acampamentos, aspiram obter as mesmas conquistas que os seus parentes conseguiram para manter esta estrutura de organização em suas comunidades.

6.4.1 Desejos e Preocupações das Lideranças para o Futuro de suas Comunidades

As lideranças apresentaram em seus relatos as preocupações e os anseios para o futuro das suas comunidades, no que diz respeito aos seus territórios e às condições de melhorias para que possam viver com dignidade. A partir destas realidades, seguem os argumentos dos caciques Rudá, Yakecan e Ubiratan sobre as suas principais preocupações:

A coisa de fora tá chegando muito nas aldeias né, aquela coisa que a gente não conhecia, aquela coisa que a gente não vivia assim né, então chega aí o jovem curioso que ele queria também né, já tá pegando tudo né. Então esta é a preocupação (Cacique Rudá).

A minha preocupação maior pra mim é a questão da terra, porque não tem alguma lugar assim pra colocar assim nossa casa, roça, nossa família, não tem como. E aí já vem mais alguma coisa que a gente precisa, hoje em dia precisa escola, precisa também nossa casa de reza (Cacique Yakecan).

Queria que se vivesse em paz, tenha direito, tenha direito da criança a escola, tem que ser alguma coisa, tem que ter o guarani também, tem que ter alguma coisa. Sem esta não tem como dizer que vivemos tranquilo, tem que ter escola, tem que pôr

posto de saúde, nós tem que ter água, nós tem que ter energia, coisa que dá pra sobreviver bem (Cacique Ubiratan).

Os anseios dos caciques para as suas comunidades estão atrelados ao futuro das crianças e dos jovens, às gerações futuras das comunidades que, para Albernaz (2009), são projetos para o futuro de todos na comunidade. Deste modo, os caciques Avaré, Cauê, Kaluanã, Yakecan e Ubiraci destacam em suas falas sobre as suas aspirações para o futuro.

Agora o meu maior desejo é forçar este grupo de jovens, pra poder, pra organizar né, porque isto aí vai conquistar também a demarcação, eu preciso de companheiro, porque cada liderança já lutou bastante, algum já tá velho, algum já morreu, então isto é nossa ideia né (Cacique Avaré).

O meu sonho é ter uma escola estadual indígena nas aldeias pras crianças, eu quero que criança se divertindo no próprio deles, na hora da merenda todo mundo alegre saem pra merendar, o meu sonho é isto aí. E fazer uma casa de reza bem confortável a gente toda semana vamos estar lá ensinando a criança como que tem que andar na cultura né. Queria a criança desde pequenininho ensinar pra ele continuar depois nossa, a luta dele né. Porque a gente vai envelhecer e daí acabando, chegando ao fim da vida, aí ele já vai ter como pra continuar pra fortalecer a cultura e aprender também como que vai continuar a luta depois. Este aí é meu sonho (Cacique Cauê).

O futuro da minha comunidade na minha aldeia é ampliar minha aldeia. Por exemplo aqui na família já não tem mais espaço (Cacique Kaluanã).

Eu queria a primeira parte seja continuação de manter nossa cultura, porque várias vezes nós ouvimos que fala os guarani não tem mais né, então a nossa preocupação maior é isto aí, e sobre a educação porque sem isto tem muito mais família que tá estudando e nós não queria deixar que esqueça da cultura indígena do guarani e também continuar a estudar né. Então a nossa preocupação é isto aí (Cacique Yakecan).

Eu quero que meu povo fique tranquilo, estudar, trabalhar, quem que tá crescendo agora entender esta cultura tradicional pra não acabar a cultura principalmente isto daí (Cacique Ubiraci).

Acima, nas falas dos caciques, ficam claros os desejos de terem a terra para viver com tranquilidade, incentivar a cultura para que permaneça fortalecida na comunidade e prover a educação para as crianças, porque serão os protagonistas que levarão adiante as lutas e o modo de vida dos Guarani.

6.5 ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS AVÁ-GUARANI

Para entender as estratégias psicossociais de resistência das lideranças Avá-guarani, eu destaco a ideia de vida em grupos, em comunidades. Os grupos sociais se intensificaram e surgiram as representações sociais. O homem passou a influenciar os grupos com a

experiência, a habilidade e o conhecimento, no sentido de criar as suas estratégias psicossociais para garantir que as regras fossem seguidas coletivamente e observadas no grupo, com responsabilidade, para um objetivo comum. Quando da vivência em grupo, surgem familiaridades, solidariedade e participação. É do consenso de todos preservar as tradições e a cultura.

Então nós tá cacique pra fazer a organização do Tekohá né e fora também pra participar do Guassu, pra poder pedir um projeto e procurar o direito da comunidade né, por exemplo, a demarcação né, é isto aí (Cacique Ubiratan).

Isto retrata a história de como, pelas interações sociais, criaram-se as representações, ou seja, as lideranças de grupos, que fortaleceram as formas de vida, em busca de seus interesses. Estas ideologias trouxeram as transformações da humanidade e repercutiram em visões de mundo, características de cada grupo. Martin-Baró (1998) explica que a ideologia possibilita o controle, a ordem e assim se mantém, fazendo com que os indivíduos alentem em si as mesmas aspirações e necessidades de um grupo, modificando o seu comportamento e a sua conduta social.

Desta forma, os Avá-Guarani alimentam as aspirações de conduzir as suas comunidades mediante o compromisso de conseguir o que necessitam, conforme a fala dos caciques sobre as estratégias para a busca dos direitos da comunidade.

O direito da comunidade [...] tem que tomar providência com documento, levar encaminhamento pra garantir fundos, e pra aldeia é mais complicado, nós temos uma aldeia e não temos energia, não tem água, não tem nada lá. Então nós levamos um documento pro pessoal da justiça pro pessoal de órgão de competência seja pra resolver na região as necessidades de nós guarani (Cacique Moacir).

É assim que os movimentos sociais ocorrem e os propósitos de um povo se intensificam. Por isto, é determinante que, no estudo da psicologia social, a relação do indivíduo com a sociedade seja pelo seu processo histórico, subjetividade, forma cognitiva e interpretações da realidade, pois são consideradas características próprias de um povo.

Hoje a gente tem através da conversa, através da memória, do conhecimento que nós temos que tentar lembrar de novo do passado, porque do passado a cultura e a língua muito forte e a natureza e a terra é muito enorme naquela época, a gente mora onde quiser, a gente faz casa de reza onde quiser fazer, tem muito lugar, tem muita natureza que possa sobreviver, naquele natureza, naquela pesca, naquele rio. Mas, hoje não tem mais esta, este espaço já não tem mais, que nós sofremos nós temos que lutar hoje pra conseguir um pedaço de terra, pra manter a cultura ali dentro. E hoje totalmente tudo acabado este espaço que nós tinha antigamente, acabou a natureza, acabou a água boa, acabou terra, não é pela nossa culpa, só que na verdade isto aí já vem pelo conhecimento não indígena, não indígena usa a cabeça e o corpo como vai aproveitar aquela natureza, aquela terra. E nós como indígena a gente não

tem estudo, não tem cabeça nenhuma, nós perdemos totalmente o espaço e a natureza. Se fosse o índio tinha cabeça naquela época, nós não ficamos nesta situação, nós também vamos pensar igual o fazendeiro que pensa. Pegamos enorme terra, fazemos divisa, vamos fazer uma cerca aí que ninguém pode entrar aí, se fosse que nós tivesse cabeça naquela época (Cacique Kaluanã).

Seguindo este argumento em relação à história, Ramos (1990) comenta que os “índios”, assim chamados pelos “brancos”, modificaram suas ações devido às repressões ocorridas contra seu povo pelo governo militar. Foi em resposta a estes acontecimentos que intensificaram as estratégias como forma de resistência. A partir disto, as lideranças indígenas perceberam que eram tratadas como diferentes, não eram aceitas pelos brancos (chamados pelos índios de civilizados) e utilizaram este procedimento para articular discursos de reivindicação e de protesto em relação aos seus direitos, lesados por legislações, além da busca pelo reconhecimento de seu modo de ser e viver.

O argumento das mudanças, como forma de resistência, cria como estratégia que incumbe a articulação política para a cobrança dos direitos, como foi enfatizado no discurso dos caciques Ubiraci e Rudá, que comentam a respeito da aquisição do conhecimento do branco, para entender melhor as leis e descobrir os direitos constituídos, para que não ocorra a possibilidade de serem enganados.

É importante pro guarani que como eu disse a tecnologia avança né e o nosso guruixá, prefeito, governo, presidente e demais guruixá ele quase cada ano ele troca as leis né. Se a gente não estudar a gente não vai perceber o que está acontecendo lá fora, por isto que é importante estudar e ensinar também aquele que ainda não tá sabendo o que que tá acontecendo lá dentro da escola, por exemplo em Curitiba, em Brasília, quem que manda agora prefeito, vereador tem que ver quem que é, quem que tá na frente, por isto que é importante o estudo (Cacique Ubiraci).

Agora a gente tem alguns indígenas que já entendem esta questão de fora, que ele já tá na universidade, a maioria já tá sabendo né, então já convive mais de fora e ele aprende de lá. Então, já teve mais assim com cuidado, a gente já tá cuidando sobre isto né. Teve muita pessoa que veio assim pra enganar a gente, esta coisa assim né. Isto foi muito difícil antes, mas hoje a gente já sabe, a gente já tá ficando mais esperto (Cacique Rudá).

[...] se você não tem estudo você não aprende, e se tem estudo também você tem que aprender éh, tem que estudar e aprender ler e escrever e mais pra frente vai servir como defensor né. O indígena vai defender os seus direitos, tudo isto através do estudo nós aprendemos (Cacique Kaluanã).

As articulações dos caciques Ubiraci, Rudá e Kaluanã frisam a necessidade do estudo para compreender as legislações, para defender os direitos e também para conhecer a cultura dos não indígenas. O estudo também é uma forma de conscientização em prol da realidade em que estão inseridos, pode ser um caminho para a não alienação e um meio de entendimento do

processo de dominação da sociedade capitalista. Relacionado à conscientização, Martin-Baró (1998) explica que a questão de perceber a realidade à sua volta e ter consciência dos problemas sociais é a forma pela qual acontece a transformação social.

As estratégias de resistência indígena trazem consigo uma história que se inicia com a colonização dos portugueses em terras brasileiras. Neste ato de proximidade entre índios e brancos, houve a violação de direitos, que até hoje são reivindicados. Por isto se criou a resistência dos povos indígenas. Os fatos que marcaram este contexto de resistência estão vinculados tanto à desapropriação de territórios quanto à dizimação de povos acometidos por genocídio e violência, contribuindo para criar estratégias de defesa que continuam na sociedade contemporânea (BRESLER, 2000; OLIVEIRA, 2012; LEMOS; GALINDO, 2013; SEVERO, 2016).

No entendimento do processo histórico, o cacique Kaluanã menciona a importância do conhecimento da história para que as ações aconteçam e sejam realmente mais bem articuladas, em termos de luta por direitos.

Precisa ter conhecimento, tem que ler a história, história do Brasil, descobrimento do Brasil, não adianta eu só aqui e não conhecer nada de lugar, eu tenho que conhecer todo lugar. Por exemplo, eu tô aqui eu conheço de todo lugar, posso falar aqui que meu avô mora antigamente, esta aqui era aldeia antiga, posso dizer mas tem que ter conhecimento, aí porque hoje tem muita pesquisa que possa pesquisar da pessoa. Assim, muitas vezes porque o Itaipu perguntou pra mim um dia “Oh aonde que você nasceu?” Eu falei eu nasci em Foz de Iguaçu, na verdade eu falei Paraguai, Brasil e Argentina são três países, mas antigamente a gente não tem fronteira, antigamente são espaços pra nosso conhecimento né, não tem fronteira, pra nós é trânsito livre, a gente anda em qualquer lugar, antigamente não tem. Mas, hoje não pode se vou pra Argentina, ou Argentina não pode proibir que vou passar lá, porque sei que é meu território, no Paraguai eu posso ir lá, no Brasil posso ir em qualquer lugar. Daí eu falei aquele reserva de proteção do lago de Itaipu também se quiser entrar lá eu posso fazer meu barraquinho porque eu sei que a natureza são nosso. [...] Através da história a gente aprende, por exemplo, tenho meu papel aqui tenho que ler tenho que conhecer, meu nascimento onde que nasci, aquele lugar que eu andava, onde que meu avô andava, onde que meus avós antigamente ocupava, o rio. [...] História de vida, então por aí a gente pode conseguir, e assim eu andava muito em Guaíra, sabe que eu sou sempre viajo em qualquer lugar. Então na verdade a pessoa tem que ter conhecimento (Cacique Kaluanã).

A respeito do conhecimento, o cacique Kaluanã argumenta que é preciso resgatar a memória do povo, conhecer a história do país, do seu local e também da sua própria existência. Pelo relato do cacique é importante ter este conhecimento para poder argumentar quando for negociar e lutar pelos direitos. Com este conhecimento da história é possível saber onde viveram os antepassados, onde estão enterrados e esta seria a prova de que realmente os territórios lhes pertencem. Segundo Montero (2006), conhecer a história pessoal e também a da comunidade, em que está inserido, é fundamental porque abre a consciência e também

estimula a reflexão sobre tudo o que está à sua volta, além de contribuir para a construção social das relações e para a transformação social.

Estas estratégias de resistência, apoiadas pelo processo histórico, prevalecem como estopim para que os indígenas Avá-Guarani não percam a sua essência, defendam os seus direitos e conservem a sua forma de vida. Segundo Meliá (1990) os Guarani conduzem, pela natureza do seu ser, a espiritualidade marcada pelo simbolismo, ou seja, a dança, o canto e os costumes, todos apresentados na comunidade e na casa de reza, considerada lugar sagrado. Este simbolismo é uma forma de estratégia de resistência porque representa as práticas do povo Guarani.

Para enfatizar a estratégia de resistência, pela prática social em relação à reza, ao canto e à dança, na questão espiritual, o cacique Rudá explica a importância destas práticas no sentido de trazer para o grupo a cultura do povo.

Por exemplo, não deixar entrar outra religião, a gente não deixa, nós mesmo tem que ser forte. A gente tem que proteger nós né, o branco não vai saber se tá assistindo nossa reza, nosso canto, não pensa que é assim normalmente, mas a gente já sabe do que a importância que a gente faz [...] mas quem sabe mais é nós quem sabe mais é o xamoi que entra lá na casa de reza, este que é mais valioso pra gente. Então tem que ser nós mesmo né, não pode depender de fora, pra gente pra poder ter esta cultura né, este canto na casa de reza. [...] o canto sai pelo som já, o xamoi primeiro levanta faz a oração, porque Nhanderu lá em cima já vem dado este canto. Então ele não é fazendo letra fazendo isto né, através do som surgiu o canto né. Eles começaram escrever e ou nem escreve né, as vezes na memória mesmo ele canta e traz o jovem já seguindo cantando já né. Já vão aprendendo, não é assim fazendo né, escrevendo, pensando, fazendo, por isto que a letra é muito boa. Fala certeza, problema, da terra, da raiz, das plantas, do mato, da natureza, fala tudo isto (Cacique Rudá).

Estas práticas da religiosidade são consideradas como estratégias psicossociais de resistência devido à identidade dos Avá-guarani, que prevalece até hoje. É o pertencimento dos indígenas à comunidade, é a sua representação social quando da participação nas práticas sociais.

Segundo Bresler (2000), as resistências dos indígenas brasileiros foram assim geradas mediante a discriminação das suas práticas sociais e também pela posição europeia de fomentar a cultura trazida de seus locais para as terras brasileiras. A partir deste ensejo, por não atribuir valor ao modo de vida indígena, a sociedade passou a ignorá-los como organização e isto provocou um retrocesso psicossocial para estes povos, que, apesar de se constituir em comunidades, seguem na luta pelo pertencimento e reconhecimento diante do mundo moderno.

Os povos indígenas da etnia Guarani trazem estas resistências com fortalecimento

porque a aceitação de um processo universal, que ignora as suas práticas, se torna intolerável. Segundo Oliveira (2014), diversas estratégias foram utilizadas pelo povo Guarani do Oeste do Paraná, como a modificação das ocupações nas aldeias, a reivindicação de legitimidade dos territórios, as denúncias das violências sofridas, os pedidos de auxílio, entretanto, desde o processo de esbulho, estas estratégias, consideradas como práticas dos indígenas guaranis, ainda não repercutiram em benefício para com as demarcações territoriais e a reconquista dos direitos originais.

Enfatizando as questões de legitimidade e de demarcação dos territórios, os Avá-guarani procuram atrelar as suas estratégias à luta em relação à demarcação, para que possam cobrar das autoridades os seus direitos como cidadãos. Esta posição é citada pelo cacique Cauê, como segue:

Da nossa comunidade principalmente a gente luta pela justiça, mas a gente não consegue nada, não tem retorno, a gente manda e não tem retorno, tudo por causa da falta de uma área documentada pra nós né, área demarcada né. Tem que ter uma área demarcada, comprada, pra que nós possa adquirir qualquer coisa, qualquer projeto (Cacique Cauê).

Segundo Lemos e Galindo (2013), os indígenas guaranis não reivindicam somente os seus territórios, mas a permanência de sua etnia, a forma econômica de vida, o uso dos recursos naturais, para o bem coletivo de subsistência, para apenas suprir suas necessidades. São frustrações que estes povos sentem perante a civilização, porque rios são desviados de seus cursos, florestas são assoladas, deixando rastros que comprometem o futuro dos povos indígenas, que necessitam dos recursos para sobreviver.

Todas estas situações são pressões sofridas não só no contexto ambiental, é também pela prática social que envolvem os rituais religiosos, aspectos culturais e econômicos, as articulações políticas geridas por reuniões e encontros. A todo momento os indígenas guarani são pressionados a não dar sequência as suas práticas sociais (GUANAES, 2015)

Por conta disto, que os Avá-guarani fazem reivindicações e permanecem resistentes, caso contrário seu jeito de ser perde-se, são pressionados para atender aos desígnios da sociedade civilizada, para que a população desista de seus direitos devido ao não reconhecimento do seu modo de viver. Os Avá-guarani pelo contrário, continuam levando os seus propósitos de geração a geração mesmo acometidos pela insegurança, esta resistência se torna a força destes povos para que as comunidades tenham um pouco de dignidade.

No relato do cacique Ubiratan, ficam claras as questões de insegurança pela violência praticada contra o povo guarani, que acarreta doenças nos indígenas. Outra situação de risco é

causada pela modernidade porque se extinguem os recursos naturais, que são o meio de vida dos indígenas.

Guarani antigamente tem muito espaço pra andar, hoje já não tem mais, você sai ali na rua, o índio foi baleado ali na rua, então antigamente que tava neste lugar só indígena, não tinha isto aí né, índio vai pescar longe matar bicho ou pra buscar remédio caseiro pra curar nossa família pra fazer remédio. Mas hoje não, você não pode sair mais nem perto por aí, porque agora chegou no nosso Brasil, encheu de estrangeiro né, que vem de fora e ele já tem vários pistoleiros no sitio dele pra não entrar ninguém nem cachorro, nem indígena né nem qualquer pessoa né. Então isto aí fica doente pra nós né pra cada liderança (Cacique Ubiratan).

Assim, as estratégias psicossociais das comunidades indígenas são envolvidas pelo processo histórico e pela realidade social em que os indivíduos estão inseridos. As resistências são as consequências do conhecimento, da reflexão e da consciência das ações acometidas por regras severas, marcadas pela violência de seus povos, que constantemente precisaram modificar as suas rotinas devido às situações de opressão.

Diante de várias situações de descontentamento, uma das estratégias psicossociais de resistência, que os povos indígenas da etnia Guarani utilizam, é a língua falada em seus meios, porque na sociedade o que predomina é a língua portuguesa, trazida pelos portugueses durante o processo de colonização. No entanto, a língua guarani prevaleceu e prevalece como efetiva na oralidade das comunidades indígenas, que se enquadram nesta etnia. É a forma que os povos encontram para interagir entre si sem a utilização da língua portuguesa, à qual a sociedade está atrelada. Seguem as falas dos caciques entrevistados sobre a língua praticada nas comunidades:

Então a nossa língua muitas vezes é muito interessante né, porque como já nasce com a língua tem que manter aquela mesma língua né, a fala. O guarani dificilmente perde a língua, talvez porque ele já nasce com a língua, com a fala dele já, e na família mesmo ensina e nunca ele vai esquecer, não vai esquecer mais (Cacique Kaluanã).

A gente tem que conversar todo dia em guarani também pra não deixar muito desta língua né, [...] mas só que mesmo assim a gente tamo ensinando ainda, tem o meu cunhado que sempre faz este trabalho voluntário, que é ensinar ainda a língua guarani também pra criança ter (Cacique Ivair).

A criança que estuda pra fora na cidade é tudo diferente né, porque lá ele tem que falar em português, já é uma língua que já não é nossa né (Cacique Cauê).

Vai na escola fala assim no idioma do branco, mas voltou pra casa fala a mesma língua nosso idioma (Cacique Jandir).

A comunicação dentro das comunidades é feita com a língua guarani. Os caciques Kaluanã, Ivair, Cauê e Jandir explicam que a língua deve ser mantida e aprendida desde criança, para que prevaleça. A língua portuguesa se aprende fora das aldeias, porque é

necessária quando se estuda fora da aldeia, mas a língua materna sempre será o guarani.

Desta forma, Jodelet (2001) explica que esta posição da linguagem influencia na comunicação social pelo aspecto cognitivo de pensamento, que, pela força das palavras, proporciona a transformação social dos indivíduos inseridos no grupo, criando a percepção da realidade.

6.5.1 Interações Sociais e Alianças das Lideranças como Estratégia

Sobre as relações com outros caciques, foi praticamente unânime a aprovação, pela expectativa positiva de se reunirem, de discutirem problemas das comunidades, de terem estas interações sociais. Além disto, as lideranças acreditam ser necessária a união de todos para atribuir força para a luta pelos direitos. Esta estratégia foi efetuada no passado e resultou na conquista de território. Por isto hoje se utiliza a união dos caciques de vários Tekohá para que sejam fortalecidas ações em prol de objetivos comuns.

Estes objetivos são de conseguir: escolas nas aldeias, atendimento de saúde, melhorias nas moradias, água potável, entre outros. Na verdade, as lideranças simplesmente pretendem todos os direitos como cidadãos, porque são brasileiros. Com isto, apresento a explanação que os caciques colocaram como relevante na união de lideranças:

Aqui é tudo parceiro. Sempre quando sai reunião nós tá tudo junto e pedimos algum projeto tudo junto. A gente faz reunião, e quando sai reunião a gente junta tudo, são 14 lideranças, porque aldeia é só uma aldeia só que se chama Tekohá Guassu Guavirá né. Então faz planejamento pra fazer demarcação né (Cacique Ubiratan).

Toda vez que acontece reunião assim todo mundo se reúne né, pra conversar, pra discutir né (Cacique Sami).

A questão de caciques toda região nós tenta se reunir sempre junto com toda liderança, sentamos e conversamos é pra, seja pra fazer algum documento pra que seja garantido nosso direito. [...] tenta por mês, mas quando é longe assim é difícil pra nós porque nós não temos assim pra chegar lá, mas de vez em quando, quando tem alguma coisa, um evento alguma coisa na comunidade nós sempre encontramos todo mundo (Cacique Moacir).

Somos unidos. [...] a nossa Tekohá nós estamos lutando é uma só, é uma Tekohá só, que nós fala Tekohá Guassu. [...] éh, conversamos pra ficar mais unidos, entre os caciques entre as comunidades. Porque tem de outra comunidade também sempre foi nas minhas aldeias, ou vem de lá aqui, nós conversamos tudo junto, como que nós vamos tratar nosso visitante, porque sempre vai visitar, então isto aí não tem mal querência nenhuma. [...] porque não só pra manter a nossa cultura, porque talvez alguma língua antiga eu já esqueci, eu tenho que perguntar pra ele, talvez ele sabe ainda, e talvez ele já esqueceu alguma coisa ele possa me perguntar (Cacique Yakecan).

Conforme citado pelos caciques, a interação entre eles acontece sempre, desde para

reuniões sobre discussões, relacionadas a direitos, até para comemorações, festejos e outros. Na verdade, as visitas entre parentes fazem parte do modo de ser do Avá-guarani. Eles gostam de viagens para outros locais, para visitar parentes de outras comunidades.

Neste ensejo, Guanaes (2015) comenta que as lideranças se reúnem sempre que podem, em cerimônias e eventos grandes, nos quais todos se encontram e deste modo “reforçam suas origens comuns, suas relações de parentesco e consanguinidade, seus rituais e crenças, suas redes sociais e políticas, e compartilham saberes e experiências de lutas e resistências” (P. 317).

Estas relações sociais dos caciques geram resultados positivos que são contados pelo cacique Rudá.

Organização de cacique agora começou também no Paraná inteiro, a gente conseguiu, já teve isto né, [...] e teve acho que mais de 10 anos não foi mais reunida a liderança. E agora começado, a gente montou a primeira comissão daqui desta região, região do Oeste né. A gente fazia reunião dos só Guarani, desta região só. Mas agora a gente agora conseguiu reunir de novo Paraná inteiro né, não é só guarani, kaingang, guarani, tem xetá, povo do Paraná também, então tudo isto também a gente tá começando reunir de novo as lideranças pra poder ter mais força, mais voz né, pra poder lutar né, ir lá éh enfrentar qualquer coisa né. [...] Nesta região a gente fazia vaquinha, uma coisa assim pra poder ir, ninguém tinha pagado pra gente pra se reunir né, e agora começaram a reunir de novo. A relação do cacique, mas antes não, antes só alguém do acampamento se virava só ele sozinho, agora não, agora começaram de novo esta união da liderança né, e bem forte, e acho que agora a liderança ficou mais forte ainda, mais confiante em qualquer coisa, porque a liderança tá junto né, sabe acompanha tudo qualquer coisa, toda a região pra cá, no Oeste pra lá também luta aqui tem tanto território, a educação, saúde também não tá bem, a gente já tá sabendo ir junto né. [...] através desta união a gente fica mais forte pra cobrar né (Cacique Rudá).

As articulações dos caciques estão trazendo o fortalecimento político das comunidades guaranis, que estão se unindo com outras etnias em busca de seus direitos e de melhorias na qualidade de vida de seus povos. Benites (2012) comenta que as articulações entre lideranças são importantes porque fortalecem os propósitos das comunidades e trazem resultados, como as demarcações de terras, devido ao processo de resistência. Além disto, estas alianças também mantêm fortalecida a identidade de seus povos, porque são encontros que repercutem nas práticas de rituais religiosos e na discussão sobre a recuperação dos direitos violados.

São também estratégias políticas de resistência, pois todos se unem em prol do mesmo objetivo, como o cacique Kaluanã comenta em seu relato.

Olha éh de vez em quando nós se reúne, nós se reúne falando a parte de luta pela terra, só que a gente também muitas vezes nós se falamos num local, muitas vezes eu sou assim, por exemplo, eu vou fazer aqui hoje um documento, daí eu vou falar pra minha comunidade vou viajar levar lá pra Brasília ou lá pra Curitiba. Muitas vezes a gente faz documento, eu penso assim, eu sempre discuti, [...] nós temos que fazer coisa andar, não precisa vim falar aqui depois que as coisas não acontecem.

Vamos fazer a coisa andar, senão nós que vamos ficar pra trás, eu sempre falo porque assim, falando do espaço, do território, da luta pela terra, quem que vai defender nós? Se você não tem apoio você não vai defender, se você tem apoio você vai dizer que aquela aldeia precisa isto, aquela comunidade precisa isto, ele precisa de espaço vamos resolver, aonde que eu posso chegar pra nós resolver? Você poderia falar, mas se você não tem como resolver, você não vai resolver, que nem eu falei pra Funai estes dias. Mas no sentimento de vocês não é pra ajudar pessoas, pra embolsar o dinheiro, nós perdemos muito a nossa terra, nosso espaço, pelo Rio Paraná que foi feito barragem do Itaipu, porque aquela barragem Rio Paraná era nosso, era nosso rio pra ir pescar, pra ir tomar banho, pra lavar roupa, pra tomar água. E hoje vê aquele enorme do lago de Itaipu, quem que aproveita? São vocês, eu sempre falo, eu falo porque é verdade (Cacique Kaluanã).

Com toda a situação de movimentos e mudanças, tanto de território quanto de cultura, ocorridas devido ao contato que tiveram com não indígenas, estes povos continuam com estratégias, agora através do conhecimento, em termos de legislações e alianças, porém mantendo os seus costumes e as tradições históricas, ensinadas para as próximas gerações. Trilham este caminho para que não seja perdida a identidade de seu povo.

Uma das estratégias utilizadas pelos indígenas, para garantir que seus preceitos sejam aceitos, foi o dialogismo e as alianças com os representantes políticos e não índios, como forma de mostrar os seus argumentos em relação aos anseios de toda a comunidade, bem como as condições a que estão acometidos e os propósitos em termos de harmonizar conflitos (SILVA, 2015).

Enfatizando isto, as alianças com não indígenas estão vinculadas ao que os caciques falam, a seguir:

Contato com os não indígenas, sim a gente tem que acostumar né, não tem como não ter contato, agora tem que ter contato com branco, é obrigado né (risos). Este contato, pedir ajuda, ir lá conversar, não é assim como algum lugar isolado, a gente já precisa de algumas ajudas dele né, então precisa de orientação dele, porque já tá aqui quase junto né. Pode ajudar e saber coisa assim, a gente precisa aqui né. Então, não tem esta coisa assim de proibição de branco, uma coisa que mesmo se a gente conhecendo, se puder ajudar, estas coisas. [...] aqui no professor aqui tem muito diálogo bom né, são parceiro também na escola (Cacique Rudá).

Nós dependemos do juruá [**branco**], do governo né, da universidade, nós dependemos né, pra mim é muito importante, nós não tá contra tudo os brancos, apenas nós precisa direito e apoio (Cacique Jandir). [grifo nosso].

O contato é bom [**com não indígena**], o contato vai ser muito bom porque a tecnologia é muito grande, hoje tudo com tecnologia assim, celular, computador, éh alguma coisa assim que, então chega também na aldeia. Na verdade, o contato com não indígena pra mim, pra nós é bom também, aí a gente pode conhecer qualquer coisa do passado, o que que acontece dos antigos, o que que aconteceu naquela época, através do estudo, através do não indígena também nós chegamos a aprender isto (Cacique Kaluanã). [grifo nosso].

Segundo a percepção dos caciques Rudá, Jandir e Kaluanã, o contato com não indígena é bom porque, através dos brancos, se consegue algumas articulações políticas. É

citado o papel do não índio na escola, no conhecimento do passado do povo, no aprendizado pelo estudo. Outro ponto é o uso da tecnologia, que hoje também está presente nas aldeias. Por isto a aliança e o contato são relevantes, além de ser uma estratégia para posteriormente gerar a defesa dos interesses da comunidade.

Estes foram os resultados obtidos a partir dos relatos e observações nos locais de estudo, bem como a percepção de estratégias que as lideranças adotaram em prol da melhoria das condições de vida de suas comunidades que são os seus principais objetivos comuns. Diante disto, a teoria como estratégia psicossocial de resistência esclarece essas mudanças sociais que as lideranças procuram para seu povo para viver com tranquilidade.

Seguindo estes entendimentos, apresento em seguida as considerações finais do estudo relacionado aos Avá-Guarani da Região Oeste do Paraná.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão relacionada aos indígenas ainda é preocupante no contexto atual, principalmente quando se percebe o descaso pela sua forma de vida. Neste estudo, foram vistos o processo histórico de situações conturbadas, que os indígenas estiveram acometidos, e as tentativas de excluí-los da sociedade capitalista, protagonizadas pelo confronto, violência, escravidão e discriminação. Todos estes elementos de exclusão social nos fazem pensar em como os acontecimentos foram marcantes, tanto na forma traumatizante quanto na luta. Hoje, com toda a memória histórica, os Guarani continuam resistindo a toda forma de persuadi-los a se integrem na cultura contemporânea dos não indígenas. E, apesar disto, as suas lideranças não se omitem na sua história, mas fazem uso do que foi ensinado por seus antepassados, das tradições e dos costumes, da cultura e da linguagem.

Diante do proposto, este estudo, que estava incumbido da compreensão do modo de ser e da liderança dos Avá-guarani, trouxe uma visão de realidade que em nosso contexto de sociedade não indígena é diferente, mas que considero interessante porque envolve o trabalho coletivo de toda a comunidade. Os indígenas tem uma forma de liderar que está atrelada ao entendimento de família, que remete às necessidades de todos com o objetivo de exercer a partilha, mesmo que cada família trabalhe de forma individual, os recursos alcançados são distribuídos de forma igualitária, prevalecendo o projeto de vida do grupo social como um todo.

Os questionamentos propostos para este estudo eram para compreender: De que maneira se constitui o processo de liderança indígena Avá-Guarani, no Oeste do Paraná? Quais as principais estratégias psicossociais de resistência, utilizadas por suas lideranças?

A resposta a estas questões foi possível pela aceitação dos Avá-guarani em participar do estudo. Primeiramente, foram realizadas as visitas e observações que me proporcionaram descobrir a organização social como um todo, desde as atividades, as formas de vida nas aldeias até como as lideranças eram constituídas. A partir disto, percebi, já de início, que se tratava de uma liderança bem particular, porque raramente vemos esta realidade de vida pela coletividade em nossos contextos formais não indígenas. Em seguida, pelos relatos e nas entrevistas, consegui encontrar a resposta, relacionada à teoria, em que se baseou o trabalho desta pesquisa, que são as estratégias psicossociais de resistência.

Nas análises, embora eu as tenha dividido em categorias de estudo, as estratégias foram bem peculiares ao que me dispus explicar. Quando se trata de estratégia, a maioria das

lideranças deixa claro que a língua é a mais relevante, em suas articulações políticas, porque a utilizam nos discursos e nas discussões entre comunidades. Outro ponto que entendi, logo nas primeiras abordagens discursivas, foi como são consideradas as lideranças. São nomeados como caciques em suas comunidades. Os caciques são escolhidos pelas comunidades, levando em consideração a sua boa conduta, o seu compromisso em auxiliar o seu povo, a desenvoltura com que articulam politicamente com os não indígenas, além da forma como buscam suprir as demandas das comunidades. Este ato de escolha traz também as responsabilidades que a maioria dos líderes considera um papel difícil, porque requer dedicação e paciência. Porém, todos são voluntários neste processo. Mesmo assim aceitam e acreditam ser importante para suas vidas, porque estão cumprindo um legado com seu povo.

As estratégias de resistência das lideranças Avá-guarani também estão atreladas: a como lutar contra as dominações da cultura do “branco”, para proteger a memória de seus povos; à busca do reconhecimento de seus territórios, para que seus direitos retornem no sentido de amenizar o que ocorreu no passado; à garantia de permanência da cultura e dos costumes nas gerações futuras e ao dialogismo político em prol da melhoria de condições de vida para todos na comunidade.

Outra forma de estratégia que a maioria das lideranças Avá-guarani cita é a união entre todas estas lideranças, principalmente no âmbito político, porque acreditam que se estiverem unidos terão mais força para cobrar os direitos e, acima de tudo, atender às necessidades de suas comunidades. Desta maneira, os caciques se encontram periodicamente para discutir os propósitos em comum que são: reaver os seus territórios de origem, trazer melhor infraestrutura para as suas comunidades, manter as suas culturas dentro das aldeias.

Sobre a organização social, em minhas observações e também pelos relatos das lideranças indígenas, entende-se que as atividades são coletivas na limpeza e conservação das aldeias, em forma de mutirão, no qual várias famílias estão engajadas. Na agricultura, cada família tem o seu espaço de plantio, de onde tiram o seu sustento. O excedente é dividido entre todos os membros da comunidade. Em relação à prática da cultura de rezas, comemorações e rituais, há a participação de todos, principalmente de jovens e crianças. Já o artesanato geralmente é realizado por mulheres. Sobre outras atividades, como a educação e a saúde, estas dependem dos não indígenas. Hoje alguns indígenas já têm formação para atuarem como professores nas escolas. Mas, nos acampamentos que visitei, não tem nada disto, porque a maioria não cultiva a terra, por ser área de preservação ambiental. As crianças estudam nas escolas das cidades e também dependem da saúde da cidade próxima.

A contribuição deste estudo está em olhar para outras formas de vida, em que os indígenas estão inseridos, e perceber que necessitam da atenção para as suas causas. Os indígenas são cidadãos que aspiram por melhores condições de vida para o seu povo. É imprescindível dignificar as nossas ações para contribuir com a resolução dos problemas sociais que acometem o povo guarani. Podem ser ações representativas que auxiliem a condução das suas formas de vida, que prestigiem as suas práticas sociais, que estimulem a inclusão social, que não os discriminem, que favoreçam a formação dos jovens, principalmente nas universidades. Ainda mais, ações para manter contato com eles para deliberar sobre as suas necessidades e conduzir projetos para garantir a sustentabilidade agrícola para as famílias.

Outra forma de contribuição que coloco como ênfase é o olhar da gestão a partir das práticas dos líderes indígenas Avá-guarani que não necessitam criar imposições, hierarquias ou corromper princípios e comportamentos com suas comunidades. São líderes pelo respeito, representatividade e o exemplo dentro das comunidades, os guarani consideram os caciques como seus pais, porque exercem essa responsabilidade voluntariamente e conseguem conduzir todo seu povo a unir forças para o bem comum. Acredito que a administração precisa conhecer essas estratégias psicossociais de liderança e ter um olhar mais refinado no que concerne ao papel de um líder, entender que a influência se consegue pela simplicidade, moral e humildade de ouvir e compreender que o ser humano tem fragilidades e desejos, e que necessita ser ouvido.

É por isto, que o estudo foi direcionado para a teoria da psicologia social latino-americana, afinal os líderes indígenas utilizam do psicossocial com seu povo através da história de lutas, das condições sociais que se encontram, pela relevância do seu modo de ser e viver. E o resultado é positivo na condução nas comunidades que respeitam as regras de boa convivência e a representatividade de suas lideranças, as estratégias que os caciques tomam estão geralmente voltadas para atender os anseios do seu povo e mostrar porque precisam lutar.

Diante do meu conhecimento de gestão formal e estruturada, percebi que precisamos sair da zona de conforto e vivenciar as comunidades que utilizam as práticas da coletividade e do homem comum. O que vi e vivi é único, acredito que os gestores deveriam ter esta experiência e levar para as suas vidas profissionais os ensinamentos que os indígenas nos proporcionam. Quando me deparei com a liderança indígena, reconheci o quanto preciso aprender com eles. Isto ficou bem claro nas formas de articulação dos líderes que consultam

suas comunidades antes de tomar qualquer decisão, são escolhidos pela moral no grupo, considerados autoridades que resolvem todos os problemas em prol do bem comum, e não recebem nenhum recurso financeiro para ser líder. São articuladores e interagem com todos os membros do grupo, desde a criança até o idoso. Esta posição dos caciques em saber ouvir e entender as necessidades da comunidade é a essência da liderança indígena guarani.

As limitações desta pesquisa estão na composição das entrevistas, que envolveram as lideranças indígenas, mais propriamente, apenas os caciques. É, portanto, somente uma parte das conduções da história dos povos Avá-guarani. Se as informações partissem também da percepção dos jovens, dos idosos e das mulheres, este estudo seria mais completo, com riqueza de detalhes nas atribuições dos fatos do cotidiano destes povos, porque todos teriam muito a contribuir com as suas histórias de vida. Outro motivo que limitou a pesquisa foi exiguidade de tempo. Não houve a possibilidade de se realizar uma etnografia que seria o ideal em entender melhor todo o processo que se dá dentro das aldeias.

Porém, deixo como sugestão de estudo a investigação em outras organizações e/ou outras etnias, para entender se realmente as formas de vida são parecidas, se as estratégias psicossociais correspondem ao que presenciei com os Avá-guarani e se os problemas são semelhantes em organizações sociais diferentes. E se a posição das lideranças correspondem com a forma dos guarani. Enfim, não podemos ficar vinculados a um mundo individual sem o olhar para o nosso redor, a administração vai além. As estratégias são diversas, é preciso desbravar outras formas de organização que sugerem aprendizados que não estão escritos em roteiros e manuais, liderar é uma arte que se aprende quando se conhece outras realidades que geram transformações na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social. 1995. **Estatuto**. Acesso em 12 de julho, 2018, em http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=547
- ALBERNAZ, A.C.R. Interpretação do mundo e projetos de futuro dos Avá-guarani de Oco'y. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 146-169, jul./dez. 2007.
- ALBERNAZ, A.C.R. Antropologia, histórias e temporalidades entre os Ava-guarani de Oco'y (PR). (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis/SC. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- ALMEIDA, R.F.T. **Estudo Antropológico sobre situação dos Ava- Guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Jakutinga/Okoy e dos Ñandéva de Guaira:** extremo oeste do Paraná. Rio de Janeiro, Agosto, 2006. ABA 2.143.769.770
- ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. *Psicologia Política*. vol. 8. nº 15 . pp. 31 - 56 . Jan - Jun 2008.
- BAINES, S.G. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 43 nº 2, 2000.
- BASS, B. M. **Leadership. Understanding the Dynamics of Power and Influence in Organizations**, Second Edition. Robert P. Vecchio. Publication Year: 2007.
- BENITES, T. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais Tekoha Guasu. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.4, n.2, jul.-dez., p.165-174, 2012.
- BERGAMINI, C. W. **Liderança:** administração do sentido. São Paulo: Atlas, 1994.
- BRASIL. Constituição Federal: Capítulo VIII – Dos índios. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.
- BRESLER, R. R. B.O pai e as organizações: práticas de poder no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 7, n. 18, 2000, p. 125-140.
- CALAÇA, P.A; VIZEU, F. Revisitando a perspectiva de James MacGregor Burns: qual é a ideia por trás do conceito de liderança transformacional? **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, nº 1, artigo 7, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2015.
- CARRIERI, A.P.; PERDIGÃO, D.A.; AGUIAR, A.R.C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, São Paulo, v.49, n.4, p.698-713, out./nov./dez. 2014.
- CARVALHO, M.L.B. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terra, O Estado e os Guarani do Oco'y:** Violência Silêncio e Luta. (Tese de doutorado em Geografia) São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2013.

CARVALHO, M.L.B. Terras indígenas em zona de poder: determinação legal e prática institucional no Brasil – I. In: SOUZA FILHO, C.F.M.de; MAMED, D.O.; CALEIRO, M.M.; BERGOLD, R.C. **Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira.** – Letra da Lei, 2016.432 p.

CARVALHO, V.D.; BORGES, L.O.; RÊGO, D.P. Interacionismo simbólico: Origens, pressupostos e contribuições aos estudos em psicologia social. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2010, 30 (1), p. 146-161.

CHAMORRO, G. **Terra madura, yvy araguyje:** fundamento da palavra guarani. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 368p.

CHEMERS, M.M. **An Integrative Theory of Leadership.** Psychology Press. New York and London, 1997.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, núm. 2, 2003, pp. 221-236.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado:** investigações de antropologia política. Tradução: Bernardo Frey. Porto: Afrontamento, 1979. São Paulo. Edição Brasileira, 2004.

COLMAN, R.S.; AZEVEDO, M.M.A.; ESTANISLAU, B.R. Os Guarani e seu modo de ser caminhante. **Ideias**, Vol. 8. 2017. DOI 10.20396.

COLOGNESE, S.A.; MELO, J.L.B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**. v. 9, Porto Alegre: UFRGS, 1998, p.143-159.

CNV – Comissão Nacional da Verdade. **Violações dos direitos humanos dos povos indígenas.** Texto 5. Relatório - volume ii - textos temáticos - dezembro de 2014.

CUNHA, M.C. O futuro da questão indígena. **Estudos Avançados** [online]. vol.8, n.20, 1994, pp.121-136. ISSN 0103-4014.

DE SÁ, C.P. Psicologia social: o lugar da crítica, da memória e da afetividade. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 46-57. ISBN: 978-85-7982-060-1.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/2002

FARIA, J.H; MENEGHETTI, F.K. Liderança e Organizações. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 2 n. 2, p. 93-119, jul./dez. 2011.

FERREIRA, M.C. A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 2010, Vol. 26, n. especial, pp. 51-64.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, M.F.Q. Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política. **Revista psicologia política** / Sociedade Brasileira de Psicologia Política – vol. 1, n° 2 - Jul./Dez. São Paulo: SBPP, 2001.

FREITAS, M.F.Q. Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In JACÓ VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 370-386.

FREITAS, M.F.Q. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 32(3). 521-532. Julho - Setembro 2015.

FREITAS, M.F.Q. Psicologia social comunitária como educação política: resistência e afirmações no cotidiano. **Teoría y Crítica de la Psicología** 11. 2018, 92-104.

FUNAI. **História e Cultura Guarani**. Disponível em: <http://funai.gov.br>. Acesso em: 20/03/2019.

FURTADO, M.B.; PEDROZA, R.L.S.; ALVES, C.B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**. Minas Gerais, vol. 26, núm. 1, 2014, pp. 106-115.

GÓIS, C. W. de L. Psicologia comunitária. **Universitas Ciências da Saúde** - vol.01 n.02 2008. pp. 277-297.

GOMES, A.F.; SANTANA, W.G.P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2010, vol.8, n.1, pp.1-18.

GONÇALVES, M. A.; PORTUGAL, F. T. Alguns Apontamentos sobre a Trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012, 32 (num. esp.), 138-153.

GRÜNBERG, G.; MELIÁ, B. **Mapa Guarani Retã 2008**: Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. São Paulo: CTI, 2008.

GUANAES, S.A. O estado nacional e as políticas desenvolvimentistas: o “cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice Fronteira Sul. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 307-336, jan./jun. 2015.

GUARESCHI, P. Psicologia social: o lugar da crítica, da memória e da afetividade. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 25-45. ISBN: 978-85-7982-060-1.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas indígenas**, 2010. [online]. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>>. Acessado em: 12/10/2018.

INÉIA, C.P. Conflito, território e identidade: o caso dos indígenas guarani de Guaíra/PR.

Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 10 a 16 de agosto de 2014. ISBN: 978-85-98539-04-1.

JACÓ-VILELA, A.M.; SATO, L. Diálogos em psicologia social. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2012. 482 p. ISBN: 978-85-7982-060-1.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p.17-44.

KONDO, R.H.; FRAGA, L. Identidades híbridas: atitudes linguísticas dos Guarani do Pinhalzinho, Estado do Paraná. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Maringá, v. 36, n. 4, Oct.-Dec., 2014. p. 415-425.

LANE, S.T.M. A psicologia social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R. H. F; GUARESCHI, P. (Orgs), **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. 2ª Edição. Petrópolis: RJ: Vozes, 1984.

LANE, S.T.M. **O que é psicologia social**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANG, A.B.C.G. Trabalhando com história oral: reflexões e procedimentos de pesquisa. **Cadernos CERU**, Série 2, n.11, 2000.

LEMO, F.C.S.; GALINDO, D.C.G. Massacre e Resistência Kaiowá e Guarani: Interrogações às Psicologias nos Traçados do Intolerável. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2013, 33 (4), p. 976-987.

LOPES, A.M.D.; MATTOS, K.R. **O Direito fundamental dos indígenas à terra: do Brasil-Colônia ao Estado Democrático de Direito**. Brasília a. 43 n. 170 abr./jun. 2006.

LOUREIRO, V.R. Desenvolvimento, meio ambiente e direitos dos índios: da necessidade de um novo ethos jurídico. **Revista Direito GV**, São Paulo 6(2), jul-dez 2010, p. 503-526.

MACHADO, H.V. Identidade organizacional: um estudo de caso no contexto da cultura brasileira. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 12, jan./jul. 2005.

MARTIN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MARTINS, E.S. O papel das lideranças tradicionais na demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá. Campo Grande, MS. **Tellus**, ano 15, n. 29, p. 153-172, jul./dez. 2015.

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, K.O.; LACERDA JR, F. A Contribuição de Martín-Baró para o Estudo da Violência: uma apresentação. **Psicologia Política**. Vol. 14. Nº 31. PP. 569-589. Set. – Dez. 2014.

MASUZAKI, T.I. A luta dos povos guarani no extremo oeste do Paraná. Mundo do trabalho (número especial da XV Jornada do Trabalho). **Revista Pegada** – vol. 16, n. especial.

maio/2015.

MEIHY, J.C.S.B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**. 155 - 2º - 2006, 191-203.

MELIÁ, B.S.J. El "modo de ser" guaraní en la primera documentación jesuítica (1594-1639). Vol. 24. **Revista de Antropología**. 1981.

MELIÁ, B.S.J. A terra sem mal dos guarani. Tradução: Roberto E. Zwetsoh. **Revista de Antropologia (33)**. 1990.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTANEZ, M.V.M. et al. Lo psicosocial desde una perspectiva holística. **Revista Tendencia & Retos**. Nº 12 / Octubre 2007.

MONTERO, M. La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. **Revista Latinoamericana de Psicología**, vol. 16, núm. 3, 1984, pp. 387-400.

MONTERO, M. Relaciones Entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una Respuesta Latinoamericana. **Psykhé**, vol. 13, núm. 2, noviembre, 2004, pp. 17-28.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidade y sociedade**. 1ª Ed. 3ª Reimp. Buenos Aires: Paidós, 2006. 200p.

MONTERO, M. Fortalecimiento de la Ciudadanía y Transformación Social: Área de Encuentro entre la Psicología Política y la Psicología Comunitaria. **PSYKHE**, Vol. 19, Nº 2, 2010. 51-63

MOONEN, F. **Povos indígenas no Brasil**. 2ª edição digital aumentada. Recife, 2008.

OLIVEIRA, D. Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: História e Resistência de um Povo Indígena. IN:___ NOGUEIRA, Caroline B. C. (org.), et al. **Direito Sócio Ambiental: uma questão para a América Latina**. Letra da Lei, 2014. 224 p.

OLIVEIRA, R.C. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Antropologia. Estudos Avançados** 14 (40), 2000. P. 213-230.

OLIVEIRA, W. Desigualdades Étnico-Raciais: Formulações identitárias e lutas por reconhecimento. **Espacio Abierto**, vol. 21, núm. 4, octubre-diciembre, 2012, pp. 653-676.

ORNELAS, J. Psicología comunitária: Orígenes, fundamentos e áreas de intervenção. **Aná. Psicológica** [online]. 1997, vol.15, n.3, pp.375-388. ISSN 0870-8231.

PAIVA, M.V.S. Cultura indígena e identidade nacional. **RTES – Temas em Educação e Saúde**, v.12, n.2, jul-dez/2016. p. 230-245. ISSN: 1517-7947

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec,

1981.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M.M.; SANTOS, R.V. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2005. 192 p.

RAMOS, A.R. Vozes Indígenas: O Contato Vivido e Contado. **Anuário Antropológico/87**. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

RAMPAZO, A. V. O management e o projeto de controle do mundo. **Revista de estudos organizacionais e sociedade**. FACE/ UFMG. Belo Horizonte, n. 4, Agosto/2015.

RIBEIRO, S.I.G.T. Etnicidade e reelaboração do nós: a contínua construção do ser Guarani. **Espaço Plural**. Ano VIII. Nº 16. 1º Semestre 2007, p. 43-51. ISSN 1518-4196.

ROBERTAZZI, M. Psicología social histórica: teoría y construcción de conocimientos. **Espacios en Blanco** - Serie indagaciones - Nº 21 - Junio 2011 (21-58).

RODGERS, D.; PETERSEN, J.; SANDERSON, J. **Commemorating alternative organizations and marginalized spaces**: The case of forgotten Finntowns. *Organization*, 23(1), 2016. p.90-113.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E.M.L.; JABLONSKI, B. **Psicologia social**. 27 ed. Revista e Ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RORATTO, J.M. Posições subjetivistas e objetivistas de ciência: a hermenêutica como fundamento da pesquisa qualitativa. **Roteiro**, Joaçaba, v. 35, n. 1, p. 175-192, jan./jun. 2010.

SALGADO, M.; FRANCISCATTI, K.V.S. A análise dos dados da História Oral: fundamentos para uma Psicologia Crítica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.14, n.1, 2014, p. 304-319.

SEVERO, C.G. A invenção colonial das línguas da América. **Revista Alfa**, São Paulo, 60 (1), 2016. p. 11-28.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA, E. Os índios e a civilização ou a civilização dos índios? Discutindo conceitos, concepções e lugares na história. **Boletim do Tempo Presente**, nº 10, de 01 de 2015, p. 1 – 12.

SPINK, M.J.P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993.

TEAO, K.M. **Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006)**. (Tese de Doutorado), Niterói, RJ. Universidade Federal de Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 234f, 2015.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WIESENFELD, E. La Psicología Social Comunitaria em América Latina: ¿Consolidación o crisis? *Psicoperspectivas*, Venezuela, vol. 13, n. 2, 2014, p. 6-18.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”, que é coordenado pela professora Elisa Yoshie Ichikawa, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é “investigar as históricas situações de conflito e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial do povo Guarani no território paranaense”. Para isto, a sua participação é muito importante, e ela se daria a partir dos seus relatos sobre o que tem passado o povo Guarani da Região Oeste do Estado do Paraná nos últimos anos. A nossa intenção é fazer uma entrevista com você, a partir de perguntas gerais sobre o povo Guarani. A pesquisa tem o risco de causar danos psíquicos, sociais ou culturais, pois as perguntas podem fazer aflorar memórias que causaram dor e sofrimento em sua vida, e isto pode afetá-lo emocionalmente. Caso isto aconteça, você tem o direito de interromper a entrevista a qualquer momento, não responder às perguntas que julga inconvenientes e exigir a retirada de sua entrevista da pesquisa. Para minimizar este risco, você consultará, antes da entrevista, o roteiro de pesquisa, avaliando se irá conceder ou não a entrevista, quais questões irá responder e, caso decida conceder a entrevista, quais questões não irá responder. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As entrevistas gravadas e o material transcrito ficarão sob responsabilidade da professora Elisa Yoshie Ichikawa. O material transcrito ficará arquivado sem a identificação dos participantes, e as entrevistas gravadas serão excluídas do gravador. O maior benefício em relação à pesquisa é a produção de um material didático e um livro que contêm a história do povo Guarani e que sejam utilizados nas escolas e universidades. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços a seguir ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. O Comitê de Ética, de acordo com a Resolução 466/2012-CNS-MS, é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses de participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Para garantir os padrões éticos da

pesquisa, os tópicos anteriores concedem requisitos mínimos para manter sua integridade e dignidade na pesquisa. Como segurança jurídica, este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como participante da pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo. Você tem direito à assistência e à indenização, caso sinta que houve qualquer tipo de abuso por parte dos pesquisadores. Para tanto, você poderá acionar a pesquisadora responsável ou o Comitê Permanente de Ética com Seres Humanos (COPEP/UEM), através das informações, endereços e telefones contidos abaixo.

Eu,..... declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela professora Elisa Yoshie Ichikawa.

_____Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica do entrevistado

Eu,..... declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____Data:.....

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Elisa Yoshie Ichikawa

Endereço: Avenida Colombo, 5790 – Bloco C23 – sala 217 (2^o andar) Maringá – PR 87020-900

Telefone: (44) 99958-2267/3225-8370

E- mail: eyichikawa@uem.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá. Av.
Colombo, 5790 - UEM/PPG - sala 4
Maringá – PR 87020-900

Telefone: (44) 3261-4444 E-

mail: copep@uem.br

Atendimento à comunidade:

- segunda, terça e sexta-feira: das 8h às 11h40 e 13h30 às 17h30;
- quarta-feira: das 9h40 às 11h40 e 13h30 às 17h30;
- quinta-feira: das 8h às 9h30 e 13h30 às 17h30.

APÊNDICE 2 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS INDÍGENAS

Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani

Roteiro de entrevista semiestruturada com caciques Guarani das Terras Indígenas do Oeste do Paraná

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) entrevistado(a):	
Terra Indígena onde que reside:	
Terra Indígena onde que reside: Não demarcada () Demarcada () Quando: _____	
Município:	Etnia:
Idade:	Estado civil: () casado/a () solteiro/a () separado/a () viúvo/a
Lingua falada e escrita:	
Se casado/a, qual etnia do cônjuge:	
Se casado/a, qual a ocupação do cônjuge:	
Possui filhos? () Sim () Não.	
Quantos? _____.	Idade dos filhos: _____
Nível de escolaridade:	
Se frequenta/frequentou o ensino superior, qual IES e curso:	
No período em que frequenta/ou a Universidade, onde você mora/va? () na Terra Indígena () na cidade.	

II. QUESTÕES

1. Relate sobre como você foi indicado para a função como cacique na sua terra indígena e desde quando está nesta função.
2. Possui parentes próximos (avós, pais, tios) que foram ou são lideranças?
3. Quais as atividades mais importantes para um cacique Avá-Guarani numa terra indígena?
4. Quais as características mais relevantes para uma liderança Avá-Guarani?
5. Quais os principais desafios para uma liderança Avá-Guarani no atual contexto?
6. Quais aspectos da cultura Avá-Guarani que considera mais relevantes?
7. Qual papel do cacique com relação ao fortalecimento da cultura Avá-Guarani na comunidade?

8. Quais línguas são faladas na sua comunidade? Quais são escritas?
9. Como é sua relação com os órgãos governamentais (FUNAI, Prefeitura, Governo do Estado, Itaipu, etc.)?
10. Como é sua relação com os demais caciques das terras indígenas do Oeste do Paraná?
11. Como é sua relação com as lideranças políticas não indígenas no município e na região?
12. Como é sua relação com as comunidades não indígenas localizadas no entorno da terra indígena?
13. Como são tomadas as decisões na comunidade? (papel do txamoi, dos acadêmicos indígenas, dos professores indígenas, etc.)
14. Como compreende o papel da escola numa comunidade Avá-Guarani?

**Roteiro de entrevista semiestruturada com representantes de organizações indígenas do
Paraná**

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Organização:	
Nome do(a) entrevistado(a):	
Terra Indígena onde nasceu:	
Terra Indígena onde que reside: Não demarcada () Demarcada () Quando: _____	
Município:	Etnia:
Idade:	Estado civil: () casado/a () solteiro/a () separado/a () viúvo/a
Lingua falada e escrita:	
Se casado/a, qual etnia do cônjuge:	
Se casado/a, qual a ocupação do cônjuge:	
Possui filhos? () Sim () Não.	
Quantos? _____.	Idade dos filhos: _____
Nível de escolaridade:	
Se frequenta/frequentou o ensino superior, qual IES e curso:	
No período em que frequenta/ou a Universidade, onde você mora/va? () na Terra Indígena () na cidade.	

II. QUESTÕES

1. Relate os aspectos históricos mais relevantes da criação desta organização e os seus objetivos.
2. Qual abrangência da atuação da organização e como ela é constituída (estrutura organizativa, número de dirigentes, etc.)?
3. Quais as atividades mais importantes desenvolvidas pela organização?
4. Relate sobre como você foi indicado para a função como liderança nesta organização e desde quando está nesta função.
5. Você já teve alguma experiência como cacique ou liderança em terra indígena?
6. Possui parentes próximos (avós, pais, tios) que foram ou são lideranças?
7. Quais as atividades mais importantes desenvolvidas por você na organização?
8. Quais as características mais relevantes para uma liderança Avá-Guarani.

9. Quais os principais desafios para uma organização Avá-Guarani no atual contexto?
10. Quais os aspectos da cultura Avá-Guarani que considera mais relevantes?
11. Como é a relação da organização com os órgãos governamentais (FUNAI, Prefeitura, Governo do Estado, Itaipu, etc.)?
12. Como é a relação da organização com os caciques das terras indígenas do Oeste do Paraná?
13. Como é a relação da organização com os acadêmicos indígenas pertencentes às terras indígenas do Oeste do Paraná?
14. Como é a relação da organização com as lideranças políticas não indígenas do entorno da terra indígena?
15. Como é a relação da organização com os dirigentes das escolas estaduais indígenas localizadas nas terras indígenas do Oeste do Paraná?
16. Como são tomadas as decisões na organização?

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA EM TERRAS INDÍGENAS

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani

Pesquisador: ELISA YOSHIE ICHIKAWA

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 3

CAAE: 73963417.4.0000.0104

Instituição Proponente: CSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.438.426

Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_972435.pdf", de 25/09/2017, em que lê-se:

INTRODUÇÃO

Conforme Priori et al (2012), a região Oeste do Paraná, abrange os municípios de Toledo, Foz do Iguaçu, Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena, Cascavel entre outros e já foi ocupada por povos indígenas, espanhóis, pertenceu à Capitania de São Paulo, além de ter constituído o Território Federal do Iguaçu. Este território foi anexo ao Brasil após vários tratados com a Espanha e passou, então, a pertencer à província de São Paulo. Em 1853 conseguiu sua emancipação política. Após se tornar parte integrante da Província do Paraná, acomodou imigrantes europeus, sobretudo eslavos, poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Neste sentido, os autores apontam que o processo de ocupação da região Oeste ocorreu em quatro etapas. A primeira etapa, e mais antiga, decorrente da ocupação pelos índios que se espalhavam também por todo o território do continente sul-americano. Neste período, a presença desses grupos indígenas, como Xetá, Kaingang e Guarani, foi notada no processo mais recente da colonização, fazendo com que essa população fosse mais uma vez reprimida (PRIORI et al, 2012, p. 3, BRANDT, 2013). Por sua vez, a segunda etapa

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

correspondeu à atuação e presença dos padres jesuítas espanhóis que desenvolveram várias reduções (missões) pelo território. Esses aldeamentos indígenas, apesar de destruídos na primeira metade do século XVII pelos bandeirantes paulistas, conservaram forte a presença espanhola na região (PRIORI et al, 2012, p. 4; BRANDT, 2013). Já a terceira etapa, data do período entre 1881 e 1930, que corresponde à introdução do sistema das Obrages, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo objetivo principal era a exploração extrativista da erva-mate e da madeira (PRIORI et al, 2012, p. 5; BRANDT, 2013). Por último, a quarta etapa (1930 em diante) aconteceu principalmente pela atuação das empresas colonizadoras que efetivaram a colonização moderna do Oeste paranaense. A exemplo de outras regiões paranaenses, a ocupação de novas terras pelas populações brancas, tanto europeias quanto brasileiras, ocorreu, sobrepondo territórios nativos (PRIORI et al, 2012, p. 5; BRANDT, 2013). Neste contexto, no que se refere à história contemporânea dos Guarani no Oeste do Paraná, considera-se de fundamental relevância para a criação na região, em 1892, da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Como aponta o historiador Myskiw (2009), a intenção em fundar uma Colônia Militar no encontro entre os rios Paraná e Iguaçu vinha desde o período imperial, e obedecia a estratégias militares de “fazer frente” aos soldados de Solano Lopes durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Finda a Guerra e garantida a posse oficial daquele território, a necessidade de implantação da Colônia se impunha como forma de garantir sua posse real, coibindo a presença de ervateiros e madeireiros argentinos e paraguaios que trabalhavam na região escoavam seus produtos por meio do rio Paraná. Neste período, muitos dos militares e viajantes que participaram das sucessivas expedições organizadas no início do século XX para se chegar até o rio Paraná, seja junto à foz do rio Iguaçu, seja mais ao norte, junto às Sete Quedas, localizada na então vila de Guaíra testemunharam que a região era habitada pelos índios Guarani, o que lhes deveria ter sido informado também pelos próprios índios Kaingang, inimigos históricos dos Guarani e com quem os brancos já tinham certa familiaridade, visto que esses possuíam um aldeamento em Rio das Cobras (município de Laranjeiras do Sul-PR) criado em 1901. Confirmando esta questão, Packer (2013) apresenta a presença indígena dos Guarani na região Oeste do Paraná, atestada por relatos de alguns exploradores enviados em missões oficiais do governo federal para mapear a região. Um deles foi o tenente-coronel José de Lima Figueiredo, que percorreu as margens do rio Paraná em 1937. De acordo com o autor, ao citar as memórias do militar, salienta que este faz referências à “existência de silvícolas”, denunciada por “velhas canoas” e “malocas”, e descreve a frustração que sofreu ao não conseguir estabelecer contato com alguns deles: “Mal chegávamos, fugiam para a mata, abandonando tudo que estavam fazendo”, escreve. “A fuga fora precipitada, pois encontrei uma cabaça com chimarrão ainda quente” (PACKER, 2013, p. 68). Além

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

disso, o autor apresenta haver ainda diversos registros documentais e testemunhais sobre uso de mão de obra indígena, em condições análogas à escravidão, para construção de postos militares, abertura de estradas e, principalmente, na colheita, secagem e transporte da erva mate (PARKER, 2013, p. 70). Neste sentido, Bandeira et al (2012, p.111) afirmam que: "Dados apontam que em meados do século XX aproximadamente 30 aldeias Guarani desapareceram no estado do Paraná. Tal caso é resultado de uma política de expansão agropecuária que faz com que muitos grupos sejam reunidos em um único local, como ocorreu, por exemplo, na Reserva Indígena Rio das Cobras (municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu), onde grupos Guarani passaram a viver em um território Kaingang". Por isso, os deslocamentos forçados dos Guarani no oeste do Paraná acarretaram problemas mais graves, como a superlotação de algumas áreas, como é o caso da Terra Indígena de Oco'y, no município de São Miguel do Iguaçu. Nesta área vivem mais de 600 pessoas, com apenas 231 hectares de terra, sendo que destes, apenas cerca de 80 hectares são agriculturáveis (ALBERNAZ, 2007; BRANDT, 2013). Este primeiro problema acaba por gerar inúmeros outros, dada a relação dos Guarani com a natureza. Como esse espaço não é adequado ao modo de organização social tradicional da comunidade tem-se vários outros conflitos, como alcoolismo, violência, etc. Neste sentido, autores como Mota e Noelli (1999) questionam a ideologia construída – tanto por parte das companhias colonizadoras, dos discursos governamentais, como por geógrafos que escreveram sobre o assunto, a historiografia tradicional produzida nas universidades, os livros didáticos – de que o "território hoje denominado de estado do Paraná, no momento da chegada dos primeiros colonizadores brancos, estavam vazios e prontos para serem ocupados" (p. 19). Em outras palavras, os autores evidenciam que "a guerra da conquista do Paraná foi marcada por várias fases". No século XVI ocorreram expedições em busca de metais, escravos e uma rota para o Paraguai, período em que houve os primeiros contatos entre os brancos europeus e os indígenas que ocupavam a região. Por sua vez, no século XVII, têm-se as reduções jesuíticas e as bandeiras paulistas. Já o século XVIII foi marcado por expedições militares, e o século XIX pela expansão dos domínios dos grandes fazendeiros e pela construção de Usinas Hidrelétricas no Rio Paraná, no Rio Iguaçu e no Rio Tibagi. No século XX, a guerra de conquista continuou sob o manto da "colonização pacífica e harmoniosa, levada adiante pelas companhias de terras que ocuparam, lotearam e venderam os antigos territórios indígenas com o aval institucional do Estado do Paraná" (MOTA; NOELLI, 1999, p. 23). Para tanto, Novak (2007) acrescenta que "a conquista do território paranaense ocorreu por meio da espada, da cruz e das doenças, bem como de acordos realizados com os próprios indígenas" (p.75). Dito de outra forma, isso quer dizer que a ocupação do território paranaense não pode ser vista como uma dicotomia

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

dos brancos versus índios, mas deve observar os interesses dos grupos indígenas das diferentes etnias, muitas vezes com conflitos inter-étnicos. Devido a essa realidade, se estabeleceu alianças entre as sociedades não indígenas, estas, muitas vezes, como estratégia política, tanto com relação aos indígenas de grupos rivais, quanto em relação à sociedade envolvente. Esta informação torna-se relevante quando se passa a pensar a dinâmica dessas populações no estado do Paraná. Ou seja, as populações indígenas paranaenses não podem ser vistas como grupos homogêneos, nem tão pouco como vítimas passivas do processo de conquista de seus territórios. Eles foram agentes ativos desde o início da colonização, e o são até hoje, em todas as políticas que lhes dizem respeito. Estas, por sua vez, serão incorporadas por cada grupo étnico dependendo de suas características culturais, bem como de seus interesses e estratégias de convívio com a sociedade envolvente. No que tange aos dados populacionais, os Guarani contam com uma população de cerca de trinta e quatro mil pessoas, distribuídas pelos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, constituindo a maior etnia indígena do país. No Paraná, o povo Guarani habita 18 terras indígenas, sendo nove demarcadas e nove em processo de estudo e tramitação para demarcação junto à FUNAI. No Paraná, atualmente habitam cerca de 3.044 Guarani (pertencentes às diferentes parcialidades), representando 23,8% da população indígena no estado (BRASIL, 2010) Barros (2003) evidencia que os Guarani vivem em constantes deslocamentos, ligados a sua rede de parentesco e afinidade, o que gera trânsito de famílias pelas Terras Indígenas do estado do Paraná e de outros estados. Segundo essa autora, estes deslocamentos afirmam as redes de afinidade, reciprocidade e parentesco entre as famílias extensas, sendo que “nestes momentos ocorrem a circulação de conhecimentos e informações, bem como a consolidação de alianças entre diferentes famílias e grupos, expressadas também via casamentos” (BARROS, 2003, p. 34) Assim, Barros (2003) evidenciou que o tratamento dos Guarani com a terra, vinculase diretamente à relação que as famílias extensas estabelecem com determinados territórios. Afastar-se de seus territórios tradicionais significa afastar-se dos lugares ocupados por seus antepassados, o que pode quebrar o seu equilíbrio cósmico. Por esse motivo, sempre que possível, buscam circular os lugares dos quais foram afastados pelos brancos, visando com isso, dar continuidade à manutenção e este equilíbrio. Complementando, Novak (2007) salienta que por todo o território Guarani, as relações são orientadas por laços familiares. “A importância das redes de parentesco é ressaltada em qualquer situação guarani. Mesmo separações físicas não provocam perda de vínculos com os que estão longe” (p. 65). Assim, a forma de organização social, política e econômica dos Guarani, tem como base a família extensa, ou seja, grupos macro-familiares que ocupam espaços dentro dos territórios Guarani, baseados em relações de afinidade e consanguinidade. Nesse sentido, a família

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

extensa é composta pelo casal, filhos, genros, netos, irmãos e constitui uma unidade de produção e consumo. Cada família extensa tem uma liderança, em geral o avô (Tamõi) ou avó (Jarí). Conforme Almeida e Mura (2003) esta liderança passa aglutinar os parentes e os orientar política e religiosamente. São os líderes que determinam os espaços que seu grupo ocupará dentro do Tekohá e no qual as famílias nucleares (pais e filhos) irão habitar, plantar suas roças e recursos naturais disponíveis. Com relação à casa do tamõi ou jarí “passa a ser um local centralizador e ao redor da qual movimenta-se toda a família, na qual as pessoas se reúnem [...] e onde se realizam os rituais sagrados praticados no cotidiano”. (ALMEIDA; MURA, 2003, p. 13). Importante destacar ainda que, pertencente ao tronco linguístico Tupi e vinculada à família linguística Tupi-Guarani, a característica étnica Guarani se pluraliza pela divisão nas parcialidades Guarani-Mbyá, Guarani-Nhandewa e Guarani-Kaiowá (SCHADEN, 1974), manifestando, cada qual, diferenciações dialetais, práticas rituais, crenças, costumes, orientações religiosas, organização política e social, dentre outros aspectos. No Paraná, habitam majoritariamente as parcialidades Guarani-Mbyá (espalhadas em três terras indígenas) e Guarani-Nhandewa (espalhadas em onze terras indígenas) (ALMEIDA; MURA, 2003; PARANÁ, 2006). Destaca-se a presença de algumas famílias da parcialidade Guarani-Kaiowá na Terra Indígena de São Jerônimo, trazidas para este território no início do século XX. Além do Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai, atualmente, no Brasil, os Guarani habitam os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, totalizando no território brasileiro, cerca de 34 mil pessoas, sendo um dos maiores grupos étnicos do país. Segundo Almeida e Mura (2003), a identidade Guarani, ou seja, o modo de ser Guarani se expressa com especificidade a partir de três aspectos fundamentais: a) o ava ñe'ë (ava: homem, pessoa Guarani; ñe'ë: palavra que se confunde com alma) ou fala, linguagem, que define identidade na comunicação verbal; b) o tamõi (avô) ou ancestrais míticos comuns; c) e o ava reko (teko: "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito") ou comportamento em sociedade, sustentado em arsenal mítico e ideológico. Três elementos também são situados por Ladeira (1997) e referenciados por Faustino (2006) para caracterizar a configuração espacial e cultural Guarani: a) o tekohá, lugar físico – terra, mata, campo, águas, animais, plantas, remédios – onde existem as condições geográficas e ecológicas adequadas para se exercer o teko, modo de ser Guarani, e que permitem compor, com base em uma família extensa com chefia espiritual própria, um espaço político-social fundamentado na religião e na agricultura de subsistência. Atualmente, os Guarani denominam os lugares que ocupam de tekohá (ALMEIDA; MURA, 2003; MURA, 2004); b) o guara, espaço vital definido por recortes e limites naturais como nascentes, montes, rios e matas (SUSNIK, 1982); c) e o yvy maraey, traduzido como

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.436.426

terra sem males, constituindo-se num movimento em busca de uma terra de abundância ou intocada, sendo considerada também como o elo que une os diferentes planos espaciais – terrestres e celestes. A terra sem males também é descrita como lugar indestrutível, morada dos ancestrais e dos deuses, sendo acessível aos vivos e onde é possível ascender aqui e agora sem a necessidade de morte (CLASTRES, 1978). Os traços culturais descritos e constituidores da cultura e cosmologia tradicional Guarani são atravessados e articulados por três elementos fundamentais: a) a relação com o território na dimensão e centralidade do tekohá; b) a centralidade do xamanismo evidenciada pela força do Karaí-xamã que transita e mantém contato entre os mundos dos humanos, dos mortos, dos espíritos, das florestas, dos animais, dentre outros (PEREIRA, 2004); c) e a relação com a parentela, centro da organização social Guarani, reunindo um número variável de fogos familiares (compreendido como uma unidade de produção e consumo constituído por um homem, seus filhos solteiros, sua esposa e agregados) e envolta à presença de uma liderança, em geral, um homem que denominam Tamõĩ (avó), não sendo raro, contudo, a existência de líder mulher em família extensa, que denominam Jari (avó), sendo, neste caso, com maior incidência entre os Nhandewa (ALMEIDA; MURA, 2003). São os xamãs que conduzem os Guarani até a terra sem males, cabendo-lhes observar regras de vida específicas e submeter-se a rituais do espírito e do corpo (CLASTRES, 1978). Segundo Bartolomé (1991), ao xamã cumpre também o papel de reforçar a consciência étnica do grupo por meio de sua luta para evitar a desintegração social e a ruptura do teko, por meio da realização de curas, contenção das forças negativas que podem interferir nas colheitas, aconselhamentos e atração da chuva, quando necessário. As atividades do xamã somente terão eficácia se forem acompanhadas da crença e da ação de toda a comunidade, envolvendo a participação de todos nos rituais religiosos (FAUSTINO, 2006). Os xamãs são os intelectuais orgânicos por excelência, tal como o testemunham seu papel histórico e atual; líderes, pais comunais, médicos, cantores do sagrado e profetas, que guiaram e guiam seu povo, refrescando a memória coletiva com a bricolagem que cada um elabora auxiliado por seus mestres e com base nas antigas tradições. Cada xamã é então um cosmovisioneiro, um organizador e atualizador da selva simbólica da cultura, que propõe estruturas de sentido, que faz a sociedade se manter nas águas de um mar semântico, historicamente mutável, mas com essência própria.” (BARTOLOMÉ, 1991, p. 20) A especificidade étnica Guarani, assim como as demais características étnicas e linguísticas singulares de cada grupo étnico que habita o território brasileiro deve ser permanentemente contrastada com a tendência homogeneizadora e assimilacionista que ainda impera no Brasil, fundamentalmente nos sistemas públicos de ensino, sendo afirmada com novos requintes de colonização intelectual e das mentes. Neste ponto, cabe esclarecer que a

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

denominação índio ou indígena, segundo os dicionários da língua portuguesa, significa “nativo, natural de um lugar”. Significa ainda “o nome dado aos primeiros habitantes (habitantes nativos) do continente americano, os chamados povos indígenas”. Entretanto, conforme Baniwa (2006), esta denominação é o resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo às Índias, na época uma região da Ásia. Castigada por fortes tempestades, a frota ficou à deriva por muitos dias até alcançar uma região continental que Colombo imaginou que fossem as Índias, mas que na verdade era o atual continente americano. Foi assim que os habitantes encontrados neste novo continente receberam o apelido genérico de “índios” ou “indígenas”, que até hoje conservam. A partir desta afirmação, entende-se que não existe nenhum povo, tribo ou clã com o nome de “índio” ou “indígena”. Na verdade, cada “índio” ou “indígena” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc. Entretanto, para muitos brasileiros brancos, a denominação tem um sentido pejorativo, resultado de todo o processo histórico de discriminação e preconceito contra os povos nativos da região. Baniwa complementa ainda que: “Para eles (os brancos), o índio representa um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro etc. Para outros ainda, o índio é um ser romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances” (BANIWA, 2006, p. 16) Na mesma linha de raciocínio, Araújo et al (2006) salientam que desde os primórdios da história do Brasil o colonizador procura firmar essa noção de “índio genérico” para desidentificar os povos indígenas. Acrescentam ainda que “essa passa a ser uma estratégia eficaz quando se quer dominar alguém e destituí-lo de qualquer singularidade emprestando-lhe assim a invisibilidade” (ARAÚJO et al, 2006, p. 34) Por isso, todos os povos que habitavam/habitam o território brasileiro terem sido/estarem postos em uma mesma categoria e rotulados de “índios” ou “indígenas”. Maher complementa que: “Óra, esse nosso ato seria o equivalente a, digamos, colocar, lado a lado, um caipira do interior de São Paulo, um índio boliviano, um mestre de capoeira da Bahia, um compositor de rap de Nova York, um executivo argentino, uma top model de Ipanema, um fazendeiro do Texas e, em seguida, afirmar: “Vocês, americanos, são isso, são aquilo...” Essas pessoas certamente iriam se entreolhar e, surpresas, perguntar: “Nós quem, cara pálida?”. Um exemplo como esse pode parecer exagerado, mas é justamente isso que fazemos quando nos dirigimos às crianças e fazemos afirmações categóricas sobre como são, como vivem os índios do Brasil” (MAHER, 2006, p. 23) Nesse sentido, Grupioni (2006) acrescenta que não existe como acreditar nesse “índio genérico”, pois na realidade brasileira, segundo dados do IBGE (2010), o que se tem são 305 grupos étnicos falantes de 270

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

línguas diferentes, constituídos por uma diversidade de cosmologias, crenças, modos diferentes de ser, de estar e, de atribuir sentido às coisas do mundo. Ou seja, cada um desses grupos étnicos tem suas especificidades e o que esses povos têm em comum é o fato de que todos eles, em primeiro lugar, serem de origem pré-colombiana e, em segundo, de terem sido vítimas de uma experiência traumática de contato e de exploração. Quaisquer outras generalizações precisam ser realizadas com muita cautela. Entretanto, Baniwa (2006) salienta que, com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de “índio” ou “indígena”, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, como por exemplo, fazem aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. Esta aceitação propiciou/propicia aos índios a vantagem de se auto-representarem enquanto coletividades, enquanto povos, e assim lutarem por seus direitos. Entende-se que com essa demarcação identitária o sentido pejorativo do conceito de “índio” modificou-se para outro positivo e afirmativo, de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo, passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos na luta por direitos e interesses comuns. Baniwa (2006, p. 45) acrescenta ainda que “é neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes, em tempo de compartilharem alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global”. Assim, Araújo et al (2006) salientam que cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa no grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual. Ou seja, a decisão qualificada tomada pelos povos indígenas do Brasil quanto à valorização positiva da denominação genérica de índio ou indígena, expressa por meio do termo parente, simboliza a superação do sentimento de inferioridade imposto a eles pelos colonizadores durante todo o processo de colonização. Baniwa considera ainda que: “Antes da década de 1970, chamar alguém de índio, fosse ele nativo ou não, era uma ofensa. E como a denominação estava associada aos povos nativos, conseqüentemente as denominações e as autodenominações étnicas eram igualmente indesejáveis. Por isso, muitos índios negavam suas identidades e suas origens, ou melhor, tentavam negar suas origens étnicas, pois na maioria dos casos a negação era uma

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex- INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

verdadeira ilusão, uma vez que ninguém consegue esconder aparência física, usos, costumes e modos de vida e de pensamento. A denominação original de caboclo na Amazônia, por exemplo, está fortemente relacionada a essa negação das identidades étnicas dos índios. Foi uma invenção daqueles que não queriam se identificar como índios, mas também não podiam se reconhecer como brancos ou negros (pois não pareciam), como se fosse uma identidade de transição de índio (ser inferior ou cultura inferior) para branco (ser civilizado e superior)" (BANIWA, 2006, p. 18). Neste sentido, compreende-se que o caboclo, de acordo com a citação, seria aquele que nega sua origem nativa, mas que por não poder ainda se reconhecer como branco identificava-se com o mais próximo possível do branco. Com isso, observa-se que os povos indígenas, nos últimos 40 anos, passaram a construir uma nova conformação política pan-indígena em torno de direitos e interesses comuns, superando a maior inimiga interna durante os séculos de colonização e tão bem aproveitada pelos colonizadores portugueses: as guerras intertribais. De inimigos tornaram-se parentes, companheiros, irmãos de história na luta por direitos e interesses comuns enquanto povos etnicamente diferenciados. Assim, a emergência do movimento indígena, na década de 1970, retomou as discussões acerca do fortalecimento das tradições e dos esforços empreendidos pela demarcação da fronteira étnica (BARTH, 1998) e identitária entre os povos indígenas brasileiros. Este novo marco interpretativo pôs ênfase nas discussões sobre os processos de etnogênese e suas relações com a retomada dessa identidade em termos de indicar processos sociais protagonizados por grupos étnicos. O conceito foi criado como forma de "dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões" (BARTOLOMÉ, 2006, p. 39). Observa-se então que amadurecimento dos movimentos indígenas e o ressurgimento de grupos que tentavam reafirmar suas identidades impuseram ao Estado outros desafios. Esses grupos liderados pelos próprios índios representavam o confronto de dois conceitos que sob a ótica do Estado Nacional eram excludentes: a política indígena, elaborada pelos povos indígenas, e a política indigenista, imposta e executada pelo Estado como forma de promover o tutelamento. Nesta perspectiva, Packer (2013) afirma que os Guarani do Oeste paranaense sofreram um intenso processo de "esbulho territorial" ao longo do século XX, e que esse processo foi "conduzido sob a égide de um sistemático descumprimento da legislação indigenista e de um genocídio silencioso" (p. 37). Segundo Packer (2013), as violações cometidas contra os índios da região foram "acobertadas" pelos dois regimes autoritários vividos pelo país nos últimos 80 anos: o Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a ditadura civil-militar, que se estendeu de 1964 a 1985. Para Breda (2014) o relatório produzido por Parker em 2013 sugere que o conflito atual entre índios e agricultores do Paraná, principalmente na

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

questão da demarcação das Terras Indígenas em Guaira e Terra Roxa (terras estas ocupadas por colonos) não pode ser compreendido sem levar em consideração as arbitrariedades outrora cometidas contra os índios. Com referências históricas, documentos e entrevistas com anciãos guaranis, Parker (2013) procura demonstrar que a presença indígena em Guaira e Terra Roxa não é recente, nem a localização atual das aldeias, aleatória. Para sustentar as conclusões, Parker lembra que uma das principais características do povo Guarani é a mobilidade, ou seja, "Há uma circulação constante de famílias e indivíduos, que, no entanto, não se trata de nomadismo. São colonizadores dinâmicos, por isso, taxa-los como nômades tem sido uma estratégia para anular suas relações com a terra e seus direitos sobre ela". Os grupos são autônomos para escolher lugares de ocupação e estabelecer assentamentos, segundo critérios ecológicos, como a presença de recursos naturais, e sociológicos, conforme suas redes de parentesco e manter certa distância entre si é também uma forma de evitar conflito entre núcleos familiares" (2013, p. 45). Desta forma, Breda (2014) salienta que esta liberdade para se fixar em diferentes pontos de um amplo território explicariam as razões que levaram – e ainda levam – os Guarani do oeste paranaense a transpor limites geográficos com Mato Grosso do Sul e Paraguai, reafirmando, de modo memorial e étnico-territorial, a existência de uma significativa porção territorial ocupada historicamente por esse povo, a partir de suas parcialidades. Aliada fundamental nesta violência contra os índios Guarani do Paraná, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967 para substituir os desmandos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), auxiliou nesse êxodo: por exemplo, negando-se a emitir documentos aos Guarani em suas próprias aldeias. Quando precisavam de declarações e certidões, tinham que requisitá-las nas reservas de Porto Lindo em Japorã (MS), e Jaguapiré, em Tacuru (MS), onde eram então incentivados a permanecer. Outro acontecimento que prejudicou os Guarani na região Oeste do Paraná, foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Conduzido pelos governos militares, o megaempreendimento teria provocado uma onda de regularização fundiária no Oeste paranaense, procedimento necessário para indenizar agricultores instalados nas terras prestes a desaparecer graças à construção da barragem (BREDA, 2014). Com base em documentos oficiais, como um relatório do Instituto de Geografia, Terras e Colonização do Paraná, Packer (2013) denuncia a cessão ilegal de lotes aos posseiros. "O evento Itaipu serviu para que a anormalidade fundiária reinante na região em função do avanço descontrolado da colonização fosse regularizada às pressas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)" (p. 69). Para o autor, os índios, todavia, foram preteridos nas compensações. Primeiro, por uma determinação do governo militar, que vetou qualquer demarcação nas faixas de fronteira por razões de "segurança nacional". Depois, pela vigência dos "critérios de indianidade", que

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

desconsideraram a presença de populações Guarani e reduziram o número de famílias indígenas passíveis do benefício pelo alagamento das terras. Cabe destacar ainda, que apesar de localizar-se em Foz do Iguaçu (PR), Itaipu impactou diretamente a região de Guaíra e Terra Roxa. As inundações foram avassaladoras e desapareceram com as Sete Quedas, conjunto monumental de cataratas que despencavam as águas do rio Paraná por degraus rochosos a uma altura de 114 metros. Guaíra, que em guarani significa “lugar intransponível”, deve o nome ao extinto turbilhão (BREDA, 2014). Porém, 30 anos após a inauguração, a Usina nega haver contribuído para a expulsão dos Guarani. Por todos estes fatores, compactua-se com Parker (2013) que as acusações de que os Guarani de Guaíra e Terra Roxa sejam paraguaios ou sul-mato-grossenses e de que jamais viveram no Oeste paranaense. Pelo contrário, parte-se do pressuposto que estes indígenas sejam remanescentes das famílias que sobreviveram ao esbulho territorial iniciado em meados do século XX. Para Packer, “Parte delas jamais abandonou a região e manteve ocupações de quinhões de territórios, empregando a mão de obra nas propriedades que se estabeleceram sobre eles”, explica. “Outra parte retornou na última década depois de um período de exílio em que, fugindo das perseguições, se deslocaram para aldeias do Paraguai, interior do Paraná ou Mato Grosso do Sul” (PACKER, 2013). Assim, hoje muitas comunidades estão cercadas por grandes fazendas produtoras de soja não tendo condições de sustentabilidade nos tekohá, fator este que obriga muitos indígenas a trabalhar fora de seus territórios, empregando-se em propriedades rurais ou nas cidades. Neste sentido, pensando-se na lógica da afirmação cultural, este fato deve ser analisado cuidadosamente. Entende-se que a cultura só sobrevive porque se transforma e se adapta às novas condições que lhes chegam. No entanto, as determinações sociais, econômicas e políticas que impõem este contato mais longo e insistente com sociedade envolvente gera um desequilíbrio neste nível de transformação. Não que isto seja uma opção das populações indígenas, mas porque se torna inevitável a troca de experiências, assim como os preconceitos, o que faz com que costumes externos influenciem os aspectos culturais étnico-comunitários (AMARAL, 2010). Desta forma, a problemática que norteia os Guarani do Oeste do Paraná é a questão da demarcação de terras, ainda que este direito seja assegurado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 231, no qual tem-se: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. §1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias as ua

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Para o estabelecimento de contatos e negociações sociais, políticas e econômicas com a sociedade envolvente, do outro, tem-se na atualidade o surgimento da figura dos caciques e lideranças indígenas. Os Guarani afirmam que em tempos idos, sequer existia a figura do cacique; ele surge com a necessidade de diálogo com a sociedade externa, como responsável por defender fora da comunidade indígena os anseios do grupo. Por este motivo é que o cargo de cacique geralmente é exercido pelos jovens, por terem estes maior fluência em língua portuguesa. Neste contexto, surge a questão do protagonismo indígena centrado em suas lideranças constituídas e articuladas com as organizações e movimentos sociais indígenas. Em outras palavras, observa-se que os Guarani do Oeste do Paraná não se curvaram ao processo civilizatório (ELIAS, 1994) e nem por isso foram exterminados como previa-se no início do século passado. Muito pelo contrário, na atualidade, encontram-se em um processo de resistência social e cultural em meio à sociedade contemporânea, mantendo inclusive as tradições socioculturais e políticas e o idioma materno. Outro aspecto fundamental que passa a compor a agenda dos povos indígenas no Paraná e no Brasil refere-se ao ingresso e permanência de indígenas nas Universidades públicas, por meio da constituição de uma nova categoria denominada estudantes ou acadêmicos indígenas (AMARAL, 2010), sendo um recente e significativo fenômeno na história do contato entre povos indígenas e sociedades não indígena no país. Pioneiro na criação de vagas suplementares para indígenas no ensino superior público no ano de 2001, o estado do Paraná constituiu uma política pública de ingresso e permanência de estudantes indígenas nas Universidades Estaduais paranaenses, que passa a ser apropriada pelos diferentes grupos étnicos para a formação de profissionais, intelectuais e pesquisadores indígenas, afirmando a formação de novas lideranças indígenas (PAULINO, 2008; AMARAL, 2010; ANGNES, 2010; outras dissertações e teses). A partir da experiência paranaense, muitas outras iniciativas e vagas foram criadas no território nacional a partir da adesão de diversas Universidades Estaduais, Federais e Confessionais, sendo ocupadas atualmente por cerca de oito mil estudantes indígenas de diferentes grupos étnicos e de diversos territórios, alguns deles alcançando titulação como especialistas, mestres e doutores. No Paraná, até o ano de 2014, formaram-se 39 profissionais indígenas, sendo destes, 19 profissionais Guarani em diferentes áreas profissionais, com destaque para a área da Educação (nove graduados dentre: pedagogos, historiadores, geógrafos e sociólogos) e da Saúde (07 graduados dentre: médicos, enfermeiros, dentistas e médicos

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

veterinários) (AMARAL; RODRIGUES; BILAR, 2014). Ressalta-se a significativa demanda para contratação de pedagogos e professores nas escolas indígenas, compondo um renovado corpo de educadores Guarani bilingües com a tarefa histórica de elaborar novas propostas pedagógicas e materiais didáticos voltados à afirmação cultural e étnica desse povo. Na região Oeste do Paraná, os índios Guarani, por meio de suas lideranças mantém contato com a sociedade não-índia, que os acusa de serem “não- índios”, mas que pelas mesmas razões não são considerados “cidadãos não-índios urbanos”. Além disso, constata-se um discurso preconceituoso ao reforçar a ideologia de que o indígena escolarizado, formado na universidade ou assumindo cargos políticos no Estado não é mais um índio “puro”, tornando-se passível de qualquer classificação, menos autóctone. Percebe-se que este discurso civilizatório em relação às lideranças Guarani é afirmado e disseminado como forma de retaliação e pressão em relação à identidade cultural, bem como forma para negar direitos territoriais a esta população. Todavia, o despertar do movimento indígena, principalmente nas três últimas décadas, colaborou para o fortalecimento destas lideranças indígenas que viviam excluídas das decisões no tocante aos direitos fundamentais. Assim, o debate da categoria fortalecimento das lideranças indígenas centra-se na concepção proposta pela Psicologia Social Comunitária Latino-Americana (PSCLA) que pressupõe características centralizadoras visando a emancipação da etnia que representam. Para Freitas (2014, p. 10): “Os processos de participação e de conscientização, vistos na rede de tensões e conflitos do cotidiano, são eixos norteadores a investigação de perfil de novos líderes/representantes e/ou mediadores socioculturais. Nesta dinâmica, vários são os desafios enfrentados pelos profissionais que pretendem maior participação e conscientização da população, na direção da (re)construção da cidadania e da vida comunitária digna e solidária”. A participação indígena ocorre em diversas esferas da sociedade e do Estado. Normalmente, ela tem suas raízes na comunidade e no grupo étnico de pertença e toma novos contornos na medida em que vai se institucionalizando. Alvarez (2004) analisa os papéis exercidos pelas lideranças na sociedade não-indígena e assinala que este trata-se de um fenômeno novo, principalmente na etnia Guarani, conforme destacado anteriormente. Por meio deste processo, estas lideranças levam as reivindicações da própria comunidade sem precisar de intermediários.

HIPÓTESE

Esta investigação não possui hipóteses, mas trabalha com algumas perguntas norteadoras: Quais expressões de conflito e resistência política, cultural e linguística do povo Guarani têm se constituído na história do território paranaense e quais relações entre o Estado e a sociedade

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

envolvente? Quais relações e influências intra-étnicas vem sendo historicamente constituídas entre os Guarani atualmente habitantes do Oeste Paranaense com as demais parciaisidades desse grupo étnico, tendo em vista a perspectiva etnoterritorial e a sua localização territorial de fronteira? Quais lideranças Guarani se tornaram referências de resistência e expoentes das lutas desse povo na região Oeste Paranaense a partir da memória dessa população? Quais e como as memórias de resistência étnico-cultural e política vem sendo transmitidas entre os mais velhos e os mais jovens Guarani? Como as escolas públicas e os sistemas públicos de educação compreendem e representam a presença Guarani na região Oeste Paranaense? Como as escolas Guarani compreendem e representam a histórica presença e resistência desse grupo étnico na região Oeste Paranaense?

METODOLOGIA

Elegemos alguns métodos e técnicas que em conjunto permitirão atingir os cinco objetivos específicos da proposta de pesquisa conforme exposto a seguir: Para o primeiro objetivo específico do projeto de pesquisa (historicizar aspectos das políticas indigenistas no decorrer do processo de colonização desta região e as implicações pertinentes à ocupação territorial das terras indígenas Guarani), optamos por realizar o levantamento bibliográfico sobre as principais políticas indigenistas no período de 1920 a 2015 e mapear as principais ocupações territoriais das Terras Indígenas do Paraná, e, por consonância, as principais ocupações das Terras Indígenas Guarani do Oeste do Paraná. Por sua vez, no segundo objetivo específico (identificar e descrever as memórias de resistência política e cultural do povo Guarani) será realizado, num primeiro momento, por meio de levantamento bibliográfico sobre as memórias de resistência política e cultural do povo Guarani no Brasil e na região Oeste do Paraná. Tal levantamento será realizado em periódicos nacionais e internacionais e bases de consulta de dissertações e teses. Num segundo momento, será realizada a descrição destas memórias a partir de entrevistas de "história oral temática". Nesta perspectiva, vincula-se diretamente o terceiro objetivo específico (descrever por meio das narrativas as questões que envolvem os conflitos e violências praticadas contra o povo Guarani na região em virtude do processo de ocupação e demarcação das Terras Indígenas) que será desenvolvido, numa primeira etapa, por meio de uma descrição detalhada que envolve os conflitos e violências praticadas contra o povo Guarani na região. Nesta fase, os dados bibliográficos propostos na pesquisa do grupo já estarão sistematizados, bem com os dados documentais. Alinhavado ao terceiro, o quarto objetivo específico (refletir as estratégias encontradas pelas lideranças indígenas da etnia Guarani para se organizar (nacional, regional e internamente) nas

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex- INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

Terras Indígenas a fim de reivindicar questões referentes ao conflito territorial existente na região), vincula-se diretamente ao processo analítico dos resultados da pesquisa. Ou seja, após a realização das entrevistas e sistematização das anotações em campo, associadas com a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, serão efetuadas a categorização e discussão/análise dos dados. Para finalizar o processo de coleta/geração de dados, o quinto objetivo específico (identificar e analisar por meio das narrativas dos professores as compreensões e representações da presença Guarani nas escolas públicas do entorno social e nas escolas indígenas na região Oeste Paranaense) será realizado, inicialmente por um diagnóstico das escolas públicas indígenas e não indígenas da região que têm professores da etnia Guarani para, num segundo momento, realizar entrevistas por meio da história oral de forma que se possa compreender como ocorre este processo na região. A partir disso, serão realizadas reflexões para compreender qual o posicionamento destas escolas em relação a situação de conflito existente na região.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Investigar as históricas situações de conflitos, as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial do povo Guarani na fronteira do Oeste paranaense, evidenciando a emergência e percursos das lideranças desse grupo étnico em condições de vulnerabilidade em decorrência também das violências praticadas pelo Estado brasileiro e por agentes privados que vivem na região.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- a) Historicizar aspectos das políticas indigenistas no decorrer do processo de colonização desta região e as implicações pertinentes à ocupação territorial das terras indígenas Guarani;
- b) Identificar e descrever as memórias de resistência política e cultural do povo Guarani;
- c) Descrever por meio das narrativas as questões que envolvem os conflitos e violências praticadas contra o povo Guarani na região em virtude do processo de ocupação e demarcação das Terras Indígenas;
- d) Refletir as estratégias encontradas pelas lideranças indígenas da etnia Guarani para se organizar (nacional, regional e internamente) nas Terras Indígenas a fim de reivindicar questões referentes ao conflito territorial existente na região;
- e) Identificar e analisar por meio das narrativas dos professores as compreensões e representações da presença Guarani nas escolas públicas do entorno social e nas escolas indígenas na região

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

Oeste Paranaense.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Parte-se do princípio que esta investigação não trará riscos aos participantes. No entanto, cabe destacar que trabalhar com história oral faz aflorar memórias adormecidas, o que pode afetar emocionalmente os participantes, por trazer à tona relatos e lembranças que podem ser dolorosos para eles. Ressalta-se, no entanto, que os participantes estarão livres para decidir se participarão ou não da pesquisa, se responderão ou não às perguntas que lhes serão feitas.

BENEFÍCIOS

Esta investigação foi aprovada no Edital 12/2015 da CAPES (MEMÓRIAS BRASILEIRAS: CONFLITOS SOCIAIS), um edital que contemplava justamente projetos de temas de situações conflituosas pouco investigadas no país. Desta forma, sabendo que a questão dos conflitos que envolvem os Guarani no Oeste do Paraná são pouco pesquisados, tanto no Paraná quanto no resto do Brasil, acredita-se que a pesquisa trará grandes benefícios por trazer à tona questões silenciadas tanto pela mídia como pela academia, assim como por dar voz aos sujeitos que protagonizam essa história mas pouco são escutados. O Edital prevê a produção de um livro, que servirá justamente para dar protagonismo aos Guarani, em suas histórias de lutas e resistências no Oeste paranaense.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise de respostas a parecer pendente:

1. Quanto às Informações Básicas do Projeto, documento intitulado

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

“PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_972435.pdf”, gerado em 25/09/2017:

1.1. Quando a legislação brasileira dispuser sobre competência de órgãos governamentais, a exemplo da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que deve autorizar a entrada em terra indígena, esta autorização deve ser obtida antes do início da pesquisa. Não foi apresentada a autorização da Presidência da FUNAI conforme estabelece a Instrução Normativa nº 001/PRES/1995 - FUNAI.

Solicita-se a apresentação da autorização da Presidência da FUNAI para entrada em terra indígena ou a declaração da pesquisadora de que esta será obtida antes do início da pesquisa, caso necessário.

RESPOSTA: Como até o momento não conseguimos a autorização da Presidência da FUNAI, uma vez que isso demanda uma série de documentos e processos (que já estamos providenciando), anexei uma declaração de que não haverá entrada em terra indígena antes de obtida essa autorização (arquivos declaração_da_coordenadora em formato PDF e DOCX).

ANÁLISE: Pendência atendida

1.2. O Orçamento Financeiro, apresentado na página 9 de 10, não está de acordo com o solicitado pela Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.3.e. Solicita-se que seja apresentado orçamento financeiro detalhado, que especifique todos os recursos, fontes e destinação, em especial os custos operacionais (recursos humanos e materiais).

RESPOSTA: O orçamento foi detalhado conforme solicitado, direto no sistema.

ANÁLISE: Pendência atendida

2. Quanto ao TCLE, documento intitulado “TCLE_versao_final.pdf”, postado em 18/08/2017:

2.1. Na primeira página lê-se: “A nossa intenção é fazer uma entrevista com você, a partir de perguntas gerais sobre o povo Guarani. Por tanto, a pesquisa não terá nenhum risco evidente para você, pois trata do seu relato, e se houver qualquer desconforto em relação às perguntas, você não precisará responder.”. A Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, inciso XXV, define como risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente. Solicita-se adequação, devendo ser apontados os possíveis riscos e danos, bem como as medidas para a sua minimização e a proteção das participantes da pesquisa, conforme Art. 19 da Resolução CNS nº 510 de 2016.

RESPOSTA: Apontamos os possíveis riscos e danos da pesquisa, bem como as medidas para a sua

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

minimização e a proteção das participantes da pesquisa.

ANÁLISE: Pendência atendida

2.2. Solicita-se substituir o termo “sujeito de pesquisa” por “participante da pesquisa” conforme definição disposta no Art. 2º, inciso XIII da Resolução CNS nº 510 de 2016.

RESPOSTA: Substituímos o termo “sujeitos de pesquisa” por “participantes da pesquisa”.

ANÁLISE: Pendência atendida

2.3. Solicita-se, para melhor informar o participante de pesquisa, que seja incluída no TCLE uma breve descrição do que é o CEP, qual sua função no estudo, e seu horário de funcionamento para atendimento ao público, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX.

RESPOSTA: Detalhamos o que é o CEP, sua função e horário de funcionamento para atendimento ao público.

ANÁLISE: Pendência atendida

2.4. De acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 19, § 2º, o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização. Solicita-se adequação, devendo constar no TCLE, de forma clara e afirmativa, que o participante da pesquisa tem direito a receber assistência e a buscar indenização por danos relacionados à pesquisa, direta ou indiretamente.

RESPOSTA: Ressaltamos no documento que o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na investigação, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.

ANÁLISE: Pendência atendida

3. Quanto ao documento intitulado “Autorizacao_pra_pesquisa_v2.docx”, postado em 25/09/2017: Documentos com assinaturas inseridas digitalmente de outras fontes, como “objetos” (ou imagens) em arquivos de texto, não são consideradas válidas. Solicita-se a postagem do documento original assinado escaneado e o arquivo de texto editável sem a assinatura. Isto se deve à impossibilidade de determinar a origem da assinatura utilizada no arquivo.

RESPOSTA: Agora os arquivos se chamam Carta_apoio_conselho, com uma versão escaneada em PDF, com a assinatura do Presidente do Conselho Indígena Estadual do Paraná, e outra versão em

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

DOCX, arquivo de texto editável sem a assinatura.

ANÁLISE: Pendência atendida

4. O pesquisador se compromete a anexar documentos em formato que possam ser recortados e colados e ao mesmo tempo apresentar documentos com assinaturas. São dois procedimentos diferentes, um procedimento é disponibilizar o documento com o texto na versão que permita o uso adequado do recurso copiar e colar, porém a CONEP não considera válidos documentos com assinaturas recortadas e copiadas de outros documentos, considera válido apenas a assinatura no próprio documento. Solicita-se adequação, apresentando documentos com assinaturas válidas.

RESPOSTA: NÃO FOI APRESENTADA UMA RESPOSTA FORMAL À ESSE ITEM, MAS O PESQUISADOR POSTOU DOCUMENTOS COM AS ASSINATURAS.

ANÁLISE: Pendência atendida

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_972435.pdf	04/12/2017 16:32:06		Aceito
Outros	Resposta_ao_CONEP_2.docx	04/12/2017 16:22:31	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	declaracao_da_coordenadora.pdf	04/12/2017 15:19:48	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	declaracao_da_coordenadora.docx	04/12/2017 15:19:16	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	Carta_apoio_conselho.pdf	04/12/2017 15:17:26	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	Carta_apoio_conselho.docx	04/12/2017 15:16:47	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_revisto_30_nov_2017.pdf	04/12/2017 14:43:43	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.438.426

Justificativa de Ausência	TCLE_revisto_30_nov_2017.pdf	04/12/2017 14:43:43	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	roteiro_organizacoes_indigenas.pdf	25/09/2017 13:47:58	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	roteiro_caciques.pdf	25/09/2017 13:47:29	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	roteiro_escolas_nao_indigenas_final.pdf	25/09/2017 13:46:57	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	roteiro_escolas_indigenas_final.pdf	25/09/2017 13:45:57	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Outros	Oficio_Capes.docx	25/09/2017 11:18:33	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	18/08/2017 11:22:59	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	18/08/2017 11:10:23	ELISA YOSHIE ICHIKAWA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

BRASILIA, 14 de Dezembro de 2017

Assinado por:
Jorge Alves de Almeida Venancio
(Coordenador)

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br